

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ-UNIOESTE
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA

LUIZ FELIPE BERGMANN

O CONCEITO DE DINHEIRO EM MARX

TOLEDO
2022

LUIZ FELIPE BERGMANN

O CONCEITO DE DINHEIRO EM MARX

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Filosofia do Centro de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Estadual do Oeste do Paraná para a obtenção do título de Mestre em Filosofia.

Área de concentração: Filosofia Moderna e Contemporânea.

Linha de pesquisa: Ética e Filosofia Política

Orientador: Prof. Dr. Jadir Antunes

TOLEDO

2022

Ficha de identificação da obra elaborada através do Formulário de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da Unioeste.

Bergmann, Luiz Felipe
O Conceito de Dinheiro em Marx / Luiz Felipe Bergmann;
orientador Professor Doutor Jadir Antunes. -- Toledo, 2022.
142 p.

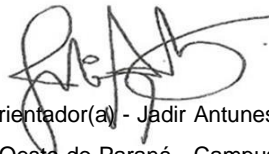
Dissertação (Mestrado Acadêmico Campus de Toledo) --
Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Centro de Ciências
Humanas e Sociais, Programa de Pós-Graduação em Filosofia,
2022.

1. Dinheiro-mercadoria. 2. Fetice da Mercadoria. 3.
Metafísica do Dinheiro. 4. Jadir Antunes - Claus Germer. I.
Antunes, Professor Doutor Jadir, orient. II. Título.

LUIZ FELIPE BERGMANN

O conceito de dinheiro em Marx

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Filosofia
cumprimento parcial aos requisitos para obtenção do título de Mestre em Filosofia, área
concentração Filosofia Moderna e Contemporânea, linha de pesquisa Ética e Filo-
sofia Política, APROVADO(A) pela seguinte banca examinadora:



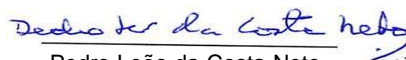
Orientador(a) - Jadir Antunes

Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Campus de Toledo (UNIOESTE)



Ricardo Pereira de Melo

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS)



Pedro Leão da Costa Neto

Universidade Tuiuti do Paraná (UTP)

Toledo, 29 de agosto de 2022



unioeste

Universidade Estadual do Oeste do Paraná

CAMPUS DE TOLEDO

RUA DA FACULDADE, 645 - JD. SANTA MARIA - FONE/FAX: (45) 3379-7127/7002 - CEP 85903-000 - TOLEDO - PR



DECLARAÇÃO DE AUTORIA DE PROJETO E DE INEXISTÊNCIA DE PLÁGIO

Eu, Luiz Felipe Bergmann, aluno do Curso de Mestrado do PPGFil da Unioeste / *Campus* de Toledo, declaro que esta dissertação é de minha autoria e não contém plágio, estando claramente indicadas e referenciadas todas as citações diretas e indiretas nela contidas. Estou ciente de que o envio de dissertação elaborado por outrem e também o uso de paráfrase e a reprodução conceitual constituem prática ilegal de apropriação intelectual e, como tal, estão sujeitos às penalidades previstas na Universidade e às demais sanções da legislação em vigor.

Toledo, 22/11/2022


Assinatura do aluno

Dedico este trabalho aos meus pais (In Memoriam), pela vida, pelo amparo que sempre me deram, pela educação e por me incentivar, desde os primeiros momentos da minha vida, aos estudos. Às minhas irmãs e aos meus irmãos, pelo amparo e incentivo que sempre me deram. Ao meu filho, por ser o maior estímulo para o meu viver e que me faz persistir na vida, para todos os momentos, e pela compreensão com a minha ausência nos momentos de estudos. Gratidão imensa e eterna.

AGRADECIMENTOS

A elaboração de um trabalho de natureza intelectual sempre se faz com o apoio de muitas e muitos, desde os pesquisadores que se dedicaram a pesquisar e a elaborar conhecimentos sobre a realidade e, especialmente, aqueles que foram fonte intelectual para a elaboração desta pesquisa. Gratidão. Um agradecimento muito especial ao meu orientador, Prof. Dr. Jadir Antunes, que durante nossa longa convivência sempre me ensinou muito, especialmente durante este período, que representou a realização de um sonho de longa data. Professor Jadir foi o que me incentivou a entrar na Pós-Graduação e me orientou durante este processo. Sua orientação e estímulo foram fundamentais para que me fosse possível concluir este curso. Gratidão imensa e eterna, professor. Aos professores da Banca de Qualificação, pela disponibilidade para esta tarefa e pelas muito valiosas observações que fizeram sobre este projeto de pesquisa. Uma contribuição que melhorou em muito o resultado alcançado. Aos servidores da Unioeste, campus Toledo, pelo auxílio e disponibilidade que sempre demonstraram. Muito agradecido.

RESUMO

BERGMANN, Luiz Felipe. **O conceito de dinheiro em Marx**. 2022. 142 f. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Toledo, 2022.

O conceito do dinheiro em Marx é resultado de pesquisa acerca do conceito de dinheiro desenvolvido por Marx e expresso nas obras **O Capital** e **Manuscritos Econômicos de 1857-1858**. As motivações que levaram ao estudo são fruto das divergências que o conceito desperta entre os estudiosos. A letra do autor, em várias das passagens em sua obra, leva à conclusão de que dinheiro é mercadoria, posta nesta determinação em forma física. Ademais, Marx afirmou que quando posto no comércio mundial, o dinheiro reassume a sua forma originária de barras de metais preciosos, especialmente o ouro, e que somente na esfera de circulação mundial o dinheiro funciona plenamente como mercadoria. Em que pese a clareza na exposição alguns comentadores extraem do texto do autor a conclusão de que o dinheiro não é mercadoria, mas forma, com suporte material, para alguns, ou pura forma, para outros. Mas há os que concluem que, efetivamente, para Marx dinheiro é mercadoria, compreendida em sua determinação física. As divergências avolumaram-se quando os EUA abandonaram a conversibilidade do dólar ao ouro, nos anos 70 do século passado, paridade que foi estabelecida no acordo de Breton Woods, após a Segunda Grande Guerra. Esta pesquisa levou à conclusão de que, aqueles que compreendem o dinheiro como mercadoria, colocam-se em acordo com o conceito expresso por Marx. Por essa razão, as atenções foram centradas nos fundamentos dos comentadores que adotam essa concepção de dinheiro o que é demonstrado ao longo do texto. Inicia-se a exposição do estudo apresentando um breve histórico do surgimento do dinheiro, desde seus primeiros sinais registrados pela história, bem como o surgimento e o desenvolvimento da noção de valor, o qual é um dos elementos centrais na constituição do dinheiro, pois uma das principais funções deste é a de servir de

medida de valor. A fundamentação do conceito de dinheiro como mercadoria, entre os comentadores, está assentada nos estudos de Antunes e Germer.

PALAVRAS-CHAVE: Dinheiro-mercadoria. Metafísica do dinheiro. Fetiche da mercadoria. Jadir Antunes. Claus Germer.

ABSTRACT

BERGMANN, Luiz Felipe. **Marx's Concept of Money**. 2022. 142 f. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Toledo, 2022.

Marx's Concept of Money that is the result of a research about the money concept developed by Marx and presented in his work **The Capital** and in **The Economic and Philosophic Manuscripts from 1857 to 1858**. The motivations that led us to this study are a result of the divergences that the concept arises among the academics. The author's writing, in many parts of his work, leads us to the conclusion that money is a commodity once it is determined as physical form. Furthermore, Marx stated that when money is introduced to the worldwide marketing it reassumes its original form as bars of precious metals, especially gold ones, also that only by being in the worldwide circulation, money works richly as a commodity. Some expositors conclude from the author's text that money is not a commodity but, for some, it is considered a form with a material support and for others, a pure form. But there are the ones who conclude that, effectively, for Marx money is a commodity once it is determined in a physical instance. The divergences increased after dollar convertibility to gold being abandoned by the United States of America in 70's of the last century due to the parity established in the Breton Woods Agreement signed after the Second World War. Our studies led us to conclude that the expositors who comprehend the money as a commodity do so in accordance with the concept expressed by Marx. Due to it we have concentrated our attention on the fundamentals of the expositors who adopted this conception of money and throughout the text their considerations will be presented. We started the study exposition by presenting a brief money history, since its first signals registered in history, as the coming

and developing of the value awareness, this is one of the main elements for the money constitution due to its main function that is to serve as a value measurement. The solid ground of the concept of money as a commodity is, among the expositors, established in Antunes' and Germer's studies.

KEYWORDS: Commodity-money. Metaphysics of money. Commodity-fetishism. Jadir Antunes. Claus Germer.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	16
2 UMA BREVE HISTÓRIA DO DINHEIRO	22
2.1 Os primeiros registos históricos sobre o dinheiro – Hesíodo e o desenvolvimento das medidas	22
2.2 O dinheiro em Aristóteles	26
2.3 Engels e o surgimento do dinheiro.....	35
2.4 Da noção de valor ao valor	37
2.4.1 A noção mítica do valor na Grécia.....	37
2.4.2 As relações de troca como causa da origem da noção de valor	46
3 MARX E O DINHEIRO-MERCADORIA: o valor	49
3.1 A mercadoria e sua dupla determinação: valor de uso e valor de troca....	50
3.2 A utilidade da mercadoria: o valor de uso.....	51
3.3 O valor de troca.....	51
3.4 Duplo carácter do trabalho	55
3.5 O valor	56
3.6 A gênese do dinheiro em Marx: as diferentes formas do valor	59
3.7 A forma simples de valor	59
3.7.1 Os dois polos da expressão de valor: a forma relativa e a forma equivalente	60
3.7.2 A forma relativa de valor: o conteúdo da forma relativa de valor	61
3.7.3 Determinação quantitativa da forma de valor relativa	62
3.7.4 A forma equivalente	64
3.7.5 O conjunto da forma simples de valor.....	69
3.8 Forma de Valor Total ou Desdobrada	71
3.8.1 A forma relativa de valor desdobrada	72

3.8.2 A forma equivalente particular.....	72
3.8.3 A insuficiência da forma de valor total ou desdobrada.....	73
3.9 Forma Geral de Valor.....	73
3.9.1 O caráter modificado da forma valor	74
3.9.2 O desenvolvimento da forma relativa e da forma equivalente e a transição à forma dinheiro.....	75
4 A FORMA DINHEIRO	77
4.1 O processo de troca	78
4.2 Dinheiro: medida de valores e meio circulante	83
4.3 Incongruência entre preço e valor.....	86
4.4 Dinheiro como meio de circulação	89
4.4.1 A metamorfose das mercadorias	89
4.5 A moeda. O signo de valor.....	92
4.6 Dinheiro	96
4.7 Conclusões acerca do dinheiro mercadoria	97
4.7.1 A demonstração lógico-racional da concepção de dinheiro em Marx.....	98
4.7.2 O dinheiro na descrição de Marx.....	99
5 O MARXISMO E O DINHEIRO-MERCADORIA: os estudos de Germer e Antunes.....	104
5.1 O fetiche da mercadoria – sua relação com a Metafísica	104
5.1.1 O fetiche da mercadoria e sua relação com a religião	106
5.2 O Valor em Marx, segundo a interpretação de seus comentadores	110
5.2.1 A sociedade capitalista como princípio histórico do valor.....	110
5.3 O valor como categoria econômica: o estudo de Germer.....	114
5.4 Dinheiro e Capital	117
5.5 O dinheiro-mercadoria	124
6 CONCLUSÃO.....	129
6.1 O surgimento do dinheiro	129
6.2 O valor nas palavras de Marx.....	132

6.3 O conceito de dinheiro expresso por Marx.....	133
6.4 O dinheiro mercadoria na letra dos comentadores	134
REFERÊNCIAS	141

1 INTRODUÇÃO

A pesquisa sintetizada neste trabalho investigou o conceito de dinheiro em Marx, o qual pode ser extraído de sua obra **O Capital** (1988), do Livro I, Seção I, capítulos I a III, e da seção II, capítulo IV, quando ele analisa a circulação simples de mercadorias. O tema também foi abordado nos **Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858** (doravante **Grudisse**) (2011). Ambas as obras constituíram a fonte para a elaboração deste estudo e esclarecemos que restringimos a pesquisa à circulação simples de mercadorias, que Marx expõe nas obras citadas, especialmente em **O Capital**.

Nas duas obras, Marx refere-se ao dinheiro como mercadoria e demonstra, logicamente, que o dinheiro é uma mercadoria. Entretanto, há fortes divergências entre os comentadores de sua obra sobre esse conceito, as quais despertaram nosso interesse sobre o tema. As controvérsias surgiram com ênfase após os Estados Unidos, no começo dos anos 1970, abandonarem a paridade entre o dólar e o ouro, ou a conversibilidade do dólar em ouro, que vigorava desde o acordo de Breton Woods, firmado ao fim da II Guerra Mundial. Esse acordo fixou a cotação do dólar em ouro, em valor fixo, com o que a moeda estadunidense passou a funcionar, mesmo sem lastro metálico, como moeda mundial. Marx afirmou que ao sair da esfera de circulação nacional, o dinheiro assume necessariamente a forma metálica, especialmente o ouro. Sendo assim, com o dólar exercendo a função de moeda mundial, e sem paridade com o ouro, essa realidade invalidaria a afirmação de Marx de que, na esfera mundial, o dinheiro funciona apenas enquanto metal precioso? Outra linha de discordância entre os estudiosos motivada por esta mudança é acerca do conceito de dinheiro expresso pelo autor, o de que o dinheiro necessariamente é uma mercadoria. A nova realidade, com o fim da paridade dólar-ouro, invalidaria o conceito expresso por Marx, tornando inválida sua teoria monetária? Poderia o dinheiro ser forma, com suporte material, ou simplesmente forma?

Através do estudo e da análise dos escritos marxianos e de diversos textos dos comentadores sobre o tema, convencemo-nos de que ele compreende o dinheiro como necessariamente uma mercadoria. Não há lugar a dúvida, à primeira vista, sobre o conceito expresso pelo autor. Os principais estudos que sustentam essa tese, dentre os comentadores, são os de Antunes (2005) e Germer (1995 e 2013). Essa é uma das razões que nos fizeram restringir a pesquisa às fundamentações teóricas que adotam essa concepção de dinheiro. Outra razão reside no fato de que abarcar todas as posições acerca do tema ampliaria excessivamente o campo da pesquisa. Considerando que o objeto é o conceito de dinheiro, e não as divergências em torno deste, e com a constatação de que para Marx define o dinheiro como mercadoria, restringimos nossa pesquisa aos aspectos que podem confirmar esta tese, ou negá-la.

O caminho percorrido para a elaboração deste trabalho, no que diz respeito à obra de Marx, partiu de sua exposição sobre a mercadoria e o valor, este em suas diversas expressões, finalizando com a definição que o autor adota para o dinheiro. Na sequência, dedicamo-nos aos estudos dos comentadores e, como já explicitado, atemo-nos àqueles que compreendem o dinheiro como mercadoria.

Considerando que as criações humanas, incluindo as da mente, desenvolvem-se através de processos, muitas vezes longos, com o dinheiro não aconteceu de forma diversa. Este é, em sua forma evoluída, produto de um longo processo de desenvolvimento que se iniciou com a busca por medidas – medidas do tempo, medidas de peso, medidas do valor – passando pelo período em que as funções do dinheiro foram desempenhadas por elementos que são classificados de pré-monetários. Por tais razões, incluímos no estudo a origem do dinheiro, desde seus primeiros sinais de manifestação. Estudiosos, desde os séculos VIII e VII antes da Era Cristã, desenvolviam esforços para encontrar fórmulas e instrumentos de medida e de comparação das coisas, como, por exemplo, a comparação dos objetos envolvidos em trocas.

A dissertação tem a seguinte divisão de temas:

No capítulo *Uma breve história do dinheiro – o dinheiro antes do capitalismo*, apresentamos os estudos sobre a origem do dinheiro, desde os escritos históricos mais remotos, o que nos exige pensar sobre a busca por medidas – de tempo, de medida de valor. Para isso usamos os escritos de Hesíodo – **Os Trabalhos e os Dias** –, apresentados por Foucault (2018). Hesíodo, em seu poema demonstra, segundo

Foucault, que está em busca dessas medidas, o que corresponde à fase que antecede e resulta, em época posterior, no desenvolvimento de objetos e símbolos destinados a possibilitar a comparação das coisas envolvidas em trocas. Em um segundo momento do estudo sobre a origem do dinheiro, focamos na análise e compreensão do conceito revelado por Aristóteles. Para tanto, nos valem de suas obras **Política** (2017) e **Ética a Nicômaco** (2015), e também da análise delas feita por Antunes (2013).

Aristóteles é, segundo Antunes (2013), quem primeiro sintetiza a análise e a definição do dinheiro, não só a inaugurando, mas a determinando. Antes de analisar e definir o dinheiro, o filósofo apresenta a sua visão de justiça, nas diversas formas em que essa se revela: a justiça distributiva e a corretiva, e um terceiro tipo, que está baseado na reciprocidade. A reciprocidade é considerada na sua manifestação geométrica como uma proporção entre as coisas a serem trocadas e as pessoas envolvidas na troca. É essa proporcionalidade que estabelece a justiça nas trocas.

A necessidade de equalizar a relação entre as pessoas que trocam e entre as coisas que são trocadas impõe a condição de que *e s t a s ú l t i m a s* sejam comensuráveis entre si. O elemento que permite a comensurabilidade das coisas é atribuído por Aristóteles ao dinheiro. O dinheiro funciona como meio termo, porque ele mede todas as coisas, inclusive o excesso e a deficiência. Por desempenhar essa função, o dinheiro é introduzido no comércio com o objetivo de viabilizar as trocas. O dinheiro é, na concepção aristotélica, um elemento fruto da convenção humana.

Engels (s/d), partindo da história grega, apresenta como fatores que deram origem ao dinheiro as mudanças ocorridas na propriedade privada, que resultaram na dissolução da organização gentílica na Grécia e no surgimento do Estado. Tais mudanças aumentaram a produção de bens úteis à sobrevivência das pessoas e incrementaram as trocas, o que tornou necessário um elemento para medir as coisas e possibilitar a circulação das mesmas. Dessa forma, surge o dinheiro que é, pois, produto do crescimento da economia e do aumento das trocas.

Gernet (1980) realizou estudo sobre a origem da noção do valor, tomando como realidade a Grécia antiga, estudo este que apresentaremos neste texto. A origem da noção mítica do valor, conforme o autor intitula seu estudo, entendemos ser um tema de grande valor para a compreensão do dinheiro, pois uma das principais funções deste, que inclusive é uma das que o constituiu enquanto tal, é a de servir de medida de valor. Portanto, investigar a origem da noção de valor, como ela se forma na mente humana, é

tema necessário a complementar o presente trabalho. A partir do estudo da noção de valor, o autor apresenta a sua visão da origem da moeda que, no seu entender, decorre naturalmente da relação mítica entre os objetos dados como prêmio em jogos e competições. O estudo acerca da origem da moeda toma como ambiente histórico a Grécia antiga, onde se teve notícia pela primeira vez na história da humanidade do uso da moeda *stricto sensu* ou da moeda posta de forma legal.

Marx, embora não tenha apresentado um estudo específico sobre a origem do dinheiro, nos seus escritos, especialmente nos **Grundrisse**, apresenta elementos substanciais sobre o tema. Evidencia-se, ademais, que a concepção do autor sobre o surgimento do dinheiro coloca-o como decorrente das trocas, expressando uma concepção materialista acerca do fenómeno. Faremos uma apresentação sintética de suas lições sobre o tema.

Em *O dinheiro em Marx e a partir de Marx: o valor*, nossa discussão parte do capitalismo, considerando que sua organização e reprodução, repousam essencialmente sobre a produção, circulação e consumo e, em todas estas etapas de seu funcionamento operam em torno de sua unidade constitutiva central, a mercadoria. O objeto de estudo de Marx, e ente central do sistema capitalista, a mercadoria, em um processo de transmutação e evolução leva à constituição do dinheiro, que é a forma mais evoluída do capital. É o dinheiro o elemento que permite as trocas de mercadorias entre os agentes da produção da riqueza material, expandindo a sua atuação para além dos espaços nacionais e assumindo o papel de dinheiro mundial. O dinheiro serve de medida de valor e de meio de troca, mas também assume, na condição de mercadoria das mercadorias, a função de instrumento de guarda e acúmulo de riqueza. Apresenta-se assim, como elemento essencial para o funcionamento do sistema. Veremos como Marx o apresenta nas Seções I e II de **O Capital** (1988).

Para mostrar o conceito de dinheiro, o autor parte da análise da riqueza produzida no modo de produção capitalista e, mais especificamente, da sua forma fundamental como a riqueza que se apresenta, ou seja, na forma de uma mercadoria. Para o autor, a riqueza na sociedade capitalista coloca-se como uma grande coleção de mercadorias. A mercadoria é uma coisa que, por seus próprios atributos, satisfaz necessidades humanas das mais diversas espécies. Essa propriedade de satisfazer necessidades humanas torna-a útil, constituindo-a como valor-de-uso. O valor de uso realiza-se somente no uso ou no consumo da coisa e é expressão do trabalho humano concreto, sensível, que é o trabalho aplicado para produzir as utilidades para satisfazer as necessidades humanas.

Mas a mercadoria só se manifesta como tal quando posta em um processo de troca, pois a coisa só se constitui como uma mercadoria quando ela é produzida para o consumo do outro e não para o consumo do próprio produtor. É a mercadoria, como unidade básica do sistema capitalista, que o constitui e lhe empresta a dinâmica de funcionamento. Posta em relação de troca, ela exhibe seu valor de troca. O valor de troca é a expressão do trabalho humano em sua forma abstrata, o trabalho humano igual, que se constitui como o esforço despendido na produção das coisas e é medido por unidade de tempo – horas, dias, mês. O valor de troca mostra-se, em princípio, como uma relação quantitativa, uma troca de proporções de valores de uso de uma espécie contra valores de uso de outra espécie. Entretanto, analisando o fenômeno mais de perto, constata-se que, nas diversas operações de troca que se realizam, por exemplo, x quantia de uma mercadoria A, por y quantia da mercadoria B, por z quantia da mercadoria C, a permutabilidade de diferentes mercadorias entre si revela que há uma substância da mesma grandeza em comum entre elas e que permite a realização da operação. Essa substância em comum é o trabalho humano abstrato. Se o valor de uma mercadoria é o trabalho abstrato nela contida, o valor de troca é a forma pela qual o valor se expressa.

No capítulo *A Forma Dinheiro*, avançamos nas reflexões em torno de Marx. Demonstrada a natureza do valor que se expressa em relações de caráter social através do valor de troca, Marx passa a demonstrar o surgimento do dinheiro. Para o autor, as mercadorias têm em comum uma forma de valor que destoa da variedade de formas naturais expressas em seus usos. Esse valor em comum é a forma dinheiro e Marx mostra a evolução da relação de valor que revelou o dinheiro, partindo de sua forma simples, que é a relação expressa na troca de uma mercadoria com uma única mercadoria de tipo diferente. Nessa relação, as duas mercadorias apresentam-se como dois lados da mesma relação de troca. Uma mercadoria ocupa a posição relativa quando é trocada por outra, que assume a posição equivalente. A mercadoria equivalente serve de material para a expressão do valor da primeira.

A forma simples de valor evolui para a forma desdobrada, em que uma mercadoria é comparada a infinitas outras mercadorias, e para a forma total, que é a que mostra todas as mercadorias expressando seu valor em uma única. Dessa forma, substituindo a mercadoria que expressa o valor de todas as demais pelo ouro já se tem a expressão do dinheiro.

Em seguida, no capítulo *O Marxismo e o Dinheiro Mercadoria – os estudos de Antunes e Germer*, analisamos os estudos dos comentadores da obra marxiana sobre este tema.

A pesquisa revelou-nos que é esta a conceituação, dinheiro como mercadoria, que se mostra a mais adequada à exposição feita por Marx, o que nos conduziu ao entendimento de que é importante investigar os fundamentos nos quais os comentadores, que adotam o mesmo conceito, apoiam-se para alcançar esta compreensão.

Os aspectos objeto de estudo são: o fetiche da mercadoria, que se caracteriza pelo fato de que a mercadoria, em uma análise apenas fenomênica, esconde as relações sociais das quais é resultado; o valor, que é a expressão do trabalho humano abstrato; e a relação do dinheiro com o capital, enfatizando as diferenças entre essas duas determinações. Por fim, percorremos como os comentadores compreendem o conceito do dinheiro mercadoria.

Por o valor ser conceito fundamental para compreender o dinheiro e o fetiche da mercadoria, conforme comentadores da obra marxiana, ser conceito central para compreender o valor, iniciamos o capítulo analisando esses dois conceitos, que serão estudados a partir de duas compreensões distintas: a compreensão a partir da economia política e a compreensão a partir da Metafísica. Nessa, o fetiche será apresentado traçando um paralelo deste com a religião, uma vez que esse paralelo auxilia na compreensão de seu conceito enquanto aspecto da economia política. Na sequência, será apresentado o estudo sobre a relação entre o dinheiro e o capital. Segundo Germer (1995), a incapacidade que os estudiosos da obra de Marx demonstram em separar estes conceitos, dinheiro e capital, é fonte de incompreensão tanto de um como de outro.

O capítulo caminha para apresentação do resultado da pesquisa sobre a investigação acerca do dinheiro-mercadoria, conforme Marx o concebeu, nas palavras dos comentadores de sua obra.

Finalmente, na *Conclusão* faremos a exposição das diferenças entre o dinheiro antes e depois do capitalismo.

Registramos, para evitar dúvidas na exposição do tema, que inúmeros autores, incluindo Marx, ao se referirem ao dinheiro, frequentemente usam o termo moeda que, no entanto, são conceitos distintos.

2 UMA BREVE HISTÓRIA DO DINHEIRO

Neste capítulo faremos um breve histórico do surgimento do dinheiro, desde os períodos mais remotos da humanidade, para os quais haja registro, até a forma que ele assume com o desenvolvimento do capitalismo.

A importância da apresentação da história do desenvolvimento do dinheiro consiste em demonstrar que este faz parte da história humana, das mais diversas formas de produção de sua subsistência material e da distribuição da riqueza entre os indivíduos, e essa presença verifica-se desde tempos remotos, ainda que em sua forma embrionária. Este estudo contribui também para reconstruir as diversas fases de desenvolvimento ao longo da história, desde os primeiros signos monetários e o desenvolvimento da noção de valor, até os tempos atuais.

Apresentar o dinheiro e seu desenvolvimento ao longo dos tempos permitirá diferenciá-lo entre a sua constituição nas fases anteriores ao capitalismo e esta última forma de organização da produção da riqueza. O estudo de Karl Marx sobre o dinheiro, realçamos, inicia-se a partir da constituição do capitalismo.

2.1 Os primeiros registros históricos sobre o dinheiro – Hesíodo e o desenvolvimento das medidas

Para compreender o surgimento do dinheiro, desde os tempos mais remotos, coloca-se como fundamental a consulta aos escritos dos primeiros filósofos¹. Os primeiros registros da elaboração de elementos intelectuais que conferem sustentação ao surgimento do dinheiro encontramos na Grécia, na obra de Hesíodo, **Os Trabalhos e os Dias** (2012). Trata-se, de nossa parte, de um trabalho de perscrutar do desenvolvimento intelectual mais primário até os tempos atuais para compreender em que se constitui hoje um dos elementos mais importantes de organização da humanidade, o dinheiro.

Hesíodo produziu a obra nos anos finais do século VIII a.C e seu conteúdo situa-se na área de conhecimento da economia, embora não apenas, uma vez que o tema da justiça ocupa lugar central, bem como a economia da casa, o calendário agrícola, o trabalho e os melhores dias para o desenvolvimento de determinadas atividades. Para Hesíodo, somente com uma justiça reta, o trabalho é adequadamente recompensado. A justiça está no meio-termo, o “nem o mais e nem o menos”, concepção que é a mesma

¹Hesíodo, embora apresentado como filósofo, a rigor, era poeta, que expressou suas ideias na forma de cânticos. O surgimento da filosofia é datada em época posterior a este.

adotada por Aristóteles, como se verá a seguir. Essa concepção de justiça é revelada quando, ao criticar os membros da nobreza, encarregados de sua administração, aos quais ele chama de “devoradores de presentes”, ele ensina que “Não sabem quanto a metade é maior do que o todo”. A metade, sinônimo de meio termo, o nem mais e nem menos, é a expressão da justiça, contraposta à desmedida (HESÍODO, 2012, p. 85).

Ainda sobre a justiça preconizada por Hesíodo, Foucault afirma que “O que Hesíodo convoca em seu canto é uma justiça que se articule com um novo saber (o do calendário e das cronologias naturais); com uma nova prática da medida (a medida da troca e da restituição, algo como a moeda); com uma nova distribuição da soberania” (FOUCAULT, 2018, p. 106). A busca por medidas revela uma necessidade das relações econômicas que aconteciam na comunidade grega, medidas (de tempo) necessárias para saber a época certa para plantar e para colher, para medir a retribuição ao trabalho e estabelecer a justiça nas trocas, o devolver na medida certa do que foi emprestado. Essa busca por medidas, em um processo de evolução relacionado ao crescimento da economia, à divisão social do trabalho e, conseqüentemente, ao crescimento da circulação da riqueza, resulta na necessidade de buscar um elemento que faça fluir a riqueza, é quando acontece o desenvolvimento do dinheiro. É o dinheiro que facilita as trocas, ao servir de medida de valor e meio de circulação de mercadorias.

Há autores, como Moura, estudioso que traduziu a obra, que compreendem o poema de Hesíodo como o testemunho de uma crise agrária que teria afetado os pequenos produtores, com seu empobrecimento, aumentando a sua dependência em relação aos grandes produtores. Nesse contexto de crise, compreende-se o clamor expresso no poema por uma justiça, que segundo Foucault, preconizava a implantação “de um sistema de cálculo do tempo que lhes permita saber quando fazer a colheita, o semeio, no melhor momento. E quando pagar a dívida no prazo combinado”, bem como de um sistema de medida que

permita converter em números a colheita, manter uma certa taxa de troca, calcular o que é devido. Sistema novo, ainda mais necessário para os camponeses porque até então as medições eram feitas adotando unidades de cabeças de gado, objetos de ouro ou bronze, que estavam em posse dos ricos (FOUCAULT, 2018, p. 110-111).

A busca por uma medida, expressa no poema de Hesíodo, não tem ainda o seu sentido e sua função definidos, pois trata-se de buscar uma forma de medir o tempo²,

² Nesta época “o calendário religioso que dividia o ano era um calendário lunar que não coincidia com o ano solar e com o sistema dos solstícios e das estações. Daí a busca de um calendário astral e

definir o calendário agrícola e a avaliar quantitativa e qualitativamente os produtos. É uma busca para permitir determinar também o “nem demais nem de menos”, a medida como cálculo e como norma, visando a justiça entre as partes, segundo Foucault (2018, p. 119).

A crise na agricultura, caracterizada pelo endividamento rural, provocado pela transferência de terras e pelas dívidas, deslocou parte da população para os povoados, onde começou a se dedicar ao artesanato. O desenvolvimento do artesanato levou ao comércio e às trocas, o que conduziu à adoção de objetos que permitissem a efetivação dessas ações. Desse metabolismo social, desenvolveu-se o dinheiro. Foucault localiza historicamente o surgimento da moeda nos séculos VII e VI, a partir da implementação das medidas: medida do tempo, medidas de avaliação quantitativa e qualitativa das coisas (FOUCAULT, 2018, p. 119). O autor destaca que antes “de inserir-se na consciência ocidental como princípio de quantificação, de harmonia, de não-excesso clássico”, a medida grega constituía-se em uma “prática social e polimorfa de estimativa, de quantificação, de cálculo de equivalências, de busca das proporções e das distribuições adequadas” (FOUCAULT, 2018, p. 120).

O autor opõe-se à interpretação que compreende o surgimento do dinheiro a partir das trocas mercantis. A interpretação tradicional, que compreende o surgimento da moeda como derivada das trocas efetuadas pelos agricultores e do comércio terrestre, mas principalmente do comércio marítimo, talvez explique o uso da moeda na Lídia ou na Fenícia, mas não teria sido com base nesse modelo que ela teria se constituído na Grécia. Os elementos que embasam esta última conclusão são os de que, embora a moeda estivesse institucionalizada na maioria das grandes cidades gregas, algumas, nas quais havia a atividade comercial, as transações eram efetuadas com base no escambo, não adotando, portanto, a moeda. Outro elemento que sustenta essa conclusão, segundo Foucault, é o de que as primeiras estimativas de equivalência, apresentadas por Homero, não são feitas entre objetos de troca, mas com objetos usados em rituais de sacrifício e utilizados para esse fim. Eis que esses objetos ofertados não aparecem em quantidades aleatórias, como se fossem usados somente para efetuação de cálculos, mas aparecem em quantidades que expressam números rituais usados nos sacrifícios, como 9, 12, 100. Isso leva a supor, segundo o autor, que os cálculos de equivalência, quando aplicados à troca comercial, adotavam o modelo e a fundamentação do reconhecimento da substituibilidade religiosa e não a estimativa do valor idêntico. Acrescenta, a seus de uma tabela das probabilidades meteorológicas como a que vemos em *Os Trabalhos e os Dias* (FOUCAULT, 2018, p. 110-111).

elementos de convicção, o argumento de que os primeiros usos da moeda aplicam-se à coleta de impostos e à distribuição do dinheiro, efetuadas pelos tiranos para estimar fortunas e, a partir delas, classificar os cidadãos e bem como definir seus direitos políticos, elementos que denotam o uso não comercial da moeda (FOUCAULT, 2018, p. 120-121).

Foucault apresenta um exemplo histórico concreto que expressa sua compreensão sobre a instituição da moeda. Cípselo, tirano de Corinto, assumiu o poder em um contexto social de grande endividamento dos camponeses. A assunção ao poder ocorreu com apoio de um exército formado por esses pequenos camponeses. Para resolver o problema das dívidas, as existentes e as que poderiam surgir no futuro, Cípselo tomou medidas como as de expulsar [do poder] a velha aristocracia e realizar uma redistribuição parcial das terras, instituindo ainda a cobrança de dez por cento sobre os rendimentos mais altos. Tais medidas possibilitaram “distribuições diretas aos pobres, financiamento de obras públicas, adiantamentos aos artesãos – e assim o pagamento das dívidas para com os ricos” (FOUCAULT, 2018, p. 122). Ainda segundo o autor, esse sistema complexo de operações não teria sido possível se fosse baseado na apropriação de gêneros, ao invés de ter um instrumento próprio, ou seja, um substituto dos gêneros [dinheiro], para levá-lo a efeito. A moeda lídia, bem como a argeia (ou eginense), poderiam ter servido de modelo para a adoção, pela Grécia, do substituto (dinheiro).

O autor afirma que a matéria do substituto (dinheiro) e sua forma são originários da Lídia (origem oriental), entretanto, “a disposição geral do sistema tem uma origem religiosa” (FOUCAULT, 2018, p. 122). Por disposição geral do sistema, ele entende a origem coletiva dos recursos, a saber: o recolhimento do dízimo e a redistribuição aos participantes (cidadãos), que é o esquema sacrificial. O jogo caracterizado pelo “sacrifício, partilha, coleta, redistribuição – é uma forma religiosa de revigoração dos indivíduos e do grupo que foi transposta para a prática social em que estava em causa resolver um conflito de classes” (FOUCAULT, 2018, p. 122). A fórmula religiosa serviu, portanto, para a resolução dos problemas sociais através do dinheiro.

Foi do entrecruzamento de duas operações, a resolução de problemas econômicos e as práticas religiosas, que se originou a moeda e ela começou a circular através da redistribuição das terras; do crédito; da circulação monetária controlada pela cobrança de impostos; da atividade econômica centrada no comércio marítimo; e dos ritos sacrificiais nos quais os participantes doam a deus parte de suas riquezas. Possivelmente tenham surgido moedas, ao invés de apenas uma moeda. No litoral do Mediterrâneo, talvez

tenham surgido as moedas lídia, ligada ao Estado; a fenícia, ligada ao comércio; e a grega, que tem sua origem relacionada aos conflitos e alianças de classes, decorrentes do endividamento rural, bem como ao surgimento do artesanato e de um exército, composto por pequenos camponeses, e à fratura nos interesses da classe rica.

Segundo Foucault, “esta análise nos mostra que a essência mercantil da moeda não é sua raiz histórica. O começo da moeda não é uma origem solene que já inserisse sua natureza mercante e metafísica” (FOUCAULT, 2018, p. 124). Para além disso, a moeda foi instrumento de distribuição da riqueza, constituindo-se, nessa função, em um simulacro de natureza religiosa ao exercer o papel de suporte das cobranças e das contribuições dos indivíduos para o estado. Serviu também como instrumento para efetuar as distribuições e redistribuições (restabelecer, em parte, a justiça entre os homens), lembrando que essas distribuições e redistribuições “revigoram magicamente o corpo social inteiro” (FOUCAULT, 2018, p. 144). Assim, a moeda, segundo o autor, “é o simulacro do poder repartido entre todas as mãos, enquanto assegura, à custa de um certo sacrifício econômico, a manutenção do poder em algumas mãos” (FOUCAULT, 2018, p. 144).

2.2 O dinheiro em Aristóteles

Segundo Antunes (2013), Aristóteles é reconhecidamente quem primeiro sistematiza a análise e a definição do que é o dinheiro, não apenas inaugurando, mas determinando essa definição. Em seu estudo, especialmente nas obras **Ética a Nicômaco** e em **Política**, já se encontram presentes muitos dos elementos e funções que o dinheiro desempenha na fase atual do desenvolvimento econômico, sendo apresentado como meio de circulação e condenado por sua função de acumulação de capital e como gerador de capital, através de seu uso para fruir juros (ARISTÓTELES, 2015, 1133A15-20; 1133b15). A mercadoria, para cuja circulação estava posto o dinheiro, já era apresentada como portadora de duas formas de valor, o valor-de-uso, que o autor chama de uso próprio, e o valor de troca (ARISTÓTELES, 2017, p. 43-44).

Pensar a noção de dinheiro em Aristóteles exige, antes, compreender seu conceito de justiça, tanto em sua forma geral quanto em suas formas específicas: a justiça distributiva, a justiça corretiva e a justiça nas trocas. Para Aristóteles, de acordo com Antunes, a justiça deve ter como objeto de ação os homens e sua relação com a riqueza, uma vez que a justiça ocupa-se especificamente com a repartição da riqueza, visando a

equidade e igualdade entre os membros da comunidade (ANTUNES, 2013). Essa riqueza é constituída pelos bens exteriores e, nas palavras de Aristóteles,

Todos compreendem a justiça como uma disposição de caráter pela qual os homens praticam coisas que são justas, e pela qual agem de maneira justa e desejam coisas justas; do mesmo modo também em relação à injustiça, pela qual agem de maneira injusta e deseja coisas injustas. Por isso nós também, em linhas gerais, tomaremos isto como correto (ARISTÓTELES, 2015, 1129a10).

Na análise de Antunes, para Aristóteles,

Justiça, em sua definição geral, é uma espécie de disposição do caráter que torna os homens capazes de realizar ações justas, que os faz agir justamente e desejar as coisas justas. O homem justo, por isso, é aquele que obedece a lei, pois a lei é a expressão jurídica da vontade e do bem geral da comunidade. O homem justo é aquele que toma para si apenas o que lhe é próprio, não se apropriando, por isso, de nenhuma parcela da riqueza comum ou privada além daquela que lhe pertence por direito. O homem justo é aquele que respeita a igualdade, pois o justo é uma espécie de igualdade (ANTUNES, 2013. n.p.).

Desse forma, Aristóteles identifica a justiça com a virtude, a qual deve ser completa, não no sentido absoluto, mas em relação ao outro, uma vez que “aquele que a possui é capaz também de fazer uso da virtude do outro, e não somente a si próprio” (ARISTÓTELES, 2015, 1129b25-30).

Da justiça geral decorrem outras expressões específicas, como a justiça que “se manifesta nas distribuições das honras, do dinheiro, ou das outras coisas que são divididas aos que participam da comunidade política; a outra espécie é a que tem um papel corretivo nas transações entre os indivíduos” (ARISTÓTELES, 2015, 1130b30). Já em relação às transações entre os homens, Aristóteles classifica-as em dois tipos, as voluntárias e as involuntárias, sendo que a ideia de transação involuntária aplica-se à vontade de ambas as partes, assim, se uma das partes não participou voluntariamente, a transação é classificada como involuntária. As transações voluntárias são as transações de natureza econômica, voluntariamente estabelecidas entre os homens: a compra e a venda, o empréstimo para consumo, as penhoras, o empréstimo para o uso, o depósito, a locação. As transações involuntárias são as ações clandestinas: o furto, o adultério, o aliciamento de escravos, e outras (ARISTÓTELES, 2015, 1131a5).

A justiça distributiva aplica-se à repartição dos bens comuns entre os membros da comunidade, bens adquiridos “através de um empreendimento comum de seus membros – como os saques provenientes da guerra” (ANTUNES, 2013, n. p). Para Aristóteles, na

justiça distributiva, “o justo implica então necessariamente ao menos quatro termos: as pessoas para as quais ele é de fato justo, e que são duas, e as coisas nas quais ele se manifesta, que são igualmente duas” (ARISTÓTELES, 2015, 1131a20). Essa modalidade de justiça não zela pela igualdade entre as pessoas e, conseqüentemente, pela igualdade na distribuição das coisas: “se, com efeito, as pessoas não são iguais, elas não terão partes iguais ... as distribuições levam em conta o mérito das pessoas [...] todos os homens reconhecem, de fato, que a justiça na distribuição deve se basear em algum tipo de mérito” (ARISTÓTELES, 2015, 1131a20).

Há também a justiça corretiva, que atua na correção das injustiças nas transações privadas, e, ao contrário da distributiva, “tem como princípios a igualdade entre os homens e a proporcionalidade aritmética” (ANTUNES, 2013, n. p.). Nas palavras de Aristóteles, “a justiça corretiva será o intermediário entre uma perda e um ganho” (ARISTÓTELES, 2015, 1132a15). A justiça é a igualdade e o justo é o meio termo, nem mais e nem menos às partes envolvidas.

Aristóteles contrapõe-se à definição de justiça adotada pelos pitagóricos, que a entendiam como reciprocidade, e afirma que a reciprocidade “não coincide nem com a justiça distributiva, nem mesmo com a justiça corretiva” (ARISTÓTELES, 2015, 1132b25-30). Para justificar seu ponto de vista, o filósofo apresenta o seguinte exemplo: se um magistrado agride um indivíduo, o agredido não deve revidar, mas se o indivíduo agride o magistrado, este não só deve revidar como o outro deve ser punido. A diferença de tratamento se explicaria, segundo Antunes, pelo fato de o magistrado representar a sociedade e não apenas um indivíduo:

o magistrado, como homem de estado, não sofreu dano em sua condição de homem particular, ou homem natural, mas sim na condição de representante da comunidade. A agressão causada pelo homem particular será paga na proporção de um dano causado à comunidade – a quem o magistrado representa (ANTUNES, 2013, n.p).

Há de se ressaltar, porém, que a ideia de reciprocidade que Aristóteles critica nos pitagóricos é a direta, ou estrita, em que cada um recebe do outro a exata medida do que entregou. Essa conclusão é evidenciada quando o autor afirma que ela não caracteriza a justiça nas modalidades distributiva e corretiva, pois a reciprocidade está baseada em uma proporção e não na igualdade estrita. Portanto, Aristóteles entende a reciprocidade na forma de proporção e é nessa forma, estabelecida a proporção entre as coisas a serem trocadas, que a proporcionalidade estabelece a justiça. Nesse caso, o autor

entende a reciprocidade como uma proporção geométrica, aplicada de forma cruzada: “ora, a reciprocidade, eu compreendo que ela seja proporcional, e é realizada pela conjunção cruzada” (ARISTÓTELES, 2015, 1133a-5). Essa compreensão da proporcionalidade é ilustrada pelo autor com o exemplo de uma troca hipotética entre um arquiteto e um sapateiro. Se A é um arquiteto, B um sapateiro, C uma casa e D um sapato, para que a troca ocorra de forma justa “é preciso fazer de modo que o arquiteto receba do sapateiro o produto do trabalho deste, e lhe dê em troca seu próprio trabalho” (ARISTÓTELES, 2015, 1133a-5). Para que a troca ocorra é preciso estabelecer, antes de tudo, uma igualdade com base na proporcionalidade e, “se não for assim, a troca não será igual e nem se manterá, visto que nada impede que o trabalho de um não tenha um valor superior ao do outro, e é aí que a igualdade se torna indispensável” (ARISTÓTELES, 2015, 1133a10). Essa solução torna as trocas iguais entre pessoas e coisas desiguais e, se não for assim, elas não acontecem, os ofícios desaparecem e a própria cidade não subsiste.

Nesse caso, é somente entre pessoas desiguais e produtos desiguais que as trocas acontecem pois, como afirma Aristóteles, “não é entre dois médicos que nasce uma comunidade de interesses, mas de uma maneira geral, entre pessoas diferentes e desiguais, o que é preciso então equalizar” (ARISTÓTELES, 2015, 11331a15), realçando que são as trocas que formam e mantêm uma comunidade de interesses. Essa necessidade de equalizar a relação entre as pessoas que trocam e entre as coisas que são trocadas impõe a condição de que elas sejam comensuráveis entre si, e este papel de tornar os objetos comensuráveis é atribuído por Aristóteles ao dinheiro, que funciona como um meio termo, porque ele mede todas as coisas, e também o excesso e a deficiência. A relação entre um arquiteto e um sapateiro deve ser a mesma relação entre uma casa e um determinado número de sapatos, ou entre sapatos e determinada quantidade de alimentos. Diante disso, entre todas as coisas postas em transação deve haver uma certa igualdade, baseada na proporção geométrica.

Por consequência, a necessidade de medir as coisas trocadas leva à necessidade de um padrão de medição, o qual é, segundo Aristóteles, a procura ou as necessidades. Se não houvesse necessidades, não haveria trocas (ARISTÓTELES, 2015, 1133a25). O dinheiro, que é posto nas trocas por convenção (nomismo), é um tipo de substituto da procura, da necessidade e, por ser fruto da convenção, ele pode ser mudado ou tornado inutilizável (ARISTÓTELES, 2015, 1133a30). Assim, a reciprocidade haverá, segundo Aristóteles, quando as proporções forem igualadas, de tal modo que a relação entre o

agricultor e o sapateiro seja a mesma que a relação entre o produto do trabalho do sapateiro e o produto do trabalho do agricultor. Porém, essa proporção deverá ser estabelecida antes da troca, pois somente nesse estado eles estarão em igualdade e comunidade de interesses (ARISTÓTELES, 2015, 1133b).

Vê-se, até esse ponto, que o dinheiro é apresentado como fruto da convenção da comunidade e, portanto, ele não se desenvolve a partir das trocas, ele é introduzido a partir de um fora, sendo, portanto, um ente externo às trocas. Sua introdução nas trocas dá-se para que os objetos a serem trocados possam ser medidos e a relação entre os indivíduos que trocam e as coisas trocadas sejam equalizados. A partir disso, podemos compreender que o dinheiro é fruto da convenção entre as pessoas e tem suas primeiras funções reveladas: servir como instrumento de avaliação dos objetos trocados, por intermédio de sua função de medida dos valores; e servir como meio de circulação, pois ele permite que os produtos sejam postos em circulação, sejam trocados, sendo introduzido nas trocas como medida externa para comparação dos produtos a serem transacionados (ANTUNES, 2013). Entretanto, esclarecemos que o padrão de medida das coisas é a procura ou a necessidade e o dinheiro é o substituto dessa procura ou necessidade, sendo então,

indispensável que todos os bens sejam medidos por um único padrão e esse padrão não é outro do que a procura, que une todas as coisas, mas o dinheiro se tornou um tipo de substituto da procura, por convenção, e é por essa razão que o dinheiro (numisma) recebe este nome (ARISTÓTELES, 2015, 1133a30).

O valor de um bem decorre, portanto, da necessidade que os indivíduos sentem em possuí-lo. Aristóteles, embora estabeleça a procura como padrão de medida, não aponta claramente qual é o elemento a ser tomado para comparação dos objetos trocados. Antunes, a respeito dessa questão, interroga: “Os bens trocados devem ser proporcionais ao mérito particular de cada artesão, às habilidades particulares para o trabalho, ao tempo de trabalho despendido na produção ou à utilidade dos produtos?” (ANTUNES, 2013, n.p.). O fato é que, adotando qualquer desses atributos como elemento para estabelecer a proporcionalidade (igualdade geométrica) entre os bens trocados, esta não será alcançada.

Assim, por um lado, se for tomado o primeiro elemento de comparação apontado por Antunes, a saber, o mérito particular do produtor, caracterizado pelas relações que os ofícios estabelecem com os cultos, os costumes da cidade ou a posição de hierarquia e

de estamento que ocupam dentro da divisão social do trabalho, a proporcionalidade não será alcançada. Ainda que o artesão gaste pouco tempo para produzir seus produtos, esses produtos superiores serão trocados por uma quantidade maior de produtos inferiores e o produtor de mérito será remunerado com produtos em quantidade superior ao que é reconhecido pelos costumes da cidade. Com isso, não estará estabelecida a reciprocidade geométrica, necessária às trocas justas.

Por outro lado, se o atributo estabelecido para equalizar os produtos e os produtores for a habilidade peculiar do artesão ou sua capacidade de produzir produtos de qualidade excepcionalmente acima dos demais produtores, então, mesmo esse produtor ocupando uma posição inferior nos costumes da comunidade e mesmo despendendo menos trabalho para fabricar seus produtos, ele receberá em troca uma quantidade de produtos maior e novamente não se verificará a reciprocidade geométrica na troca.

Por último, se o atributo para definir a reciprocidade geométrica for o tempo de trabalho despendido na produção, os bens que demandam mais tempo de trabalho serão trocados por uma porção de bens mais fáceis de serem produzidos e que compensem o tempo maior e o esforço extra na produção daqueles, ainda que os bens de mais fácil produção sejam estatutariamente superiores. Segundo Antunes,

A quantidade de trabalho só poderia ser vista por Aristóteles, e a cultura grega, como medida de eficiência do trabalho e não como medida de equivalência entre diferentes mercadorias. A equivalência é uma medida de igualdade que mede a quantidade justa de bens que deve ser dada em troca da oferta de outros bens. A eficiência não possui nenhuma relação com a medida da igualdade. A eficiência mede a quantidade justa de trabalhadores e horas de trabalho que deve ser gasta ou empregada na fabricação de determinado bem ou obra humana (ANTUNES, 2013, n.p.).

Essas conclusões decorrem da constatação do grau de desenvolvimento da divisão social do trabalho na Grécia de Aristóteles e, por conseguinte, do desenvolvimento que o comércio e as trocas haviam alcançado à época. Entretanto, se o critério usado para equalizar os produtos é a utilidade, independente dos outros atributos citados anteriormente, maior terá que ser a porção do bem que o outro terá que oferecer como contrapartida. Nesse sentido, de acordo com Antunes (2013), é reconhecido que, além dos princípios da reciprocidade, da igualdade e da equidade, as trocas devem ter como elemento de comensurabilidade outro elemento de comparação igual e comum a todas as mercadorias.

Sendo, pois, a carência ou a necessidade o elemento motivador das trocas, o elo que liga todas as coisas, “esse padrão [o padrão que mede todos os bens] não é outro, na verdade, do que a procura, que une todas as coisas (pois se os homens não tivessem desejo de nada, ou se as necessidades não fossem iguais, não existiria mais troca, ou as trocas seriam diferentes)” (ARISTÓTELES, 2015, 1133a30). Assim, é a necessidade o verdadeiro elo entre os produtos trocados e, portanto, entre os seres humanos; o dinheiro é apenas o substituto da necessidade: “[...] mas o dinheiro se tornou um substituto da procura” (ARISTÓTELES, 2015, 1133a30). Sendo o elo entre as coisas e, por decorrência, entre os seres humanos, a necessidade ou a procura é o elemento constituidor da comunidade.

Nesse caso, se o dinheiro é o substituto da necessidade, o padrão de medição das coisas trocadas, e se ele não é o representante da necessidade, está caracterizada a sua condição de elemento introduzido de fora para dentro das trocas. Portanto, é adotado como elemento convencional a possibilitar a circulação das coisas e, não é, por decorrência lógica, elemento de comparação das coisas que se desenvolvem no interior e a partir dessas práticas. O dinheiro não surge das trocas, a comunidade convencional adotá-lo como padrão a partir das necessidades de um padrão de medição e da necessidade primeira de permitir as trocas. Nas palavras de Aristóteles, “[...] o dinheiro (*nómisma*) recebe este nome, porque ele existe, não por natureza, mas em virtude da lei (*nómos*) [...]” (ARISTÓTELES, 2015, 1133a30).

Assim sendo, o padrão usado como comparação entre duas coisas deve ter algum elemento ou componente comum às coisas objeto de troca, pois duas coisas diferentes, para poderem ser comparadas entre si, devem ser comparadas ou reduzidas a uma terceira. Por ser o dinheiro, na concepção de Aristóteles, fruto da convenção, da lei, o filósofo reconhece que o dinheiro não possui qualquer elemento ou componente natural que sirva de parâmetro de comparação entre objetos trocados. Por ser fruto do gênio humano, o dinheiro “tem sua gênese, claramente, na visão de Aristóteles, na necessidade moral dos agentes da troca e não na necessidade impessoal do mundo das mercadorias” (ANTUNES, 2013, n.p.)

A substituição da necessidade ou da procura pelo dinheiro, pelo *nómisma*, revela um aspecto importante da concepção aristotélica do dinheiro: essa substituição expressa uma mudança histórica do elemento padrão para medir as trocas que é a passagem do antes para o depois da vida em comunidade, como explica Antunes:

A relação entre *chreia* e *nomisma* pode ser esclarecida da seguinte maneira. Devemos supor que a divisão aristotélica entre *chreia* e *nomisma* corresponde a uma divisão que separa o antes e o depois da vida em comunidade, a uma separação que se tornou clássica entre os jusnaturalistas ingleses na forma de um antes e um depois do contrato de associação que funda a sociedade. Na base da concepção de Aristóteles existe um antes e um depois da fundação da cidade que corresponde a um antes e um depois da introdução do dinheiro nas relações de troca (ANTUNES, 2013, n.p.).

O dinheiro representa, dessa forma, segundo Aristóteles, o elemento constituinte da comunidade, pois permite estabelecer as condições para tal, uma vez que, a partir da introdução do dinheiro há igualdade e justiça, condições indispensáveis à existência da comunidade. De acordo com Antunes e

Segundo a concepção de Aristóteles, antes da introdução do dinheiro não teria havido propriamente comunidade humana, porque não teria havido igualdade e justiça. Antes da introdução do dinheiro, as trocas, ainda que baseadas na reciprocidade, seriam regidas por um princípio injusto e desigual, pois seriam regidas pela *chreia*. A *chreia*, ainda que esteja na base da sociabilidade humana, sofre do defeito da particularidade e da mutabilidade segundo o tempo, o espaço e os homens. Por esse motivo, a *chreia* é insuficiente para fundar uma comunidade humana baseada na igualdade e na justiça (ANTUNES, 2013, n.p.).

Em síntese, a análise de Aristóteles está baseada na contraposição entre o modelo de trocas primitivas, que tem como elemento de comparação a necessidade, e o modelo que adota o dinheiro como elemento de equiparação entre as coisas. Ou seja,

O modelo de análise de Aristóteles fundamenta-se, assim, numa contraposição entre o modelo das trocas primitivas, baseado na *chreia* como base da reciprocidade e na ausência de um instrumento de comparação comum e geral entre as mercadorias, e o modelo monetarização das trocas, baseado no dinheiro como forma geral de equiparação entre os produtos (ANTUNES, 2013, n.p.).

Aristóteles define dois modos de aquisição da riqueza: aquela adquirida pelo governo doméstico e a outra, pelo comércio. À aquisição pelo governo doméstico, ele classifica como indispensável e digna de elogios. Já à aquisição pelo comércio, o filósofo apresenta objeções por não ser conforme a natureza e porque o homem lucra sobre o outro (ARISTÓTELES, 2017, p. 47-48).

A ciência da aquisição da riqueza é uma parte do governo doméstico.

Quanto à aquisição da riqueza pela troca, esta se divide em comércio, que é a principal forma, e a segunda, que é a usura. Esta forma de aquisição de riqueza é

condenada, pois desvia a função do dinheiro para a qual foi criado, que é a de facilitar as trocas. A usura “faz que o dinheiro sirva para aumentar-se a si mesmo” (Aristóteles, 2017, p. 48)

Outro aspecto apresentado por Aristóteles, quando se trata da *arte da riqueza*, é o de que “cada coisa que possuímos tem dois usos [...] um é próprio, conforme sua destinação, e o outro é impróprio ou desviado para algum outro fim” (ARISTÓTELES, 2017, p. 43-44). O filósofo coloca como exemplo o sapato: ele pode ser usado para ser calçado ou pode ser vendido. No segundo caso, o uso dado não é o próprio da coisa, posto que ele não foi feito para servir de artigo de troca (ARISTÓTELES, 2017, p. 44). Esse conceito será retomado posteriormente por Marx, quando trata da mercadoria e suas duas formas de valores, o de uso e o de troca, e será visto oportunamente nesta pesquisa.

Ao tratar da usura como a forma de o dinheiro gerar dinheiro a partir dele mesmo, Aristóteles apresenta e antecipa uma das realidades da economia que assumiu proporções extraordinárias na economia moderna, que é a questão do dinheiro abstrato ou do capital abstrato.

Ao analisar a relação que Aristóteles estabelece entre o dinheiro e a política, Antunes afirma que o filósofo grego entende que a vida em comunidade deve ser analisada sob o mesmo prisma da análise das formas de vida naturais. Essa forma de análise aparece na compreensão do dinheiro como capital, pois o “dinheiro empregado como capital poderia, desse modo, ser compreendido como uma deformação e hipertrofia do dinheiro como meio e instrumento de troca, assim como a deformação e a hipertrofia presentes no desenvolvimento de certos organismos marinhos” (ANTUNES, 2013, n.p.).

O filósofo grego apresenta uma ideia limitada sobre o dinheiro e suas funções, posto que encontra dificuldades em comparar, qualitativamente, duas coisas diferentes e colocá-las como qualitativamente iguais. Segundo Marx, essa dificuldade decorre do fato de que, em seu tempo, Aristóteles não poderia concluir que a determinação que permite a comparação qualitativa de duas coisas diferentes é o valor, que é a expressão do trabalho humano abstrato (MARX, 1988, p. 61-62). O grau de desenvolvimento alcançado pela economia de seu tempo não lhe permitiu alcançar esse conceito, pois o trabalho baseava-se na escravidão e na desigualdade entre os homens e sua força de trabalho. O valor, conforme conceituado por Marx, é a expressão do trabalho humano abstrato, forma de

trabalho que só concretiza-se a partir do momento histórico em que o trabalho humano é convertido em mercadoria, o que se verifica a partir do capitalismo.

2.3 Engels e o surgimento do dinheiro

Ao tratar do nascimento do estado ateniense, Engels (s.d.) mostra as mudanças sociais e econômicas que, a partir de determinado momento, contribuíram para o surgimento do dinheiro. A antiga organização gentílica dissolveu-se e foi substituída, inicialmente de forma parcial, pela introdução de novos órgãos de poder. À continuação, esse processo resultou na constituição de autoridades com poderes governamentais, culminando na criação de uma “força pública” armada, com o propósito de defender e garantir o exercício do poder pelas autoridades. Essa força pública usurpou o lugar do povo em armas – forma de organização antecedente –, constituindo-se como um dos marcos iniciais do surgimento do estado. As causas das mudanças no estado, apontadas pelo autor, inscrevem-se centralmente na esfera da produção e distribuição da riqueza material. No regime da propriedade que, “até onde alcança a história escrita” (ENGELS, s.d.), a terra já não era mais de uso coletivo, estava repartida e estabelecida como propriedade privada. Essa apropriação privada de um dos principais meios de produção para a época corresponde a um determinado estágio de desenvolvimento das condições econômicas e do comércio de mercadorias, que já haviam alcançado um relativo desenvolvimento. Além disso, o comércio marítimo, misturado com a ocasional pirataria, enriquecia e concentrava dinheiro nas mãos da nobreza ateniense.

O sistema monetário que se desenvolvia corroeu a vida tradicional das antigas comunidades agrícolas, baseadas na economia natural. Isso porque o poder do dinheiro, que aumentava incessantemente nas mãos da nobreza, promoveu o aumento da exploração dos pequenos agricultores, estando na instituição da hipoteca, que colocava as pequenas propriedades como garantia da nobreza, um dos mecanismos dessa exploração. Assim, a compra e a venda de terras; a crescente divisão do trabalho entre a agricultura e os ofícios manuais; e o comércio provocaram alteração na composição da população, opondo a rica nobreza e os pobres agricultores. Esse processo também promoveu a divisão do trabalho entre os diferentes setores da produção, como a agricultura e os ofícios manuais, dividindo a população em torno das suas ocupações, em grupos, cada qual com seus interesses, condição que também foi fator de surgimento de novos órgãos de defesa de seus interesses.

Com o aumento da população, ocorreu a fixação de habitantes, nos espaços das tribos e das fratrias, de pessoas que, embora pertencessem ao mesmo povo, não faziam parte da corporação na qual passaram a residir. O resultado dessas mudanças foi a alteração da organização gentílica para uma nova forma, em que uma camada de privilegiados assume o seu lugar, simbolizando o surgimento do estado. O estabelecimento de uma nova constituição, atribuída a Teseu, resultou na organização de uma administração central em Atenas. Assim, a antiga organização em torno das tribos e das fratrias, que tinham autonomia e liberdade de organização e de funcionamento, foi substituída por uma administração única para o povo ateniense.

A aristocracia, ou seja, a classe dos privilegiados, aumenta seu poder cada vez mais, até que este se torna insuportável. Esses acontecimentos localizam-se historicamente por volta do Século VI a.C. A liberdade das pessoas e das classes subalternas à aristocracia foi sendo sufocada e os principais instrumentos para esse estrangulamento da liberdade foram o dinheiro e a usura. O sistema monetário, na definição de Engels, “penetrou, como um ácido corrosivo, na vida tradicional das antigas comunidades agrícolas, baseadas na economia natural” (ENGELS, s.d., p 89). Engels afirma ainda que a aparição da propriedade privada dos rebanhos e dos objetos de luxo possibilita o comércio individual e a transformação dos produtos em mercadorias, em consequência, esse “foi o germe da revolução subsequente. Quando os produtores deixaram de consumir diretamente os seus produtos, desfazendo-se deles mediante comércio, deixaram de ser donos dos mesmos” (ENGELS, s.d., p. 91).

Diante disso, Engels explica que, com a produção de mercadoria, apareceu o cultivo individual da terra e, em seguida, a propriedade deixou de ser coletiva para ser trabalhada individualmente, o que foi uma das condições que impulsionaram o surgimento do dinheiro, “a mercadoria universal pela qual todas as demais podiam ser trocadas; mas quando os homens inventaram o dinheiro, não suspeitavam que estavam criando uma força social nova, um poder universal único, diante do qual se iria inclinar a sociedade inteira” (ENGELS, s.d., p. 91).

A exposição de Engels a respeito do surgimento do dinheiro revela seu entendimento como produto das condições materiais de produção e apropriação da riqueza produzida na comunidade. São, portanto, as condições materiais, constituição da propriedade privada, do estado e o comércio que levam ao surgimento do dinheiro. As condições materiais levam à constituição do estado e, em um processo simultâneo e

combinado, o estado regula o ente dinheiro, constituindo-o como elemento de organização e de funcionamento da economia.

2.4 Da noção de valor ao valor

Uma investigação acerca do valor assume importância no estudo do dinheiro. Os seres humanos, desde tempos remotos, valem-se da noção de valor, o que se manifesta na prática de valorar os objetos envolvidos em trocas ou destinados a oferendas sagradas e prêmios em competições e concursos. Também em decorrência do desempenho dessa função surge, de forma natural, o questionamento a respeito da origem do valor: o que faz os seres humanos valorarem coisas? Para chegar à ideia do que é valor, um dos caminhos que se apresentam é o de investigar a questão desde sua origem. Para tanto, duas fontes serão apresentadas: o estudo desenvolvido por Gernet, na próxima seção *A noção mítica do valor na Grécia*, e os elementos históricos apresentados por Marx, nos **Grundrisse** (2011), na sequência.

2.4.1 A noção mítica do valor na Grécia

A noção de valor, segundo Gernet (1980, p. 85), assim como as noções de direito e economia, é uma das funções mentais que os indivíduos exercem sem que percebam o seu uso. A naturalidade com que essas noções são usadas faz pensar que elas são produto da mente humana, sem relação com a realidade. Em virtude disso, a investigação da origem dessa função se justifica. Para o autor, uma das principais razões de ser da história é restituir, onde puder e na medida em que isso for possível, o contexto histórico nos quais se vislumbra melhor estas criações humanas. Para tanto, a noção de valor inscreve-se nessas criações mentais que merecem investigação quanto a sua origem e desenvolvimento, assim como o espaço em que se desenvolvem.

A noção de quantificação, como é conhecida em seus aspectos universal e necessário, parece ser uma das mais populares que existem. Inclusive, em sociedades que são classificadas como arcaicas ou primitivas, a questão coloca-se no sentido de que a estimativa que se faz sobre objetos de posse ou de consumo mostra-se dominada por sentimentos dos mais variados tipos. Assim, a noção de valor revela-se nos sentimentos de respeito, de temor reverencial, de base de interesses, apego e orgulho, ou ainda, enquanto noção global, pois aplica-se às mais diversas esferas da vida humana. Desse modo, a noção de quantificação é determinada por uma série de atitudes mentais e

corporais, é qualificada e realçada por normas de conduta de reciprocidade e de presentes. Nesse sentido, os elementos afetivos que a determinam são acompanhados de imagens cuja natureza e função próprias devem ser objeto de consideração especial, assim como as representações gerais que fazem parte de uma sociedade, que a determinam e estabelecem o quadro necessário de qualquer pensamento. Em vista disso, a experiência torna-se mais interessante se for feita a partir de um estágio no qual a noção de valor já está constituída, mas em que se constata a influência de formas psicológicas oriundas de uma tradição antiga. Para tanto, esta investigação volta o olhar para uma civilização antiga que apresente os elementos necessários a isto (GERNET, 1980, p. 85-86).

No que diz respeito à origem da moeda, para Gernet (1980, p. 86), pode-se estudá-la de maneira particular a partir da Grécia Antiga, onde se teve notícia, pela primeira vez na história da humanidade, do uso da moeda *stricto sensu*, ou seja, da moeda posta de forma legal. Um dos aspectos para a definição da moeda é o seguinte: diferenciar o símbolo do signo, em que o primeiro permanece carregado de significados imediatos e afetivos, e o segundo esgota-se ou parece esgotar-se em sua função mesmo. Resta o que é chamado de origem da moeda: a moeda constitui-se com a passagem do símbolo ao signo, quando o signo substitui o símbolo na função de moeda. É verdade que, em muitas sociedades onde ainda não havia uma moeda propriamente dita, existiam objetos de valor que cumpriam funções mais ou menos idênticas à da moeda, mas como manifestações essencialmente concretas, ou seja, como instrumentos para viabilizar as trocas e não na função de moeda de uso geral e legalmente imposta.

Fenômeno semelhante acontece no direito, aponta Gernet (1980, p. 86), onde o rito precede e prepara a origem do próprio direito. Esses ritos são os jogos e os concursos ocorridos na Grécia, onde os comportamentos e atitudes em que se dava a apropriação individual das recompensas, caracterizam os primeiros sinais dos atos e gestos regulamentados, que passaram a caracterizar o direito arcaico. Nesse sentido, as noções de valor e propriedade sobre os objetos dados em recompensa nos jogos, bem como a representação desses objetos, a concepção de direito aplicado a essa aquisição e os comportamentos que regem a aquisição ou a defesa do direito a eles estão em mútua relação. Esses objetos e as recompensas dadas habitualmente já anunciam a moeda. No dizer de Gernet (1980, p. 87), nos jogos fúnebres da **Ilíada**, de Homero, em que essas relações estão presentes, o dinheiro e a constituição do direito estão em posições

equidistantes, e estabelecer as conexões entre o processo de constituição do dinheiro e do direito, é sempre conveniente.

Os objetos dados como prêmios, a saber, taças, fontes, tripés, armas, são da ordem dos signos pré-monetários, que aparecem geralmente com um número ou estampa, portanto, são marcados. São considerados signos pré-monetários porque sua função é medir e valorar a participação dos competidores nos jogos fúnebres, uma vez que, como de costume nos jogos homéricos, todos os concorrentes são recompensados, havendo uma hierarquia de valores entre os prêmios. Essa hierarquia obedece a uma ordem de valor, o qual é medido pelo valor dos objetos que servem de retribuição. Nesse caso, os resgates e os presentes de hospitalidade carregam números que deixam registro de tradições, de normas. Em suma, para Gernet, vários desses objetos estão em uma relação imediata com a constituição da moeda (GERNET, 1980, p. 87).

Já no século V cretense, as multas eram avaliadas em tripés e caldeirões e, ainda que isso não significasse mais do que marcas de moedas, a marca e a designação em questão eram igualmente instrutivas para o caso. Os prêmios concedidos nos jogos de Esparta, como foices de ferro, foram muitas vezes classificados como moeda espartana (GERNET, 1980, p. 80).

Os objetos dados como prêmio pertencem a uma categoria muito ampla, porém, bem definida e encontram-se dispostos em várias sequências, junto com outros similares, que são: presentes dados costumeiramente; presentes de hospitalidade; e oferendas às divindades, as quais correspondem a bens do morto e objetos depositados nos túmulos dos chefes, sendo, em geral, objetos compõem o comércio nobre (GERNET, 1980, p. 88). Nesse sentido, uma classificação implícita os opõe a outra ordem de bens, inferiores em seu valor e significado, e com emprego distinto dos anteriores. Se fosse permitido aplicar a terminologia do direito romano, embora esse formula a distinção em outro plano quando se trata de uma civilização essencialmente camponesa, poder-se-ia classificar os objetos que compõem o comércio nobre de *res Mancipi*³, que são aqueles bens de valor cuja transferência de propriedade ou posse exige formalidade própria para que esta se aperfeiçoe. Esses objetos correlativamente compõem um grupo especial no regime da propriedade: é o grupo de bens separados (no sentido literal do termo) da propriedade individual.

³ *Res Mancipi*, definição extraída de MARNOCO E SOUZA. **História das Instituições:** Direito Romano peninsular português Preleções feitas ao curso do 2º ano jurídico do ano de 1904 a 1905. 3.ed. Coimbra: França Amado Editor, 1910. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bd000088.pdf>>. Acesso em 14 nov. 2022.

Explica Gernet (1980, p. 88) que, para a classe dos guerreiros, a exemplo dos que aparecem na epopeia de Homero, a propriedade define-se por oposição a outros regimes jurídicos⁴ ou quase jurídicos, como a propriedade da terra e dos rebanhos. O direito de disposição a estes bens, ou seja, àqueles que são dados em recompensa, é absoluto, principalmente na instituição do morto. Tais objetos acompanham o rei à sua tumba. Essa noção específica, enfim, é expressa pela palavra *ktémata*, aplicada preferencialmente a essa categoria de bens, uma vez que ela enfatiza a ideia de “aquisição”: aquisição pela guerra, através dos jogos, por intermédio dos dons, mas nunca, em princípio, pelas transações comerciais.

Esse conjunto de preferências, exclusividades e normas define um espaço de domínio próprio do valor, em uma perspectiva histórica, na qual é recomendado restringir a atenção a objetos que são, por excelência, signos pré-monetários. Isso faz Gernet (1980) tomar em conta aqueles objetos que apresentam dupla característica: a de ser meio circulante e a de ser produto da atividade humana, da indústria de metal, sobretudo (tecido, metal). Essa delimitação do valor é intencional.

Gernet (1980) estabelece uma precisão em torno da ideia de valor, pois as manifestações até agora tratadas são, é claro, sobre valor econômico ou, ao menos, seus antecedentes. Porém, ele refere-se a esses simplesmente como valor, pois sempre que se fala de valor econômico tende-se a eliminar o valor propriamente dito, substituindo-o pela medida, que é essencial à ideia da coisa medida. Nesse caso, não se trata aqui do valor “banal” e abstrato, mas de um valor preferencial, incorporado a certos objetos, que preexiste ao valor econômico e o condiciona. Nas palavras do autor,

Já não vale justificar-se por tratar, como se fosse uma realidade homogênea, os diferentes aspectos do valor: podemos reconhecer neles uma “intenção” que lhes é comum, bem como um processo de idealização; processo que aparece a vários níveis da psicologia atual (GERNET, 1980, p. 89, tradução nossa).⁵

Portanto, não podemos tratar os diferentes aspectos do valor como se fossem uma realidade homogênea. É possível reconhecer neles uma “intenção” comum e, ao mesmo tempo, um processo de idealização.

⁴ A expressão regime jurídico é usada no sentido de regras ou normas que disciplinam certa matéria, como no caso da propriedade, sem guardar tal denominação em relação com o que se define atualmente de regime jurídico.

⁵ “Ya no vale justificarse por tratar, como si fuera una realidad homogénea, los diferentes aspectos del valor: podemos reconocer en ellos una «intención» que les es común, a la par que un proceso de idealización; proceso que aparece a varios niveles de la psicología actual”(GERNET, 1980, p. 89).

Gernet (1980) também destaca que existe uma palavra de uso ancestral que envolve a noção de valor; trata-se de *Agalma*, que pode referir-se a todo tipo de objeto. Quando usada no sentido de “precioso” essa referência pode ser inclusive a seres humanos. Expressa muito frequentemente uma ideia de riqueza, especialmente riqueza nobre (há cavalos que são *Agalma*) e essa noção é inseparável de outra, sugerida por uma etimologia bastante perceptível: o verbo *agallein*, que significa, ao mesmo tempo, adornar e honrar, mas que se aplica principalmente à categoria dos objetos móveis. Convém acrescentar que, na época clássica, essa noção fixou-se com o significado de oferenda aos deuses, especialmente a representada pela estátua da divindade.

No plano técnico e econômico, embora os objetos em estudo sejam objetos industriais, Gernet (1980) esclarece que são de uma indústria que deve ser classificada como indústria de luxo. Uma prova indireta do valor eminente e singular que neles existe é o de sua imitação em série, substituição (*ersatz*) de matéria vulgar, cujo emprego a título de “anátema” é como um símbolo do símbolo. A arqueologia revelou muitos deles. Já no plano religioso, ainda segundo Gernet (1980, p. 90), sabemos que os *agal mata* estão destinados de modo especial a ser objetos de oferenda: em Homero, para quem a palavra ainda não tem o sentido próprio de oferenda, aplica-se, curiosamente, aos “objetos preciosos” utilizados espontaneamente nessa função. Nesse sentido, ao mesmo tempo em que a ideia de valor é realçada e aperfeiçoada, ela é associada à generosidade suntuosa e inclusive aristocrática. Aristóteles a atribui a uma classe para a qual a nobreza do objeto impõe obrigações ao seu detentor. Esse gênero de riquezas, na condição de propriedade dos deuses, continua sendo uma categoria bem definida na época clássica. O sacrilégio é algo distinto do roubo ou do desfalque de bens pertencentes à divindade. Inclusive, o sacrilégio é um delito especial e imperdoável, pois é o que consiste em pôr a mão em uma espécie mais venerável de “bens sagrados”, em que se pode reconhecer facilmente a mesma espécie dos *Agalmata*, os tripés, vasos, joias e assim por diante. Para Gernet (1980, p. 90), há uma forma de comércio religioso que nos interessa particularmente para este estudo.

Ainda resta outro plano em que se pode observar a atividade mental pela qual se constitui o valor, a representação mítica. Nesse caso, o autor utiliza-se dos mitos para relacionar as histórias míticas ao início do desenvolvimento da ideia de valor, constatando que os objetos aparecem nos mitos e até desempenham neles papel central, pois não deixam, em nem um momento, de ser animados por um poder próprio. Sabe-se que isso não é exclusivo da Grécia, mas é digno de se notar que esse modo de imaginação está

atestado principalmente ao nível mesmo em que tomamos a noção de valor, ou seja, no estado pré-monetário, e precede imediatamente ao estágio do pensamento abstrato (GERNET, 1980, p. 90).

Para Gernet (1980, p. 91), não existe um “método” especial para analisar esse modo de imaginação. O que basta é ler histórias, pois elas supõem ou sugerem certas atitudes humanas. O que se faz aqui é apenas defender a ideia de que a mitologia é uma espécie de linguagem e deve-se levar em conta, por um lado, ligações entre os elementos ou momentos da história, e por outro, associações, em virtude das quais um episódio, um motivo ou uma imagem evoca uma série semelhante. Essas conexões e associações ajudam a compreender.

A história ou lenda do Tripé dos Sete Sábios, objeto que é uma recompensa ao mais sábio, foi criada para realçar o ideal de sabedoria e que estaria ambientada em um período por volta do século VI a.C, na Grécia. Um tripé ou um cop, circula de mão em mão entre os sete sábios, saindo do primeiro ao sétimo, e quando retorna ao primeiro, o sétimo tripé é consagrado ao deus Apolo. O valor do objeto, enquanto tal, é singular, relacionado a um valor religioso. Ao final, como se o valor tivesse aumentado por causa da circulação do objeto, ele é consagrado a um deus. Essas ressonâncias e paralelismos fazem pressentir uma representação mítica, que Gernet (1980, p. 92) relaciona a organização dos concursos em que esses objetos são ofertados e promovidos pelo rei da Lídia ao surgimento do mercantilismo contratual (GERNET, 1980, p. 93-94).

O autor esclarece que o Tripé dos Sete Sábios sempre recebe um tratamento específico, ao contrário da xícara. Isso sugere que havia uma afinidade especial entre o simbolismo relacionado ao tripé e um atributo da noção mítica de valor, tema que é ilustrado por uma lenda que contrapõe Hércules e Apolo, na qual o tripé é o de Delfos. Para Gernet,

a posse de um Agalma pode estar relacionada com o estabelecimento ou reivindicação de um poder religioso [...] o lógico é que isso pode, portanto, ter um significado “político”: um tripé dado aos líbios ou aos hilenos pelos argonautas assegura a essas populações a posse pacífica de seu território. Os simbolismos de uma mesma imagem poderão ter para nós direções diferentes; no entanto, encontram-se perfeitamente combinados na representação mítica (GERNET, 1980, p. 94).

Há um processo de transferência do simbolismo mítico, ou dos símbolos, valores, imaginários, do objeto precioso para o simbolismo real, que dá origem à noção de valor. Nesse caso, os objetos que fazem parte das lendas e que apresentam um símbolo ou um

poder imaginário transferem ou representam um poder real nos objetos, o que está ilustrado em uma das passagens de seu estudo, a saber:

Este deslizamento da imaginação, condicionado por certa permanência do símbolo, é um fato bastante geral: constatamos sua analogia com respeito a objetos reais ou com ocasião de práticas efetivas. Os reis da lenda ou da epopeia carregam um cetro, que é, além do sinal, o instrumento de sua autoridade: na linguagem de Homero, contém algo do poder de Zeus, fonte de poder real. Existe, de fato, um vínculo necessário entre o porte do cetro e o poder emitir os themistos, ordenanças e juízos, que são do gênero dos oráculos... a prática da oferta, por outro lado, indica a vezes uma continuidade funcional em que se pode observar o mesmo processo: a oferta consumível é substituída pelo “anátoma”, que é a sua representação em metal precioso. O exemplo típico é o dos feixes de ouro, consagrados em Delfos, por várias cidades (uma das quais, Metaponte, conservaria o símbolo em suas moedas).

Digamos mesmo que a representação – especialmente em ouro – que mais se menciona é a do animal para abate: é característico que a lenda tenha retido incidentalmente uma tal substituição a propósito do cordeiro de ouro dos Pelópidas (GERNET, 1980, p. 114).

O autor complementa sua conclusão a este respeito:

Tudo isto indica que, na ausência de um termo melhor, falaremos, dado que se dá continuidade, de transferência: as mesmas representações, às vezes as mesmas disposições afetivas e as mesmas atitudes, são exigidas e sugeridas por um objeto que parece ser o mesmo, embora não deixe de ter elementos fundamentalmente novos. Ora, vemos que se opera deste modo a passagem à noção própria de valor: a lenda dá testemunho disso em relação a um dos objetos que funcionam no comércio religioso, e que vemos figurar num comércio humano a título de *Agalma*, no gênero de relações que descobrimos no tema do velocino de ouro; e também não é este o mais recorrente. Por vezes é mencionada uma “vinha de ouro” em inventários de templos; rege a mesma transposição que, por exemplo, com as espigas de metal precioso (GERNET, 1980, p. 116).

Além disso, o “caráter essencial do pensamento mítico é que não consiste apenas em um pensamento acompanhado de imagens, mas também as imagens são o instrumento necessário” (GERNET, 1980, p. 120). Nesse sentido, as lendas dos objetos preciosos possuem uma matéria-prima que é, mais ou menos, derivada dos temas da realeza mágica. A virtude inerente ao *Agalma* é, em primeiro lugar, a de um “poder” social, ou seja, as mais antigas representações da autoridade que aparecem como o fundo do qual se alimenta a imaginação.

Gernet (1980, p. 120-21) relaciona a ideia de valor, especialmente no que ela se refere aos objetos de metais preciosos, à noção mais antiga de riqueza e, nessa condição, ela tende para um centro ideal, no sentido de desempenhar uma função social.

Assim, na representação mítica da realeza, o rei, responsável pela vida em comunidade e responsável pela prosperidade da agricultura e da criação de animais, é também o possuidor privilegiado dessa espécie de riqueza representada pelo velocino de ouro. Nesse sentido, a posse do tesouro, da árvore sagrada, do rebanho sagrado, assim como a posse do campo⁶ sagrado, são provas de um poder benéfico do rei, e estes elementos, os da riqueza material e os do campo sagrado se mantêm em contato, sustentando-se mutuamente como elementos do poder.

Do mesmo modo, a constituição de um núcleo em torno do objeto talismânico, em certo sentido já posto como um objeto precioso e revelando-se, ao mesmo tempo, como a expressão da garantia do valor, persiste à sua maneira na história da Grécia. O tesouro de Deus é também o tesouro da cidade e reserva para ela, como acontece em Atenas. Esse tesouro não compreende apenas as espécies reconhecidas que estão à disposição do estado mútuo em caso de necessidade. O coração da defesa é constituído por outros bens sagrados. Assim, a expressão mítica desse pensamento aparece em tempos posteriores (GERNET, 1980, p. 121) continua a se manifestar mais tarde na história:

O hino de Deméter de Calímaco termina com uma ladainha em que o poeta formula, segundo uma edificante simetria, os simbolismos que atribui à procissão litúrgica que lhe serve de tema: os quatro cavalos que levam o cesto da deusa prometem as bênçãos do ano e das quatro estações; o hábito dos oficiantes significa os votos de saúde; finalmente, “como os canéforos levam os cestos repletos de ouro, assim nos seja dado este a mansalva”. Nesta monarquia ptolemaica, em que um pensamento político-religioso mais artificial está arraigado, apesar de tudo, em um fundo pré-histórico, o diletantismo de um poeta da corte encontra o sentido das sinuosidades reais associadas a um culto impressionante: a coleção de objetos de ouro é o sinal de uma eficácia de que beneficia a comunidade e que se exerce precisamente no mesmo sentido que a virtude das realezas míticas (GERNET, 1980, p. 121, tradução nossa).⁷

Para Gernet, a memória social alimentada e constituída em torno da lenda dos *agalmata* está fundamentada em uma realidade, que é a de que existe uma noção de

⁶ A expressão “campo” refere-se ao espaço de produção agrícola, que é considerado um espaço sagrado. É o que se depreende do texto de Gernet.

⁷ “El himno a Deméter de Calimaco acaba con una letanía en que el poeta formula, según una edificante simetría, los simbolismos que atribuye a la procesión litúrgica que le sirve de tema: los cuatro caballos que llevan el cesto de la diosa prometen las bendiciones del año y de las cuatro estaciones; el hábito de los oficiantes significa los votos de salud; finalmente, «como los canéforos llevan los cestos repletos de oro, así nos sea dado éste a mansalva». En esta monarquía ptolemaica, en que un pensamiento político-religioso más bien artificial está arraigado, a pesar de todo, en un fondo prehistórico, el diletantismo de un poeta de la corte halla el sentido de las suntuosidades reales asociadas a un culto impresionante: la colección de objetos de oro es el signo de una eficacia de que se beneficia la comunidad y que se ejerce precisamente en el mismo sentido que la virtud de las realezas míticas” (GERNET, 1980, p. 121).

valor que está a ponto de se tornar autônoma e a imaginação tradicional assegura a sua continuidade com a ideia mágico-religiosa:

Dentro da história social, e na idade mais antiga a que podemos chegar, cessa já o simbolismo de ser polivalente. É sem dúvida instrutivo observar que, Homero, ao descrever ou evocar esta ou aquela joia, como o faz com tanta frequência, vincule o valor a objetos cujas ressonâncias religiosas ou lendárias são fornecidas pelo próprio poeta, ou os que seus ouvintes podem facilmente identificar; mas pode-se observar também que uma determinada peça de jaez, que poderia fazer pensar na gestão de Belerofonte e que, na realidade, deve a um pano de fundo de lenda sua força de sugestão poética-, é essencialmente em Homero uma amostra de produção industrial, exibida como tal devido ao seu valor comercial (GERNET, 1980, p. 121, tradução nossa).⁸

Para Gernet, a orientação do pensamento, expressa nos mitos e nas lendas, supõe condições sociais que favorecem determinada difusão dos “sinais exteriores da riqueza” e, “por estes já não serem mais patrimônio privilegiado de uma classe que perpetuam a herança das realidades míticas e a virtualidade de seus símbolos” (GERNET, 1980, p. 122), o valor econômico tende a sobrepor-se por si mesmo à representação. Na idade pré-monetária, já era usado o ditado “o dinheiro faz o homem”, repetido, como que subliminarmente, na história do Tripé dos Sete Sábios. É assim que se prepara a revolução determinada pelo desenvolvimento da moeda, a qual se dá tanto na vida social como no mundo do pensamento (GERNET, 1980, p. 122).

Para Gernet (1980, p. 122), não há dúvida de que a invenção da moeda é um elemento que dinamiza o funcionamento da economia e do estado, pois essa criação desenvolve a noção abstrata do valor. Corresponderia a Platão e Aristóteles, certamente pouco preparados para a economia mercantil, fazer a teoria da moeda-signo e da moeda-convenção. Essa teoria é lógica porque as funções de troca e de circulação são as únicas às quais os filósofos se atêm.

Gernet conclui que a moeda metálica encontrou um dos seus mais antigos empregos no comércio religioso, no qual servia para cumprir as obrigações de ação de graças, de oferta consuetudinária ou de expiação. É certo que, uma vez criado o objeto, este se prestou ao ofício de circulação de coisas, que tão logo generalizou-se na Grécia.

⁸ Este é o texto original: “Dentro de la historia social, y en la edad más antigua a que podemos llegar, cesa ya el simbolismo de ser polivalente. Es sin duda instructivo observar que, al describir o evocar Homero tal o tal joya, como lo hace tan a menudo, se vincule el valor a objetos cuyas resonancias religiosas o legendarias las suministra el mismo poeta, o son fáciles de suplir por parte de sus oyentes; pero se puede observar también que una determinada pieza de jaez, que podría hacer pensar en la gesta de Belerofonte —y que, en realidad, debe a un trasfondo de leyenda su fuerza de sugestión poética—, es esencialmente en Homero una muestra de producción industrial, exhibida como tal a causa de su valor mercantil” (GERNET, 1980, p. 121).

Mas no meio histórico em que apareceu o primeiro sinal, os simbolismos religiosos, nobiliários ou agonísticos, conservados nas primeiras amostras, constituíram um certificado da origem da moeda e, até o ponto preciso em que foi possível a sua criação ou a sua constituição enquanto moeda, continuou a perpetuar-se um pensamento mítico. Isso nos permite compreender que existe no valor e, portanto, no mesmo sinal que o representa, um nó irreduzível ao qual se chama vulgarmente pelo nome de pensamento racional (GERNET, 1980, p.122).

2.4.2 As relações de troca como causa da origem da noção de valor

Se Gernet coloca nas relações estabelecidas em torno de prêmios concedidos em jogos e das oferendas feitas em cerimônias religiosas, na antiga Grécia, os momentos originários da noção de valor, Marx atribui a origem dessa noção às trocas ocorridas no escambo, ainda na fase rudimentar desta prática. Nos **Grundrisse** (MARX, 2011), que constituem o primeiro de uma série de manuscritos realizados por Karl Marx, o autor apresenta uma forma de comparar duas mercadorias quando estas são objeto de troca.

Em vista disso, nesta exposição, antes de apresentarmos a experiência ancestral verificada nas trocas, faremos a apresentação dos elementos que caracterizam a gênese e a essência do dinheiro, a mercadoria na sua determinação como valor de troca. Nesse sentido, uma passagem do texto de Marx auxilia na compreensão dessa questão, a saber: em uma troca, a relação de valor entre a coisa A e a coisa B é expressa pela proporção na qual ambas são trocadas “pelo ‘quantum’ de uma terceira mercadoria” (MARX, 2011, p. 90). Portanto, para que duas mercadorias possam ser trocadas entre si, elas precisam ser comparadas ou reduzidas a uma terceira mercadoria, diferente das duas, mas que contenha uma substância que seja comum a elas e que tenham a mesma grandeza. Em momento posterior, o autor retoma esse raciocínio para afirmar que a mercadoria é permutável quando “posta como desigual a si mesma, como algo desigual de si, como valor de troca. Temos primeiro que convertê-la em si mesma como valor de troca para, então, comparar, e trocar este valor de troca com outros” (MARX, 2011, p. 91), ou seja, inicialmente é preciso convertê-la em si mesma, convertê-la naquilo que ela é como mercadoria, naquele elemento que a torna igual a todas as mercadorias, para que seja possível fazer comparações.

Essa ideia fica mais fácil de ser compreendida quando analisamos o exemplo de troca ocorrido nas fases mais incipientes dessa prática:

No escambo mais rudimentar, quando duas mercadorias são trocadas entre si, cada uma é, primeiro, equiparada a um signo que exprime seu valor de troca, entre certos negros da costa da África Ocidental = x barras. Uma mercadoria = 1 barra; a outra = 2 barras. São trocadas nesta relação (MARX, 2011, p. 92).

Assim, as mercadorias, antes de serem trocadas, são transformadas em barras, ou seja, são reduzidas a uma terceira mercadoria e esta transformação ou redução a uma terceira coisa é uma operação meramente mental. Para Marx, isso só é possível na medida em que “são primeiro transformadas em barras na cabeça e na linguagem antes de ser trocadas uma pela outra” (MARX, 2011, p. 92). Assim, antes de serem trocadas, elas são avaliadas e, para avaliar as mercadorias, elas precisam ser postas em relações numéricas recíprocas determinadas. O autor afirma que “a barra tem uma existência simplesmente imaginária, dado que só pela abstração uma relação pode receber uma corporificação particular, pode ser ela mesma individualizada” (MARX, 2011, p. 92).

Referindo-se às trocas nas quais é usada a barra para permitir a permuta, Marx desenvolve um raciocínio que é usado até os dias de hoje nas operações de troca: as mercadorias, para ser trocadas entre si, primeiro são reduzidas a uma terceira para que possam ser comparadas. Essa terceira mercadoria deve ser a expressão daquilo que as outras duas têm em comum, logo, elas são comparadas pelo que têm em comum. O elemento comum a duas mercadorias, como será demonstrado posteriormente, é o tempo de trabalho consumido na sua produção. A partir dessas constatações, compreende-se que a pesquisa sobre a origem da noção de valor revela-se de grande importância para compreender e localizar na história o surgimento do dinheiro.

Pelo exposto anteriormente acerca do surgimento do dinheiro, acreditamos que ele se desenvolveu a partir das trocas, tal como Marx e Engels expuseram em seus estudos, ou seja, a partir das trocas de produtos entre comunidades e das trocas de excedentes, que se desenvolveram a partir das bordas das comunidades, em seus pontos de contato umas com as outras, a partir da necessidade de um objeto que permitisse a avaliação dos artigos de troca. São as necessidades materiais dos homens que os levam às trocas, primeiro dos excedentes, prática que, no transcurso da história, se amplia. Por conseguinte, coloca-se logicamente mais razoável acreditar que foram essas práticas que levaram ao desenvolvimento do dinheiro, primeiro através de objetos da natureza ou animais, para depois se fixar nos metais, especialmente nos metais preciosos.

Há objeções a essa concepção, feitas por Gernet, pois ele entende que o dinheiro originou-se das práticas religiosas ocorridas na Grécia, mas elas não se mostram suficientemente fortes para desconstituir a conclusão anteriormente apresentada. Embora esse autor defenda a sua tese, ele admite que tenham existido várias moedas, fazendo referência às da Lídia e da Fenícia, que poderiam ter se originado das trocas, do intercâmbio de produtos. Discute-se aqui a origem do dinheiro, desempenhando suas funções primeiras e mais importantes, que são as de medida de valores e meio de troca. Embora não se possa concluir definitivamente que o dinheiro originou-se das trocas, essa é a possibilidade que se apresenta mais verossímil pois, mesmo nas relações estabelecidas na concessão de prêmios, nos jogos gregos ou nas oferendas, o elemento que determina o objeto a ser dado como prêmio ou como oferenda é o valor que possui. Os objetos concedidos como prêmios ou oferendas são escolhidos pelo valor que detêm, como xícaras, foices e vasos que, no período grego estudado por Gernet, representavam as coisas mais desenvolvidas pela arte humana. Pode-se reconhecer também que premiação ou oferenda, em essência, caracterizam trocas, por mais que não sejam de ordem econômica ou para alcançar fim econômico material.

3 MARX E O DINHEIRO-MERCADORIA: o valor

O que é para mim pelo *dinheiro*, o que eu posso pagar, isto é, o que o dinheiro pode comprar, isso *sou eu*, o possuidor do dinheiro. Tão grande quanto a força do dinheiro é a minha força. As qualidades do dinheiro são minhas – [de] seu possuidor – qualidades e forças essenciais. O que eu *sou* e *consigo* não é determinado de modo algum, portanto, pela minha individualidade. Sou *feio*, mas posso comprar para mim a *mais bela* mulher. Portanto, não sou *feio*, pois o efeito da *fealdade*, sua força repelente, é anulado pelo dinheiro. Eu sou – segundo minha individualidade – *coxo*, mas o dinheiro me proporciona vinte e quatro pés; não sou, portanto, *coxo*; sou um ser humano mau, sem honra, sem escrúpulos, sem espírito, mas o dinheiro é honrado e, portanto, também o seu possuidor. O dinheiro é o bem supremo, logo, é bom também o seu possuidor, o dinheiro me isenta do trabalho de ser desonesto, sou, portanto, presumido honesto; sou *tedioso*, mas o dinheiro é o *espírito real* de todas as coisas, como poderia seu possuidor ser tedioso? Além disso, ele pode comprar para si as pessoas ricas de espírito, e quem tem o poder sobre os ricos de espírito não é ele mais rico de espírito do que o rico de espírito? (MARX, 2004, p. 159, grifos do autor).

Nessa passagem, extraída de **Manuscritos Econômico-Filosóficos**, de 1844, Marx analisa uma passagem de Goethe interpretando Shakeaspeare, e o autor de **O Capital** mostra a importância e o poder que o dinheiro tem na vida das pessoas e da sociedade, bem como mostra o papel que ele desempenha nas esferas particular e social da humanidade. Mais adiante, Marx apresenta o dinheiro como o vínculo que liga o ser humano à vida, à sociedade, à natureza e aos demais seres humanos, constituindo-o e sendo, pois, “*o vínculo de todos os vínculos*”.

Se o *dinheiro* é o vínculo que me liga à vida *humana*, que liga a sociedade a mim, que me liga à natureza e ao homem, não é o dinheiro o vínculo de todos os *vínculos*? Não pode ele atar e desatar todos os laços? Não é ele, por isso, também *meio* universal de *separação*? Ele é a verdadeira *moeda divisionária* (*Scheidemünze*), bem como o verdadeiro *meio de união*, a força *galvano-química* (*galvanochemische*) da sociedade (MARX, 2004, p. 159, grifos do autor).

O objeto de estudo neste capítulo é o valor, como parte inicial da investigação acerca do conceito de dinheiro em Marx, o que será feito no capítulo seguinte. Tomaremos como base os livros **O Capital** (1988) e os **Grundrisse** (2011). O dinheiro, signo da riqueza material da sociedade na qual prevalece o modo de produção capitalista, é também o elemento que mede a riqueza, fazendo-a circular e ser acumulada pelos seres humanos, podendo gerar inclusive riqueza a partir de si mesmo. Para o

desenvolvimento deste trabalho, seguiremos a exposição lógica feita por Marx nas duas obras já citadas, apoiados por comentadores. Como o objeto de estudo de Marx, em **O Capital**, é o sistema capitalista, a sua forma de produção e a distribuição da riqueza material, começaremos nossa análise pela mercadoria.

3.1 A mercadoria e sua dupla determinação: valor de uso e valor de troca

A mercadoria é o resultado do trabalho humano aplicado a substâncias materiais ou do processo de elaboração intelectual que, por suas propriedades físicas, satisfaz necessidades humanas e qualquer natureza, tanto as do corpo, para suprir as carências fisiológicas, como as subjetivas, entendidas como psicológicas, sociais. Ela é a unidade básica constitutiva do sistema que Marx propõe-se a analisar em sua obra **O Capital**. Nela, o autor inicia apresentando, de forma sintética, a base material do modo de produção capitalista: “A riqueza das sociedades em que domina o modo de produção capitalista aparece como uma ‘imensa coleção de mercadorias’, e a mercadoria individual como sua forma elementar. Nossa investigação começa, portanto, com a análise da mercadoria” (MARX, 1988, p. 45).

A mercadoria é um objeto externo que, por suas propriedades, satisfaz as necessidades humanas, esclarece Marx, independente se essas necessidades são fisiológicas ou espirituais ou produto da fantasia, ou seja,

A mercadoria é, antes de tudo, um objeto externo, uma coisa, a qual, pelas suas propriedades satisfaz necessidades humanas de qualquer espécie [...] cada coisa útil, como ferro, papel etc., deve ser encarada sob o duplo ponto de vista, segundo qualidade e quantidade. Cada uma dessas coisas é um todo de muitas propriedades e pode, portanto, ser útil, sob diversos aspectos. Descobrir esses diversos aspectos e, portanto, os múltiplos modos de usar as coisas é um ato histórico [...] a utilidade de uma coisa faz dela um valor de uso. Essa utilidade, porém, não paira no ar. Determinada pelas propriedades do corpo da mercadoria, ela não existe sem o mesmo. (MARX, 1988, p. 45)

Apresentar a mercadoria como, essencialmente, uma coisa externa decorre da realidade de que ela está separada de quem a produz e de quem a consome, ressaltando que, por mercadoria, Marx entende a coisa produzida para a troca. Para ser consumida, por ser externa ao consumidor, ela primeiro tem que ser apropriada por este, de acordo com Antunes (2018, p. 25-26), e também é caracterizada como externa por ser coisa cuja produção ocorre na esfera da propriedade privada e como resultado da divisão social do trabalho, que levaram à produção de coisas destinadas somente para a troca. A coisa

produzida não se destina ao seu produtor, mas ao outro, ao consumidor, que se apropria dela no processo social da troca.

3.2 A utilidade da mercadoria: o valor de uso

Cada coisa útil, diz Marx, deve ser olhada sob dois pontos de vista: o da qualidade e o da quantidade. A utilidade da coisa, que expressa o aspecto qualitativo, faz dela um valor de uso. A utilidade, entretanto, “*não paira no ar*” (MARX, 1988, p. 45, grifo do autor), isto é, trata-se de uma utilidade específica, que visa satisfazer necessidades específicas, pois ela é “determinada pelas propriedades do corpo da mercadoria” (MARX, 1988, p. 45), não se trata de uma utilidade em sentido genérico. Segundo Antunes, “o poder de satisfazer uma necessidade é um poder que está posto na corporalidade da própria mercadoria, não é um poder externo a ela” (ANTUNES, 2005, p. 26-27). O valor de uso “pressupõe sempre uma determinação quantitativa, como dúzia de relógios, vara de linho, tonelada de ferro, etc.” (MARX, 1988, p. 46). Em que pese o valor de uso expressar a determinação qualitativa da mercadoria, a sua utilidade somente é aferida no processo de troca, quando os agentes envolvidos no processo a aceitam, validando seu uso, ou a rejeitam, condição na qual ela deixa de se realizar como mercadoria.

Marx esclarece que “os valores de uso constituem o conteúdo material da riqueza, qualquer que seja a forma social desta” (MARX, 1988, p. 46). Mas no modo de produção capitalista, onde a produção da riqueza caracteriza-se por coisas produzidas para o troca, e não para o consumo do produtor, os valores de uso das mercadorias são “ao mesmo tempo, os portadores materiais do – valor de troca” (MARX, 1988, p. 46).

3.3 O valor de troca

A mercadoria, no momento da troca, é cindida, posta em duplo sentido, como valor de uso e como valor de troca. Valor de uso para aquele que a adquire e que só se realiza após o processo de mediação da troca, e valor de troca para aquele que se desfaz da mercadoria. O valor de troca é posto, inicialmente, como “a relação quantitativa, a proporção em que valores de uso de uma espécie se trocam contra os valores de uso de outra espécie” (MARX, 1988, p. 46). Ele revela-se, pois, pelo processo de troca de valores de uso. Para Marx, o valor de troca é “a forma social dos produtos” (MARX, 2011, p. 95), pois é através dos valores de troca que os produtores se relacionam.

Analisando dialeticamente a oposição entre valor de uso e valor de troca, Antunes explica que

Quando os valores de uso são produzidos na forma de mercadoria a eles se agrega uma nova determinação negativa, a de serem valores de troca. O valor de troca é uma determinação negativa dos valores de uso porque sob esta nova condição, as necessidades humanas só serão realizadas na medida em que primeiro se realize o valor da troca do produto (ANTUNES, 2005, p. 27).

E mais adiante o autor complementa que

a nova determinação do valor de troca se sobrepõe (...) ao valor de uso (...) com esta sobreposição (...) os produtos da mão humana na sociedade burguesa adquirem (...) uma dupla e contraditória forma de existência, uma se sobrepondo a outra sem, contudo, abolirem-se mutuamente (ANTUNES, 2005, p. 27).

Marx analisa e demonstra o valor de troca, que é a expressão exterior à relação de troca entre valores de uso, apresentando exemplo da permuta entre diversas mercadorias, por exemplo, do trigo por graxa de sapato, ou por seda, ou por ouro. Se x quantidade de trigo é trocada por y quantidade de seda ou z quantidade de ouro, ou seja, se o trigo é trocado por várias outras mercadorias nas mais diversas proporções, esse processo revela que o trigo não tem somente um valor de troca, mas múltiplos, um valor para cada mercadoria que lhe contrapõe no processo.

Entretanto, se as quantidades de graxa de sapato (x), de seda (y), de ouro (z) são os valores de troca de um quarter de trigo, pode-se concluir que esses mesmos valores dos produtos cambiáveis pelo trigo têm que ser valores de troca permutáveis uns pelos outros (x graxa de sapato por y de seda, por z de ouro e, assim, sucessivamente). Portanto, esses diversos valores de troca mostram-se, enquanto qualidade de serem valores de troca, iguais entre si, ou seja, eles se igualam entre si em relação a essa qualidade. Dessa constatação, Marx conclui que, primeiro, esses valores de troca expressam algo igual e contido nas diversas mercadorias que se permutam; segundo, se os valores de troca manifestam algo igual contido nas mercadorias, é esse igual que as torna permutáveis, o que mostra o valor de troca “como o modo de expressão, a ‘forma de manifestação’ de um conteúdo dele distinguível”, de algo que é diferente dele, valor de troca (MARX, 1988, p. 46).

Nesse raciocínio, o autor afirma que o mesmo deve valer para uma troca de, por exemplo, trigo por ferro, onde “qualquer que seja sua relação de troca, poder-se-á

sempre, representá-la por uma equação em que dada quantidade de trigo é igualada a alguma quantidade de ferro, por exemplo, um quarter de trigo = quintais de ferro” (MARX, 1988, p. 46). A partir dessa equação, Marx esclarece que, quando há, entre duas coisas diferentes, algo em comum e com a mesma grandeza, essas duas coisas diferentes são iguais a uma terceira, e esta terceira coisa, “em si e para si não é nem uma e nem outra” (MARX, 1988, p. 46). Assim, cada um dos elementos envolvidos na troca, enquanto valor de troca, deve ser redutível a essa terceira coisa.

Segundo Antunes, a “contradição entre valor de uso e valor de troca aparece inicialmente como uma contradição entre termos bem determinados, de um lado está a utilidade da mercadoria e de outro seu contrário, que parece negá-lo, o valor de troca”, mas esta contradição “é uma falsa contradição”, pois ela “não passa de uma mera contrariedade em termos externos, (...) não passa de uma falsa aparência da contradição realmente existente” (ANTUNES, 2005, p. 28-29). A verdadeira contradição está entre o valor de uso e o valor, que se resolve transportando-se para uma contradição superior, ou seja, para a contradição entre valor de troca e o dinheiro, como se verá mais adiante.

Para alcançar, então, esse terceiro elemento que se manifesta nas trocas, o qual não é nem o valor de uso e nem o valor de troca, deve-se proceder à “abstração dos diversos momentos e qualidades mais sensíveis, exteriores e imediatos presentes na corporalidade das mercadorias” e restará, assim, nelas “o terceiro elemento tão esperado, o elemento comum e unificador que Marx chama de valor” (ANTUNES, 2005, p. 31).

Para se compreender o que é, o que significa e como acontece o processo de redução de duas coisas diferentes a uma terceira, condição posta por Marx para que se desvende essa terceira que permite que as duas diferentes sejam trocadas entre si apresentamos o exemplo usado pelo autor.

Para determinar e comparar as áreas de figuras geométricas diferentes entre si, ensina ele, tem-se que decompô-las em triângulos, o polígono mais simples que existe. Este, por sua vez, é reduzido a uma expressão completamente diferente de sua figura visível, pois é expresso pela fórmula de cálculo de sua área – a área (A) é igual a metade do produto da multiplicação de sua base (b) pela altura (a): $(A = (b \times a) \div 2)$. Nesse processo, portanto, todas as figuras geométricas são reduzidas a (transformadas em) triângulos, processo que permite calcular as suas áreas, tornando-as quantitativamente comparáveis entre si. O autor conclui que “o mesmo ocorre com os valores de troca das mercadorias: tem-se que reduzi-los a algo comum, do qual eles representam um mais ou

um menos” (MARX, 1988, p. 46). O algo em comum a que o autor se refere não pode ser uma propriedade física das mercadorias, pois estas só conferem utilidade – valor de uso – à coisa. Abstraídas as propriedades físicas das mercadorias, só lhes resta a propriedade de serem produto de trabalho humano. E, abstraindo do trabalho a sua dimensão concreta⁹, que empresta às mercadorias o valor de uso, resta em comum a elas o trabalho humano em sua forma abstrata. Assim, nas palavras de Marx,

Ao desaparecer o caráter útil dos produtos do trabalho, desaparece o caráter útil dos trabalhos neles representados, e desaparecem também, portanto, as diferentes formas concretas desses trabalhos, que deixam de diferenciar-se um do outro para reduzir-se em sua totalidade a igual trabalho humano, a trabalho humano abstrato (MARX, 1988, p. 47).

O que restou nas mercadorias é o trabalho abstrato, que se trata de um trabalho humano indiferenciado – igual –, que se apresenta como dispêndio de força de trabalho, desconsiderada a forma como essa força foi dispendida no processo de produção. Esse trabalho humano igual, indiferenciado é a substância social que, cristalizada nos produtos, caracteriza o valor, o qual se apresenta nas relações de troca como valor de troca. O que há de comum em todas as coisas produzidas para a troca e que se revela nessa mediação social é o valor. O valor de troca é, pois, a forma pela qual o valor se apresenta aos agentes envolvidos nessa relação social, desse modo, o valor deve ser considerado como independente do valor de troca, pois enquanto o primeiro é expressão do trabalho humano, cristalizado na coisa, o segundo só se revela no processo de troca e é, nesse processo, expressão do primeiro (MARX, 1988, p. 47).

O problema que se coloca é saber como medir a grandeza do valor contido em uma coisa útil, em uma mercadoria, uma vez que o valor que a coisa útil contém mede-se pelo trabalho humano abstrato, pela substância que caracteriza o valor dispendido na sua produção. O *quantum* desse valor é tomado em unidades de tempo: horas, dias, semanas, mês.

Se o valor de uma mercadoria é medido pelo tempo de trabalho consumido na sua produção, isso poderia levar à conclusão de que, quanto mais preguiçoso o trabalhador, mais valioso seria o bem por ele produzido. Marx alerta que o tempo de trabalho a ser contabilizado na medição do valor não é o tempo individualmente gasto pelo trabalhador, mas o dispendido pelo trabalho humano igual, a quantidade média de trabalho exigido para a produção de determinada mercadoria, “a força conjunta de trabalho da sociedade,

⁹ Trabalho útil é o trabalho aplicado a uma coisa para lhe conferir determinada forma, conteúdo, etc. que satisfaçam necessidades humanas.

que se apresenta nos valores do mundo das mercadorias, vale aqui como a única e a mesma força de trabalho do homem, não obstante ela ser composta por inúmeras forças de trabalho individuais” (MARX, 1988, p. 48). É a força de trabalho que expressa a média dos trabalhos utilizados pela sociedade para a produção de uma coisa que determina o valor, ou, “o tempo de trabalho socialmente necessário” (MARX, 1988, p. 48). O tempo de trabalho médio é aquele dispendido na produção de um valor de uso, “nas condições dadas de produção socialmente normais, e com grau social médio de habilidade e intensidade de trabalho” (MARX, 1988, p. 48).

Marx esclarece que as coisas ou as mercadorias não podem ser valor sem ser objeto de uso ou valor de uso para alguém, ou seja, “nenhuma coisa pode ser valor, sem ser objeto de uso. Sendo inútil, do mesmo modo é inútil o trabalho nela contido, não conta como trabalho e não constitui qualquer valor” (MARX, 1988, p. 49). Dessa afirmação, sobressai a conclusão de que o valor de uma mercadoria é uma relação social. Como já expressei, a coisa produzida para a troca só se realiza como mercadoria, como coisa útil após passar pelo processo social da troca.

3.4 Duplo caráter do trabalho

Demonstrada a duplicidade da mercadoria, como valor de uso e valor, Marx passa a analisar o trabalho desenvolvido na produção de mercadorias, que também se apresenta com duas determinações. Importante reafirmar que o trabalho analisado pelo autor é o produtor de mercadorias, próprio do sistema capitalista. Não faz parte da análise o tempo dispendido na produção de bens para consumo próprio, os quais não se caracterizam como mercadorias, pois não entram no processo de trocas.

Para produzir um casaco, por exemplo, que é uma coisa voltada à satisfação de uma necessidade humana, é necessário dispendir um determinado tipo de atividade humana produtiva, a qual é determinada pelo fim a que se propõe, pelo modo de operar, pelo objeto a ser produzido, bem como pelos meios utilizados no processo de produção e pelo resultado a ser alcançado. Esse trabalho, “cuja utilidade representa-se, assim, no valor de uso de seu produto ou no fato de que seu produto é um valor de uso chamamos, em resumo, trabalho útil” (MARX, 1988, p. 50). O trabalho útil é, pois, a utilidade do trabalho que resulta na produção de uma coisa, uma mercadoria útil à satisfação de uma necessidade humana determinada, e o que o coloca com esta determinação é, pois, o

efeito útil que o trabalho produz. Em contraposição, o trabalho desenvolvido para produzir coisas para consumo próprio é, segundo esta concepção, trabalho não útil.

A produção de valores de uso qualitativamente diferentes implica o emprego de trabalhos qualitativamente distintos, o que é condição necessária para que se confrontem na condição de mercadorias. Não faria sentido a troca entre produtos qualitativamente iguais, resultado de trabalhos qualitativamente iguais. No exemplo apresentado por Marx “casaco não se troca por casaco, o mesmo valor de uso pelo mesmo valor de uso” (MARX, 1988, p. 50).

A produção de uma variedade de mercadorias é resultado de uma igualmente variedade de trabalhos úteis, e esta variedade de trabalhos úteis só pode ser obtida a partir de uma divisão social do trabalho. A divisão social do trabalho é a condição para a produção de mercadorias, pois só “trabalhos privados autônomos e independentes entre si confrontam-se como mercadorias” (MARX, 1988, p. 50).

Esta é uma característica da sociedade produtora de mercadorias, em que os produtos assumem, de forma genérica, a forma de mercadoria e desenvolve-se uma diferença qualitativa entre os trabalhos úteis e executados independentemente uns dos outros, por produtores autônomos, em forma de divisão social do trabalho (MARX, 1988, p. 50). A divisão social do trabalho, na medida em que a humanidade cresce e se desenvolve, é um resultado natural do processo de produção de coisas para a sobrevivência humana, pois nenhum ser humano, nem mesmo um grupo de seres humanos, uma comunidade, tem condições de produzir todas as coisas necessárias à sua subsistência.

3.5 O valor

Abstraídas as determinações da atividade produtiva, ou seja, a atividade útil, o que resta é o dispêndio de força humana de trabalho, ensina Marx. No exemplo apresentado pelo autor, alfaiataria e tecelagem, ainda que “atividades produtivas qualitativamente diferentes”, são “dispêndio produtivo de cérebro, músculos, nervos, mãos, etc. humanos, e neste sentido são ambas trabalho humano” (MARX, 1988, p. 51). Portanto, desconsiderada a produção das mercadorias; desconsiderada a determinação da atividade produtiva, a qual determina o valor de uso da mercadoria; e desconsiderado o trabalho que confere utilidade à coisa, o que resta no e do processo de produção é o dispêndio de cérebro, músculos, nervos, mãos, energia humana. Esse dispêndio de força

humana é o que determina o valor da mercadoria. O dispêndio de força de trabalho é aquele trabalho simples, a energia em sua forma simples, “que em média toda pessoa comum, sem desenvolvimento especial, possui em seu organismo físico” (MARX, 1988, p. 51).

O trabalho humano que se coloca como substância do valor é, pois, aquele despendido em sua modalidade simples de energias, isto é, o trabalho enquanto tal, sem considerar as habilidades que o trabalhador possa ter para desenvolvê-lo; o trabalho desenvolvido pelo homem simples, sem qualificações. O trabalho complexo, anteposto ao trabalho simples, vale tão somente como trabalho simples multiplicado ou potenciado e, dessa forma, uma pequena quantidade de trabalho complexo é igual a uma grande quantidade de trabalho simples (MARX, 1988, p. 51).

O processo de redução de força de trabalho complexa a trabalho simples ocorre constantemente, afirma Marx, onde o valor de um trabalho complexo é equiparado a uma determinada quantidade de trabalho simples. Esse processo de equiparação ou de redução das diferentes proporções de trabalhos a trabalho simples como sua unidade média é feito por um processo social que ocorre “por trás das costas dos produtores e lhes parecem, portanto, ser dadas pela tradição” (MARX, 1988, p. 52). Vale dizer que, por serem resultado de desenvolvimento por longo período histórico e por terem se posto, portanto, como tradição do processo produtivo, aparecem aos olhos dos produtores como processos naturais e não decorrentes de relações sociais estabelecidas no e pelo processo de produção da riqueza.

Se nas formas de valor, valor de uso e valor, como no caso do casaco e do linho, são abstraídas as diferenças de seus valores de uso, igualmente dos trabalhos que constituem esses valores isola-se a diferença de suas formas úteis na atividade alfaiataria e tecelagem. Os valores casaco e linho são meras gelatinas de trabalho. Os trabalhos contidos nos valores de casaco e linho valem apenas como dispêndio de força de trabalho humano. Nas palavras de Marx, duas mercadorias não são valores apenas em sentido geral, “valores ao todo”. No exemplo que ele usa, casaco e linho são também valores de determinada grandeza. O casaco tem o dobro de valor de 10 varas de linho. A diferença de valor entre essas duas coisas decorre do tempo de trabalho que cada uma delas contém. A produção do casaco demandou o dobro de tempo de trabalho que a produção das 10 varas de linho (MARX, 1988, p. 52).

Em relação ao valor de uso, o trabalho contido em uma mercadoria vale somente qualitativamente; já em relação à grandeza de valor, o que vale é a quantidade de trabalho empregada na produção. O valor de uma mercadoria, o casaco por exemplo, sobe com sua própria quantidade, desde que mantida constante a força produtiva. No exemplo apresentado por Marx, se o valor de um casaco representa x dias de trabalho, dois casacos representam $2x$ dias de trabalho. Portanto, o valor de uma mercadoria varia conforme o tempo de trabalho despendido na sua produção.

A riqueza material é resultado do valor de uso: quanto maior o valor de uso, maior a riqueza material. Porém, ao crescimento da riqueza material pode corresponder uma diminuição simultânea da grandeza de valor, contradição que tem origem no duplo caráter do trabalho. A força produtiva, no dizer de Marx, é “força produtiva de trabalho útil concreto, e determina, de fato, apenas o grau de eficácia de uma atividade produtiva adequada a um fim, num espaço de tempo dado” (MARX, 1988, p. 53). O trabalho útil, aquele que empresta utilidade às coisas, “torna-se, portanto, uma fonte mais rica ou mais pobre de produtos, em proporção direta ao aumento ou à queda de sua força produtiva” (MARX, 1988, p. 53). O contrário dessa constatação não é verdadeiro, pois “uma mudança na força produtiva não afeta, em si e para si [...] o trabalho representado no valor” (MARX, 1988, p. 53). Isso ocorre porque “a força produtiva pertence à forma concreta útil do trabalho” (MARX, 1988, p. 53) e, dessa forma, não pode, uma vez abstraída de sua forma concreta útil, repercutir no trabalho.

O mesmo trabalho útil resulta, em igual espaço de tempo, sempre na mesma grandeza de valor, independente da força produtiva. A contradição entre força produtiva de trabalho – trabalho concreto e o trabalho abstrato – substância do valor consiste em que o trabalho concreto pode fornecer, no mesmo espaço de tempo, diferentes valores de uso: “mais, quando a força produtiva sobe, e menos, quando ela cai” (MARX, 1988, p. 53). Marx complementa que a igual variação da força produtiva, “a qual aumenta a fecundidade do trabalho e, portanto, a massa de uso por ela fornecida, diminui, assim, a grandeza de valor dessa massa global aumentada, quando ela encurta a soma do tempo de trabalho necessário à sua produção. E vice-versa” (MARX, 1988, p. 53).

O trabalho humano igual, abstrato, que é o “dispêndio de força de trabalho do homem no sentido fisiológico” (MARX, 1988, p. 53), é a fonte do valor das mercadorias. Já o trabalho humano útil, concreto, a força de trabalho que é dispendida especificamente para um fim, é o trabalho produtor de valores de uso.

3.6 A gênese do dinheiro em Marx: as diferentes formas do valor

Marx parte da forma de valor, que se expressa em valor de troca, para, a partir deste, chegar à forma comum de valor das mercadorias: a forma dinheiro. As mercadorias só são determinadas dessa forma ou possuem a forma mercadoria em virtude de sua duplicidade, pois são, ao mesmo tempo, objetos de uso e portadoras de valor. São denominadas de mercadorias porque assim se constituem nas relações de troca com outras mercadorias. O valor contido nas mercadorias, ou melhor, a objetividade do valor das mercadorias só constitui-se na medida em que essas são expressões da mesma unidade social de trabalho humano. A sua objetividade é puramente social, pois são produzidas para o outro, para a troca, manifestando-se como mercadoria apenas em relações sociais de troca entre as coisas (MARX, 1988, p. 54).

Para Antunes (2005, p.54), o fato de a mercadoria possuir valor, sendo esse o resultado de atividade abstrata, e manifestar a existência dessa substância, o que se manifesta somente quando colocada em relação com outras mercadorias, é uma contradição importante da forma mercadoria e essa mesma contradição é a raiz de todo o mistério da forma valor, pois decorre da realidade da mercadoria de ser “uma objetividade puramente fantasmagórica, social, histórica e não possui realidade sensível capaz de ser percebida por nossos sentidos” (ANTUNES, 2005. p. 54). Nas palavras de Marx, “em direta oposição à palpável e rude objetividade dos corpos das mercadorias, não se encerra nenhum átomo de matéria natural na objetividade de seu valor” (MARX, 1988, p. 53-54).

Para demonstrar a gênese da forma dinheiro do valor, o autor parte da apresentação da relação mais simples de valor, aquela em que uma única mercadoria é trocada com uma outra mercadoria de tipo diferente.

3.7 A forma simples de valor

A fórmula simples de valor ou forma singular, acidental é a forma que expressa a troca entre duas mercadorias. É troca simples, direta, pois contrapõe apenas duas mercadorias, e é troca acidental porque não é regular, ocorre apenas acidentalmente. Essa forma expressa-se em: x mercadoria A = y mercadoria B ou x mercadoria A vale y mercadoria B (20 varas de linho = 1 casaco ou 20 varas de linho valem 1 casaco) (MARX, 1988, p. 54).

3.7.1 Os dois polos da expressão de valor: a forma relativa e a forma equivalente

A forma simples de valor constitui-se de dois polos contrapostos, o polo relativo e o polo equivalente. A mercadoria que se põe no polo relativo expressa seu valor na mercadoria posta no polo equivalente ou, invertendo a afirmativa, a mercadoria do polo equivalente empresta seu corpo para que a mercadoria relativa expresse seu valor. A relação simples de valor só pode ser expressa entre mercadorias diferentes, pois comparar duas mercadorias iguais não caracteriza uma expressão de valor.

Marx afirma que a forma simples de valor envolve todo o segredo dessa forma social que é a forma valor, pois ela já contém a expressão do valor que se revela em sua forma acabada à frente, na ofuscante forma dinheiro. Por isso, embora a expressão seja de troca entre duas mercadorias apenas, a sua análise põe grandes dificuldades (MARX, 1988, p. 54).

As mercadorias A e B colocam-se em posições distintas. A mercadoria A (linho), tem seu valor expresso na mercadoria B (casaco). A primeira está numa posição relativa, enquanto a outra coloca-se numa posição equivalente; a primeira é o relativo da equação, a segunda o equivalente. A expressão pode ser lida da seguinte forma: o valor do linho está relacionado ao valor do casaco. O casaco expressa, com seu corpo, com a sua utilidade, o valor do linho.

As formas relativa e equivalente “pertencem uma à outra, se determinam reciprocamente, são momentos inseparáveis” (MARX, 1988, p. 54), mas, ao mesmo tempo em que são inseparáveis, também constituem-se como dois extremos “que se excluem mutuamente ou se opõem” (MARX, 1988, p. 54). São dois polos da mesma expressão de valor, ou seja, dizer que são dois polos que se opõem significa que, para uma mercadoria expressar seu valor, ela só pode fazê-lo opondo-se a outra mercadoria. É somente pelo corpo de outra mercadoria em contraposição que aquela que está no polo relativo consegue expressar seu valor. Assim, a afirmação 20 varas de linho = 20 varas de linho não expressaria valor algum. O valor de uma coisa só pode, portanto, ser expresso em relação a outra mercadoria, como o casaco no exemplo. Esse, figurando na posição de equivalente, assume a função de mostrar o valor da mercadoria do polo oposto, a relativa, isto é, ele empresta seu material para a expressão desse valor (MARX, 1988, p. 54).

A forma relativa de valor também contém a relação oposta: quando se diz que 20 varas de linho valem 1 casaco, está-se dizendo também, lendo a expressão ao contrário,

que 1 casaco vale 20 varas de linho. Entretanto, como tratam-se de formas de dizer o valor, para mostrar o valor do casaco, a expressão deve ser invertida e o casaco deve assumir a posição de relativo e o linho a de equivalente: 1 casaco vale 20 varas de linho. Assim, deve-se proceder, pois a mesma mercadoria não pode aparecer ao mesmo tempo nos dois polos da mesma expressão de valor. Portanto, a posição da mercadoria na forma, se ela está na posição relativa ou não de equivalente, depende unicamente da posição que ela ocupa na expressão de valor (MARX, 1988, p. 55).

3.7.2 A forma relativa de valor: o conteúdo da forma relativa de valor

Para que a expressão simples de valor, contida em uma relação de valor entre duas mercadorias – x mercadoria A = y mercadoria B –, possa ser revelada, deve-se tomar a relação entre essas duas coisas, abstraindo as determinações quantitativas e levando em consideração somente as determinações qualitativas. Deve-se considerar, como já demonstrado anteriormente, que as grandezas de coisas quantitativamente distintas só tornam-se comparáveis entre si após serem reduzidas a um elemento constitutivo comum a elas. A mera relação entre duas coisas, a exemplo da anteriormente apresentada (20 varas de linho = 1 casaco), revela que as duas coisas são constituídas a partir de uma mesma unidade (MARX, 1988, p. 55).

É necessário observar que, em um dado exemplo de relação entre duas coisas (20 varas de linho = 1 casaco), essas duas mercadorias, comparadas quantitativamente, não exercem a mesma função na relação, pois apenas o linho tem seu valor expresso. Em sua relação com o casaco, ocupando a posição relativa, o casaco como equivalente coloca-se como forma de existência do valor do linho, pois somente nessa posição ele se iguala, como valor, ao linho. O valor do linho emerge dessa relação e expressa-se autonomamente, pois somente nessa condição, como valor, o linho pode se relacionar com o equivalente, o casaco, afinal, “como valores as mercadorias são meras gelatinas de trabalho humano”. Para analisar essa relação e o valor que ela expressa, o autor reduz as mercadorias “à abstração de valor, sem dar-lhes, porém, qualquer forma de valor diferente de suas formas naturais” (MARX, 1988, p. 56). Porém, quando essa relação é analisada entre duas mercadorias, o caráter de valor revela-se por meio dessa própria relação.

Na equiparação de duas mercadorias como coisas de valor, o que se faz com essa operação é a equiparação dos trabalhos contidos em ambas. No exemplo apresentado pelo autor, alfaiataria e tecelagem são trabalhos concretos diferentes, mas, equiparando

as duas atividades uma à outra, reduz-se ambas ao que elas têm em comum, a condição de serem resultado de trabalhos humanos iguais, produzindo coisas sensivelmente (materialmente) diferentes. O que se mostra é que a atividade de tecelagem, por exemplo, como produtora de valor, não tem qualquer diferença da atividade de alfaiataria, pois ambas são trabalho humano abstrato. Conclui Marx que “somente a expressão de equivalência de diferentes espécies de mercadoria revela o caráter específico do trabalho gerador de valor, ao reduzir, de fato, os diversos trabalhos contidos nas mercadorias diferentes a algo comum neles, ao trabalho humano geral” (MARX, 1988, p. 56).

Desse modo, o trabalho humano, o trabalho igual, abstrato, produz valor, mas ele não é o valor. Nas palavras de Marx, a “força de trabalho do homem em estado líquido ou trabalho humano cria valor, porém não é valor” (MARX, 1988, p.56). Para que uma mercadoria expresse o valor contido nela em forma de gelatina de trabalho humano, o valor deve ser expresso como “uma ‘objetividade’ concretamente diferente” dela mesma e simultaneamente comum a esta e a outra mercadoria (MARX, 1988, p. 56). A mercadoria, para revelar seu valor, precisa, pois, expressá-lo na corporalidade de outra mercadoria, bem como expressar seu valor no valor de uso de outra mercadoria e expressar o valor em uma forma distinta dele próprio. A forma que o valor encontra para expressar-se, externalizar-se é o valor de troca.

Marx resume essa parte de seu estudo, afirmando que

Por meio da relação de valor, a forma natural da mercadoria B torna-se a forma de valor da mercadoria A ou o corpo da mercadoria B o espelho do valor da mercadoria A. Ao relacionar-se com a mercadoria B como corpo de valor, materialização de trabalho humano, a mercadoria A torna o valor de uso de B material de sua própria expressão de valor. O valor da mercadoria A, assim expresso no valor de uso da mercadoria B, possui a forma do valor relativo (MARX, 1988, p. 57).

Ou seja, o valor só se expressa através de uma relação entre mercadorias.

3.7.3 Determinação quantitativa da forma de valor relativa

A forma de valor não pode expressar somente o valor em geral, conceitual ou genericamente. A expressão do valor deve mostrá-lo também de forma quantitativa, expressando o valor das mercadorias tomadas individualmente. Isso porque as mercadorias, cujo valor a ser revelado, expressam quantidades de utilidades, como 15 arrobas de tribo, 100 libras de café, para serem produzidas, consumiram determinada quantidade de trabalho, em sua forma abstrata (MARX, 1988, p. 57).

No exemplo usado por Marx, ao comparar 20 varas de linho com 1 casaco, a mercadoria casaco não é comparada apenas qualitativamente ao linho, na condição de corpo de valor em geral, mas é comparada também em termos de quantidades de ambas as mercadorias. A equação em destaque revela que 20 varas de linho foram produzidas com a mesma quantidade de trabalho humano, na sua forma abstrata, que a quantidade de 1 casaco, ou seja, ambas demandaram a mesma quantidade de trabalho na sua produção. Entretanto, como alerta o autor, essa proporção pode se alterar quando alterada a força de trabalho, tanto da tecelagem quanto da alfaiataria (MARX, 1988, p. 57).

Nesse ponto da exposição, Marx passa a examinar as influências que exercem as mudanças na força produtiva do trabalho sobre o tempo de trabalho necessário para produzir determinada mercadoria. No exemplo usado pelo autor, 20 varas de linho e 1 casaco, quatro possíveis situações são destacadas:

1. *Mudando o valor do linho e mantendo-se constante o valor do casaco.* Caso o tempo de trabalho necessário à produção do primeiro dobrar¹⁰, seu valor duplicará e, então, passará à relação de 20 varas de linho = 2 casacos, posto que um casaco conteria agora a metade do tempo de trabalho do linho. Diminuindo à metade o tempo necessário para a produção do linho, o seu valor cairá pela metade e, então, 20 varas de linho = $\frac{1}{2}$ casaco ou 10 varas de linho = 1 casaco. Mostra-se, com isso, que, mantendo-se constante o valor da mercadoria relativa, a qual expressa seu valor no casaco, este, o corpo que expressa o valor da mercadoria A (linho), eleva-se ou diminui diretamente com o valor da mercadoria A (MARX, 1988, p. 58);

2. *Permanecendo constante o valor do linho (mercadoria A) e mudando o valor da mercadoria equivalente, o casaco (mercadoria B), em decorrência do aumento do tempo necessário à sua produção.* Com essa situação, duplica o tempo necessário para produzir o casaco¹¹ e, então, teremos 20 varas de linho = $\frac{1}{2}$ casaco. Mas, se o valor do casaco cair pela metade, teremos 20 varas de linho = 2 casacos. Os exemplos mostram que se o valor da mercadoria relativa, o linho, mantiver constante o seu valor relativo, o qual se expressa na mercadoria B, sobe ou cai o seu valor relativo numa relação inversa à alteração do valor da mercadoria B (MARX, 1988, p. 58);

¹⁰ Marx coloca como fator que poderia alterar o valor da produção de linho a “crescente infertilidade do solo em que se produz linho” (MARX, 1988, p. 58).

¹¹ Se o valor da matéria-prima para a produção do casaco, a lã, dobrar em função de uma tosquia desfavorável, por exemplo, esse fator dobrará o valor do casaco (MARX, 1988, p. 58).

3. *Havendo oscilações simultâneas entre o trabalho necessário à produção das duas mercadorias, variações na mesma proporção e nas mesmas direções.* Nesse caso, os valores relativos entre duas mercadorias mantêm-se constantes: 20 varas de linho vão valer 1 casaco, antes e depois da mudança. Entretanto, a alteração de valor, nessa situação, só pode ser observada quando se comparar o valor das duas mercadorias ao de uma terceira, que tenha se mantido constante. A mudança real de valor pode ser deduzida do fato de que um mesmo dispêndio de trabalho proporcionará uma quantidade maior ou menor de mercadorias em relação à situação anterior (MARX, 1988, p. 58);

4. *Variando o trabalho necessário à produção de linho e de casaco simultaneamente e na mesma direção, mas em amplitudes distintas: mais para um, menos para outro, ou variando em direções opostas, um em relação ao outro.* A influência das diversas combinações sobre o valor relativo de uma dada mercadoria é expressa pela aplicação dos casos anteriormente apresentados (MARX, 1988, p. 58).

3.7.4 A forma equivalente

Uma mercadoria, ao expressar seu valor no corpo ou no valor de uso de outra mercadoria, atribui à segunda uma forma *sui generis* de valor, a de equivalente. A primeira mercadoria mostra sua qualidade de ter valor pela sua permutabilidade direta com a segunda mercadoria. A forma equivalente de uma mercadoria caracteriza-se, portanto, pelo fato de que ela é diretamente permutável com outra mercadoria.

Quando uma mercadoria apresenta-se como equivalente à outra, essa condição não revela nada a respeito das proporções nas quais as duas mercadorias, relativa e equivalente, são trocadas. Isso porque essa proporção depende da grandeza de valor do equivalente, eis que a grandeza de valor da mercadoria na posição relativa tem seu valor conhecido. Se, por exemplo, 20 varas de linho valem 1 casaco, a grandeza de valor do linho está dada, pois esse se expressa no valor do casaco. Resta agora saber o valor do equivalente do casaco para que se possa descobrir a proporção de troca entre os dois.

Independente da posição do casaco, se como equivalente, expressando o valor do linho, ou na posição de relativo, a sua grandeza de valor, tanto na primeira expressão, como na segunda, depende do tempo de trabalho socialmente necessário para a sua confecção. Colocado o casaco na posição de valor equivalente, essa posição por si só não lhe confere determinado valor, “a sua grandeza de valor não adquire nenhuma expressão como grandeza de valor. Ela figura na equação de valor muito mais apenas

como determinado quantum de uma coisa” (MARX, 1988, p. 59). Vale dizer que o valor do casaco, como equivalente, não se expressa em comparação com outro valor. O valor dele deve ser determinado pela substância que gera valor, o trabalho humano abstrato. O seu valor é determinado pelo *quantum* de trabalho humano abstrato despendido na sua confecção.

Nesse ponto da exposição, Marx faz um alerta: na equação de valor, o equivalente não expressa sempre, e apenas, um *quantum* de uma coisa, um *quantum* de um valor de uso. A interpretação de que o equivalente, na equação de valor, sempre possui apenas a forma simples de uma quantidade de valor de uso, induziu vários estudiosos a concluir que a expressão de valor revela apenas uma relação quantitativa. Afirma o autor que “a forma equivalente de uma mercadoria não contém nenhuma determinação quantitativa de valor” (MARX, 1988, p. 59). Assim como o valor do linho pode ser expresso no corpo do casaco, o valor deste pode também ser expresso no corpo do linho, mas isso não diz nada sobre a grandeza do valor do casaco, que só pode ser expresso em termos de tempo de trabalho necessário à sua produção, como posto anteriormente. Feito esse alerta, Marx passa a demonstrar as peculiaridades da forma equivalente.

A primeira delas é a de que a forma natural da mercadoria, o valor de uso, o corpo da mercadoria equivalente, torna-se expressão de seu contrário, o valor. Mas isso só acontece para a mercadoria equivalente dentro da relação de valor, quando ela está posta na posição de equivalente, uma vez que a mercadoria não pode servir de equivalente de si mesma, pois não pode fazer de seu valor de uso, de seu corpo, a expressão de seu próprio valor. Para expressar como valor, ela deve se relacionar com um equivalente, que é outra mercadoria, ou seja, fazer do valor de uso de outra mercadoria sua expressão de valor (MARX, 1988, p. 59-60).

Para demonstrar qual a substância comum existe entre duas mercadorias, a qual é revelada na equação relativa de valor, Marx recorre a uma analogia da relação de dois corpos que medem seus pesos. No exemplo apresentado, para pesar um pão, foi posto como contrapeso um pedaço de ferro, de peso conhecido. Posto o pão em uma relação de peso com o ferro, este dá a conhecer ao pão o quantum de seu peso. O ferro, nessa relação, figurou como mero corpo, que não representa nada mais do que o peso. O ferro desempenha este papel: servir como forma de manifestação do peso somente nessa relação. Com isso, o ferro e o pão equivalem-se como peso. Nessa determinação, por mais diferentes que sejam em termos de matéria que os constitui, eles se igualam. No exemplo do casaco como expressão de valor do linho, o casaco é apenas valor em

relação ao linho, da mesma forma que o ferro, como expressão do peso do pão, é apenas peso (MARX, 1988, p. 60).

Abandonando a analogia, Marx afirma que “o ferro representa na expressão de peso do pão de açúcar uma propriedade natural comum a ambos os corpos” (MARX, 1988, p. 60), o peso de ambos. No exemplo da relação entre linho e casaco, este “representa na expressão de valor do linho uma propriedade sobrenatural a ambas as coisas: seu valor, algo puramente social.” (MARX, 1988, p. 60). A classificação do valor como uma propriedade sobrenatural ao linho e ao casaco deve ser entendida como o valor sendo uma propriedade não da natureza, não como algo encontrado entre as coisas naturais, mas, ao contrário, o valor é uma propriedade constituída para além das coisas naturais, pois é decorrente do relacionamento entre seres humanos como produtores de mercadorias, em uma relação social.

Assim, na expressão da forma relativa de valor de uma mercadoria, a sua qualidade de ter valor como algo totalmente distinto de suas propriedades físicas, diferente de seu valor de uso como, por exemplo, ter em um casaco sua expressão de valor, mostra que nela oculta-se uma relação social. Na forma equivalente, ocorre o contrário. A forma equivalente “consiste justamente em que um corpo de mercadoria, como o do casaco, tal qual ela é, expressa valor, possuindo, portanto, por natureza, forma de valor” (MARX, 1988, p. 60). Entretanto, Marx explica que isso só vale internamente à relação de valor, na qual o linho relaciona-se com a mercadoria casaco, este como equivalente. Porém, como “as propriedades de uma coisa não se originam de sua relação com outras coisas, antes apenas atuam em tal relação, parece também que o casaco possui, por natureza, sua forma equivalente, sua propriedade de ser diretamente trocável” (MARX, 1988, p. 60), propriedade que seria natural, assim como suas outras propriedades naturais. A forma equivalente ou a forma valor que o casaco ostenta aparenta ser um atributo natural da mesma forma como seus atributos para manter alguém aquecido. É nessa aparência que está o enigma da forma equivalente, que “fere o olhar burguês rústico do economista político, tão logo esta [a forma valor do equivalente] se apresenta a ele, já pronta, sob a forma de dinheiro” (MARX, 1988, p. 60).

A segunda peculiaridade da forma equivalente é a de que trabalho concreto converte-se em trabalho humano abstrato, e é a manifestação de seu contrário. Nesse sentido, para Marx, “o corpo da mercadoria que serve de equivalente figura sempre como corporificação do trabalho humano abstrato e é sempre o produto de determinado trabalho concreto, útil. Esse trabalho concreto torna-se, portanto, expressão de trabalho humano

abstrato” (MARX, 1988, p. 61). Se o equivalente figura como simples realização de trabalho abstrato, a atividade que o cria e que nele se realiza existe como simples forma de concretização do trabalho humano abstrato. Na expressão que revela o valor do linho, “a utilidade da alfaiataria não consiste em fazer roupas (...) mas sim em que ela faz um corpo em que é visível que é valor, por conseguinte, gelatina de trabalho, que em nada se diferencia do trabalho objetivado no valor do linho” (MARX, 1988, p. 61).

A ideia de que a utilidade da alfaiataria não consiste em fazer roupas mostra-se verdadeira porquanto a sua função é produzir coisas para a troca, produzir mercadorias e não elaborar coisas para o consumo de seu produtor. Na corporificação do valor na mercadoria equivalente, não é somente o valor que assume forma material, mas é o próprio trabalho abstrato, substância do valor, que encontra a sua expressão material na atividade que cria utilidade ou no trabalho concreto. Para esclarecer este ponto, o de que também a atividade laboral concreta é expressão do trabalho abstrato, Marx afirma que, na atividade alfaiataria, assim como na tecelagem, é posta força de trabalho humana e, assim, ambas possuem a propriedade geral do trabalho humano. Portanto, em determinados casos, como na produção de valor, as duas atividades somente podem ser consideradas sob o ponto de vista da produção de valor. Segundo Marx, isso não apresenta qualquer mistério, e continua: “Mas na expressão de valor da mercadoria a coisa torna-se distorcida” (MARX, 1988, p. 61). Torna-se distorcida porque,

Para expressar que a tecelagem [...] em sua propriedade geral como trabalho humano, gera o valor do linho, ela é confrontada com a alfaiataria, o trabalho concreto que produz o equivalente do linho, como a forma de realização palpável do trabalho humano abstrato (MARX, 1988, p. 61).

Assim, o trabalho abstrato que gera o linho, o material utilizado na confecção do casaco, para demonstrar que ele gera o valor do linho, é contraposto à atividade concreta da alfaiataria, a qual produz o casaco e que, por sua vez, é a expressão de valor do linho.

A alfaiataria, enquanto trabalho concreto e funcionando como simples expressão de trabalho humano abstrato, indiferenciado, coloca-se como igualdade com outro trabalho, aquele contido no linho. Esse trabalho, ainda que se desenvolva como atividade privada, como produtora de mercadorias, portanto, igual a qualquer outro trabalho privado, ao produzir coisas para a troca configura-se como trabalho em uma forma diretamente social. Por ser produtor de mercadorias, o trabalho concreto manifesta-se em um produto que é diretamente trocável por outro produto do trabalho humano, como o linho. Essa situação revela, pois, a terceira peculiaridade da forma equivalente: o trabalho privado converter-se

em sua forma contrária, ou seja, o trabalho em forma diretamente social (MARX, 1988, p. 61).

Ao analisar a forma equivalente e, especificamente, o significado das peculiaridades dessa forma apontadas por Marx, Antunes (2005, p. 61-71) afirma que essas peculiaridades revelam a inversão que forma a base do fetiche [da mercadoria]. A primeira peculiaridade, a do valor de uso, ao tornar-se a forma de manifestação de seu contrário, o valor, segundo Antunes, é “a primeira inversão que formará a base fundamental do fetiche” (ANTUNES, 2005, p. 62). E complementa que “o enigmático da forma valor é exatamente esta capacidade que determinado valor de uso aparenta possuir para representar o valor de outra mercadoria” (ANTUNES, 2005, p. 62).

Nessa inversão, o equivalente não aparenta representar o papel de valor de troca apenas dentro da relação de troca, como Marx afirmou, mas a propriedade de valor é, aparentemente, intrínseca do próprio casaco enquanto mercadoria. Antunes afirma que “Este é o grande engodo da forma equivalente: o valor vem à tona sob sua forma antitética, a forma valor de uso. Esta forma por sua vez encobre a existência do valor, aparentando ser ela própria o valor” (ANTUNES, 2005, p. 62). Antunes ainda destaca que Marx observa o caráter reflexivo das categorias valor e valor de troca, forma relativa e forma equivalente, as quais possuem validade somente dentro da relação de valor, na qual o relativo tem seu valor expresso no corpo, no valor de uso do equivalente. Mas como a forma equivalente aparece posta na relação de troca como algo externo a esta, o caráter reflexivo não é exibido na exterioridade do valor de troca (ANTUNES, 2005, p. 65-66).

Outro aspecto misterioso em relação a forma equivalente do valor, destacado por Antunes (2005, p. 66) é o de que a forma equivalente não aparece como posta internamente pelo próprio valor, aparecendo [aparentando] como independente em relação ao valor de troca. Esse caráter “reflexivo, antitético e mutuamente condicionado das categorias valor e valor de troca” (ANTUNES, 2005, p. 66) é desconhecido dos economistas vulgares [liberais], o que leva à incompreensão da contradição “entre as propriedades imanentes de uma coisa e as manifestações exteriores destas propriedades” (ANTUNES, 2005, p. 66). O economista vulgar, com consciência fetichizada, “não consegue desvendar a natureza social e intangível do valor, confunde suas propriedades sociais com suas propriedades mais imediatamente corporais, como seu peso quantitativo ou sua qualidade como valor de uso” (ANTUNES, 2005, p. 66-67).

A segunda peculiaridade da forma equivalente de valor, a de converter trabalho concreto na forma de manifestação de seu contrário, a saber, o trabalho humano abstrato, para Antunes, representa uma nova antítese entre os dois polos da relação de valor: o espelhamento do valor do linho no corpo do casaco. Essa “inversão antitética e enganosa” é mais uma das bases sobre as quais se ergue o fetiche da mercadoria. O trabalho concreto do alfaiate converte-se, misteriosamente, na expressão da atividade abstrata do tecelão (ANTUNES, 2005, p. 68) e,

Na instância exterior das trocas e da consciência imediata dos homens, que não percebem todo este quibrocó interno (...) a atividade concreta do alfaiate parece ser por natureza atividade criadora do próprio valor, atividade que parece conferir exteriormente ao linho o valor do casaco (ANTUNES, 2005, p. 68).

Na verdade, a atividade concreta do alfaiate é expressão material de seu contrário, o trabalho humano abstrato.

A terceira peculiaridade da forma equivalente também se mostra como a terceira distorção, que se constitui como mais uma base sobre a qual se assenta o fetiche da mercadoria, afirma Antunes (2005, p. 68). Essa terceira peculiaridade caracteriza-se pela conversão do trabalho privado em seu contrário: o trabalho em sua forma diretamente social. Com isso,

O casaco e a alfaiataria não aparecem exteriormente na relação de troca como meras expressões de trabalho humano indiferenciado presente no linho, mas, aparecem já, como trabalho em forma diretamente social, sem necessidade de passar por todo o quiproquó das reflexões internas (ANTUNES, 2005, p. 68).

O fetiche da mercadoria será mais detalhadamente estudado em capítulo posterior, tomando como material de estudo as produções intelectuais dos comentadores da obra marxiana.

3.7.5 O conjunto da forma simples de valor

Nesse ponto da análise a respeito das formas de valor que Marx expõe em **O Capital** (1988), o autor retoma a apresentação da forma simples de valor, mas faz algumas correções na exposição feita em tópico anterior e aprofunda a análise. A forma simples de valor, diz Marx (1988, p.62-64), está contida na relação de valor ou na relação

de troca entre duas mercadorias de tipos diferentes. O valor de uma mercadoria tem duas expressões, a qualitativa e a quantitativa.

A qualitativa “tem expressão autônoma por meio de sua representação como ‘valor de troca’” (MARX, 1988, p. 62) e se revela por meio da permutabilidade direta entre duas mercadorias. Já a expressão quantitativa é revelada com a permutabilidade de um determinado *quantum* de uma mercadoria por outra. A expressão qualitativa do valor tem a sua manifestação autônoma na forma de valor-de-troca, é o valor como determinação da mercadoria, enquanto a expressão quantitativa mede as proporções envolvidas na troca de duas mercadorias. Dessa forma, diz Marx, a sua afirmação de que a mercadoria é valor de uso e valor de troca, a rigor, é falsa, pois a forma correta de expressar essas determinações é dizer que a mercadoria possui valor de uso e valor. Esse valor, entretanto, só se manifesta em uma relação de troca (MARX, 1988, p. 62-63).

Ao contrário da ilusão alimentada pelos mercantilistas e pelos livre-cambistas, que interpretam a origem do valor a partir do valor de troca, Marx afirma que sua análise da mercadoria provou que o valor ou a expressão de valor da mercadoria origina-se da natureza do valor das mercadorias. Vale dizer que não é o valor de troca que determina o valor, mas é o valor que se expressa na forma valor de troca. Na expressão de valor da mercadoria A, que está contida na relação de valor com a mercadoria B, a forma natural da mercadoria A funciona como figuração de valor de uso, e a forma natural da mercadoria B funciona apenas como forma valor ou figuração de valor.

A antítese interna entre valor de uso e valor, oculta na mercadoria, é, portanto, representada por meio de uma antítese externa, isto é, por meio de uma relação de duas mercadorias, na qual uma delas, cujo valor deve ser expresso, funciona diretamente apenas como valor de uso; a outra, ao contrário, na qual o valor é expresso, vale diretamente apenas como valor de troca. (MARX, 1988, p. 63)

A conclusão que se coloca como evidente é a de que “a forma simples de valor de uma mercadoria é, por conseguinte, a forma simples de manifestação da antítese entre valor de uso e valor nela contida” (MARX, 1988, p. 63). Assim, se o trabalho é uma necessidade do ser humano para produzir e reproduzir sua existência; se os produtos, fruto do trabalho, são objeto de uso em todas as formações sociais, somente em uma determinada formação social, com um certo grau de desenvolvimento, cuja evolução colocou o trabalho produtor de objetos de uso como propriedade coisificada, ocorre a transformação do produto do trabalho em mercadoria. Dessa constatação, segue-se que “a forma simples de valor da mercadoria é ao mesmo tempo a forma mercadoria simples

do produto do trabalho e, que, portanto, também o desenvolvimento da forma mercadoria coincide com o desenvolvimento da forma valor” (MARX, 1988, p. 63).

Marx reconhece a insuficiência da forma simples de valor, classificando-a como embrionária e que, amadurecendo através de uma série de transformações, alcançará a forma preço (MARX, 1988, p. 63). Essa constatação mostra que a forma simples de valor já revela a gênese do dinheiro, na medida em que a mercadoria relativa expressa seu valor na utilidade de um equivalente. Se a forma simples é insuficiente para expressar sua “igualdade qualitativa e sua proporcionalidade quantitativa com todas as mercadorias”, (MARX, 1988, p. 64) pois essa forma mostra a mercadoria como equivalente individual de apenas uma das mercadorias, ela passa por si mesma a uma forma completa. Nessa forma de valor, a mercadoria, ou seja, a forma simples, a mercadoria A expressa seu valor em apenas uma mercadoria, de outro tipo. Entretanto, essa outra mercadoria pode ser de inúmeras espécies como, por exemplo, casaco, ferro, trigo, tabaco. A expressão de seu valor, nesta ou naquela outra mercadoria, pode ser ampliada para que o valor se expresse em uma série que pode ser ampliada indefinidamente. Portanto, a expressão simples de valor de uma determinada mercadoria pode resultar em uma forma de expressão mais ampla, a que Marx chama de forma de valor total ou desdobrada (MARX, 1988, p. 64).

3.8 Forma de Valor Total ou Desdobrada

A Forma de Valor Total ou Desdobrada representa a superação da forma de valor simples. Nessa forma evoluída, a expressão do valor relativo expressa-se nos corpos de várias outras mercadorias, numa sequência indefinida (MARX. 1988. p. 64).

Z mercadoria A = u mercadoria B ou = v mercadoria C ou = w mercadoria D ou = x mercadoria E ou = etc.

	= 1 casaco
	= 10 libras de chá
	= 40 libras de café
20 varas de linho	= 1 quarter de trigo
	= 2 onças de ouro
	= ½ tonelada de ferro
	= ∞ mercadorias

3.8.1 A forma relativa de valor desdobrada

A forma de valor total ou desdobrada revela agora que o linho tem seu valor expresso na utilidade de várias outras mercadorias, em uma série infindável, em que o valor do linho é refletido por qualquer outro corpo de mercadoria. A forma mostra o valor da mercadoria relativa, pela primeira vez e verdadeiramente, como “gelatina de trabalho humano indiferenciado” (MARX, 1988, p. 64). Assim, o trabalho humano do qual ela resulta é trabalho humano igual, contido em qualquer outra mercadoria que lhe seja confrontada. A interminável série de expressões do valor do linho mostra que, ao valor mercantil, é indiferente a forma material do valor de uso através da qual ele se expressa (MARX, 1988, p. 64).

Outra constatação muito importante que Marx revela em sua investigação é a de que, independente da forma na qual o linho expressa seu valor, seja em relação ao valor de uso de uma mercadoria individual, como na forma simples do valor, seja em várias outras mercadorias, como nessa forma em análise, o valor continua o mesmo, de igual tamanho, mostrando que não é a troca que regula a grandeza do valor, mas ao contrário, é este que regula as relações de troca (MARX, 1988, p. 65).

3.8.2 A forma equivalente particular

Cada corpo de mercadoria, da interminável série de mercadorias que se contrapõem ao linho e que manifestam seu valor, funciona nessa expressão como um equivalente particular ou como corpo de valor. Portanto, a forma natural de cada uma dessas mercadorias é uma forma equivalente particular, como todas as demais. Mas a expressão de valor também revela que as diferentes formas de trabalho concreto e útil, contidas nos diferentes corpos das mercadorias, também mostram-se, como as igualmente diversas formas de efetivação ou de expressão do trabalho humano abstrato, genérico, igual (MARX, 1988, p. 65). Portanto, ao mesmo tempo em que as diversas mercadorias, através de suas utilidades e de seus corpos, expressam o valor concreto, também expressam, na mesma relação, o trabalho abstrato contido e demandado para a sua produção ou revelam que o trabalho humano abstrato efetivamente constitui-se como a gelatina de trabalho uniforme (MARX, 1988, p. 65).

3.8.3 A insuficiência da forma de valor total ou desdobrada

A forma total ou desdobrada mostra-se deficiente para expressar o valor da mercadoria como trabalho humano abstrato ou, na consagrada expressão de Marx, como gelatina de trabalho humano indiferenciado. Isso se dá, segundo Marx, por duas razões: a primeira está no fato de que a série de representações do valor é infinita. A cada equiparação de um valor com outra, essa série pode novamente ser prolongada por uma outra mercadoria posta em comparação e, assim, sucessivamente. Essa característica, como já dito, não permite que a forma de expressão em análise apresente a substância do valor enquanto tal, pois a instabilidade da fórmula não lhe permite. A segunda razão é que “ela forma um mosaico colorido de expressões de valor, desconexas e diferenciadas” (MARX, 1988, p. 65). Nessa forma desdobrada, o valor relativo de cada mercadoria é expresso como uma série infinita de expressões de valor, diferente para qualquer forma de valor.

Essas insuficiências da forma relativa transferem-se também para a forma equivalente correspondente, pois como cada forma natural de mercadoria é uma forma equivalente particular ao lado de inúmeras outras formas equivalentes particulares, isso implica em reconhecer que existem apenas formas equivalentes limitadas, onde cada uma exclui a outra. A mesma limitação apresenta-se no trabalho concreto, útil e contido em cada mercadoria equivalente particular que, assim, se mostra apenas como manifestação particular do trabalho humano. Este tem sua manifestação completa no ciclo inteiro das formas particulares de manifestação, mas distribuído em formas equivalentes limitadas e, com isso, ele não apresenta nenhuma forma de manifestação unitária (MARX, 1988, p. 65).

Se o linho expressa seu valor relativo no corpo de várias outras mercadorias, a sua forma de valor relativa encontra inúmeras formas equivalentes de valor, isso implica em várias outras mercadorias sendo trocadas pelo linho. Invertendo-se a expressão, teremos várias mercadorias expressando seu valor relativo no corpo da mercadoria linho. Assim: 20 varas de linho = 1 casaco ou 10 libras de chá, resultará na expressão invertida: 1 casaco = 20 varas de linho; 10 libras de chá = 20 varas de linho, etc. Com isso, chega-se à demonstração da Forma Geral de Valor.

3.9 Forma Geral de Valor

De acordo com Marx (1988, p. 65-66):

1 casaco	=	
10 libras de chá	=	
40 libras de café	=	
1 quarter de trigo	=	20 varas de linho
2 onças de ouro	=	
½ tonelada de ferro	=	
x mercadoria A	=	
∞ mercadorias	=	

3.9.1 O caráter modificado da forma valor

Com a Forma Geral de Valor, as mercadorias agora representam seus valores de modo simples e de modo unitário porque a representação dá-se na mesma mercadoria e, por ser a representação simples e comum a todas, ela é a representação geral. A primeira forma, sendo unitária, mas não comum, corresponde aos primórdios das relações de troca, quando as trocas ocorriam de forma casual ou acidental.

Já na forma desdobrada, segundo Marx, o valor da mercadoria é exibido de forma mais completa, pois a mercadoria equivalente confronta sua forma natural com todas as mercadorias possíveis. As expressões comuns de valor são excluídas e, nas expressões de valor de uma mercadoria, as outras mercadorias, que confrontam a primeira, aparecem somente sob a forma de equivalentes. A forma desdobrada de expressão de valor corresponde ao momento histórico das trocas, quando um produto do trabalho começou a ser trocado por várias outras mercadorias de forma habitual e não mais acidentalmente (MARX, 1988, p. 66). Assim, a forma dinheiro mostra-se com sua aparência mais desenvolvida.

A Forma Geral, ao relacionar o valor de todas as mercadorias a uma determinada mercadoria, isolada das demais, representa os valores de todas as mercadorias por meio da mercadoria que passa a funcionar como equivalente geral. Ela é, por isso, a primeira forma a relacionar as mercadorias entre si apenas como valores ou faz com que elas apareçam reciprocamente como valores de troca (MARX, 1988, p. 66). Assim, na Forma Geral, uma mercadoria só conquista a posição de expressão geral do valor porque todas as demais expressam seu valor no mesmo equivalente e cada mercadoria que surge tem de fazer o mesmo. Isso mostra a natureza social do valor, a sua existência como decorrente de relações sociais, desse modo, “a objetividade do valor das mercadorias, por

ser mera 'existência social' dessas coisas, somente pode ser expressa por sua relação social por todos os lados, e sua forma, por isso, tem de ser uma forma socialmente válida" (MARX, 1988, p. 67).

Nessa Forma Geral de Valor, as mercadorias aparecem iguais qualitativamente e quantitativamente comparáveis. A expressão dos valores relativos das mercadorias, no valor de uso de uma única mercadoria, reflete suas grandezas de valor mutuamente: no exemplo, se 10 libras de chá = 20 varas de linho e 40 libras de café = 20 varas de linho, então, 10 libras de chá = 40 libras de café (MARX, 1988, p. 67).

A forma natural da mercadoria que ocupa a posição de equivalente geral é figura de valor comum a todas as mercadorias que nela expressam seu valor. É também, por isso, a encarnação de todo o trabalho humano e, pela condição de equivalente geral, é, portanto, trocável por todas as outras mercadorias. O trabalho privado que produz o equivalente geral coloca-se como trabalho social geral, igualado a todos os outros trabalhos. No exemplo usado por Marx, a comparação do trabalho da tecelagem com todas as outras formas de trabalho faz com que a tecelagem assuma a condição de "forma geral de manifestação do trabalho humano enquanto tal" (MARX, 1988, p. 67), a saber, do trabalho humano abstrato.

O trabalho humano objetivado no valor das mercadorias tem sua natureza positiva ressaltada, pois "ele é a redução de todos os trabalhos reais à sua característica comum de trabalho humano, ao dispêndio de força de trabalho do homem" (MARX, 1988, p. 67). Marx conclui sua exposição sobre esta forma de valor explicando que

A forma valor geral, que representa os produtos de trabalho como meras gelatinas de trabalho humano indiferenciado, mostra por meio de sua própria estrutura que é a expressão social do mundo das mercadorias. Assim, ela evidencia que no interior desse mundo o caráter humano geral do trabalho constitui seu caráter especificamente social. (MARX, 1988, p. 67)

3.9.2 O desenvolvimento da forma relativa e da forma equivalente e a transição à forma dinheiro

Marx (1988) demonstra também o desenvolvimento das duas formas de valor: a relativa e a equivalente, bem como trabalha a antítese gerada na forma geral do valor entre essas duas formas. O desenvolvimento da forma valor relativa condiciona o desenvolvimento da forma equivalente, acontecendo com o mesmo grau de evolução, sendo que a evolução da segunda é expressão do resultado do desenvolvimento da primeira.

Da evolução da forma simples, passando para a desdobrada, chega-se à expressão geral de equivalente, em que uma espécie particular de mercadoria recebe essa forma porque todas as demais fazem dela o material de sua manifestação, o que a transforma em expressão unitária e geral de valor. O desenvolvimento da forma geral leva ao desenvolvimento da antítese entre os dois polos de valor: “No mesmo grau, porém, em que se desenvolve a forma valor em geral, desenvolve-se também a antítese entre ambos os polos, a forma valor relativa e a forma equivalente” (MARX, 1988, p. 68). Na forma simples, em que uma mercadoria expressa seu valor no corpo de uma única mercadoria, já está presente a antítese entre os dois polos, porém, essa forma não a fixa. Nessa expressão de valor independe se ela será lida de frente para trás ou ao contrário, uma vez que o resultado será ora a mercadoria A expressa seu valor, ora a mercadoria B expressa seu valor (MARX, 1988, p. 68).

A forma desdobrada resolve a contradição da primeira, quando uma mercadoria mostra seu valor no corpo de várias outras ou em uma série ilimitada. Entretanto, somente uma mercadoria consegue expressar mais amplamente o seu valor. As demais, lendo-se a expressão no sentido inverso, expressam seu valor de forma simples.

A forma valor geral resolve a contradição da forma desdobrada ao dar às mercadorias “a forma valor relativa social geral” (MARX, 1988, p. 68), pois todas as mercadorias, à exceção de uma delas, são excluídas da forma equivalente geral. A mercadoria que figura na posição de equivalente geral (no exemplo, o linho) torna-se permutável com todas as outras mercadorias ou se coloca “na forma de permutabilidade direta em todas as outras mercadorias ou da forma diretamente social, porque e na medida em que todas as demais mercadorias não se encontram nela” (MARX, 1988, p. 68, grifo do autor).

Para expressar o valor relativo da mercadoria excluída, a que está na posição de equivalente geral, é necessário inverter a forma valor geral, a forma III do valor. Assim, a mercadoria excluída, agora na posição de valor relativo, expressa seu valor em uma série interminável de outras mercadorias (MARX, 1988, p. 68).

Concluída a apresentação e a análise das diversas formas com que o valor é explicado por Marx, passaremos ao estudo do dinheiro, partindo da forma valor dinheiro.

4 A FORMA DINHEIRO

Todas as mercadorias são dinheiro perecível; o dinheiro é a mercadoria imortal (MARX, 2011, p. 98).

Apresentadas as formas do valor no capítulo anterior, passamos ao estudo do dinheiro, conforme apresentado Marx, com o objetivo de extrair desta análise o conceito que o autor expressa em relação ao dinheiro, objeto central da nossa pesquisa. Tomaremos como referência as obras **Grundrisse** (2011) e **O Capital**, Livro I, (1988) e iniciaremos este capítulo apresentando a última das formas de valor expostas por Marx.

Segundo Marx (1988), a forma equivalente geral é a forma do valor em si, na qual qualquer mercadoria pode assumir a posição de equivalente. Se da forma I para a forma II e para a forma III ocorreram modificações importantes, a mudança da forma III para a forma IV, nesse instante em análise, não apresenta qualquer mudança. A única mudança é a de que, ao invés de o linho ficar no posto de equivalente geral, ou seja, a mercadoria que representa o valor de todas as demais, agora um metal precioso assume essa função. Essa alteração é fruto de um processo histórico longo e, com o desenvolvimento da produção de mercadorias, resultado da divisão social do trabalho, e por força do hábito social, ao fim, o ouro estabeleceu-se como equivalente geral.

1 casaco	=	
10 libras de chá	=	
40 libras de café	=	
1 quarter de trigo	=	2 onças de ouro
2 onças de ouro	=	
½ tonelada de ferro	=	
x mercadoria A	=	
∞ mercadorias	=	

O ouro só conquistou essa posição por já ter se confrontado como dinheiro com outras mercadorias. Funcionando como equivalente, pouco a pouco foi assumindo essa função em círculos cada vez mais amplos, até conquistar o monopólio da posição, tornando-se mercadoria dinheiro e, com isso, e só então, a forma valor geral se transforma em dinheiro (MARX, 1988, p. 69).

Marx conclui a exposição afirmando que

a dificuldade no conceito da forma dinheiro se limita à compreensão da forma equivalente geral, portanto, da forma valor geral como tal, da forma III. A forma III se resolve, retroativamente, na forma II, a forma valor desdobrada e seu elemento constitutivo é forma I: 20 varas de linho = 1 casaco, ou x mercadoria A = y mercadoria B. A forma mercadoria simples é, por isso, o germe da forma dinheiro. (MARX, 1988, p. 69)

Demonstrado o processo de formação e de evolução do valor, até este se expressar na forma dinheiro, tal como o conhecemos hoje, passaremos a analisar o processo de trocas.

4.1 O processo de troca

Os produtos do trabalho humano, no sistema capitalista, são produzidos para a troca e não para o consumo de seus produtores. Nas palavras irônicas de Marx, as mercadorias não podem ir por suas próprias forças ao mercado. Elas dependem da condição de que seus guardiões coloquem-nas frente a frente para que sejam trocadas umas pelas outras. Já nas primeiras linhas de sua exposição, em **O Capital** (1988), Marx demonstra as principais determinações das mercadorias e das trocas, bem como o desenvolvimento de todo o processo da atividade econômica.

As relações entre os produtores, no ato da troca, são relações reificadas, pois para que os produtos do trabalho humano refiram-se uns aos outros como mercadorias, os seus guardiões devem se relacionar entre si como representantes da vontade das mercadorias, “como pessoas, cuja vontade reside nestas coisas” (MARX, 1988, p. 79). O ato de troca resulta da vontade comum dos agentes, aos quais se impõe que se reconheçam como proprietários privados, e a relação de vontade expressa o conteúdo da própria relação econômica, pois os agentes apresentam-se como personificações das relações econômicas (MARX, 1988, p. 79). Portanto, como já afirmado, as relações envolvidas na troca são relações reificadas, coisificadas, pois as relações sociais da sociedade produtora de mercadorias são relações que se estabelecem através das coisas.

A igualitária e cínica mercadoria está sempre disposta a entrar em relação de troca com qualquer outra mercadoria, estando interessada apenas no corpo da mercadoria que se lhe contrapõe, uma vez que ela precisa dele para expressar seu próprio valor. Produzidas para a troca, as mercadorias não têm qualquer valor de uso para o seu

produtor, exceto o valor de uso de ser portadora de valor de troca. O produtor precisa ir ao mercado encontrar algum outro produtor de mercadorias que esteja disposto a estabelecer a troca (MARX, 1988, p. 80).

Marx resume a relação entre valor de uso e valor de troca das mercadorias postas na relação entre os produtores da seguinte maneira: “todas as mercadorias são não-valores de uso para seus possuidores e valores de uso para seus não-possuidores” (MARX, 1988, p. 80). Ao afirmar que “elas precisam, portanto, universalmente mudar de mãos” (MARX, 1988, p. 80), o autor aponta uma característica central do sistema produtor de mercadorias: a produção pela e para a troca, o que se constitui como uma prática generalizada no reino da produção de mercadorias. Mas a troca dá-se entre valores ou dos valores entre si e, por isso, “as mercadorias têm de realizar-se, portanto, como valores, antes de poderem realizar-se como valores de uso” (MARX, 1988, p. 80), o que significa que elas têm que necessariamente passar pelo processo de troca para que se tornem valor de uso para quem as adquiriu. Para se realizarem como valores, as mercadorias têm que comprovar a sua utilidade como valores de uso, pois o trabalho humano despendido na produção das mercadorias somente é aceito na medida em que é útil aos outros, logo, a mercadoria só é útil na medida em que é valor de uso para os demais membros da sociedade. Assim, a utilidade dos produtos só pode ser atestada pelo processo de troca (MARX, 1988, p. 80).

Para explicar o desenvolvimento do dinheiro, Marx analisa o processo de trocas entre os produtores. Todo produtor quer trocar o produto de seu trabalho pelo produto de outro, desde que a coisa adquirida lhe seja útil. Nesse sentido, a alienação da mercadoria caracteriza para o seu produtor um processo individual. Por outro lado, o produtor quer trocar a coisa produto de seu trabalho ou o valor que produziu por um outro ou por uma mercadoria qualquer que tenha o mesmo valor da sua e que seja do seu agrado, independente do fato de a sua mercadoria ter utilidade para quem a adquire. Esse processo de troca, para o produtor, é um processo genericamente social (MARX, 1988, p. 80), porém, o mesmo processo de troca não pode ser, para todos os produtores ao mesmo tempo, apenas individual e apenas genericamente social, esclarece Marx. Para todos os produtores, a mercadoria do outro confronta-se com a sua como equivalente particular e sua mercadoria coloca-se como equivalente geral de todas as outras. Todos os produtores, agindo dessa forma, geram uma situação na qual nenhuma mercadoria é equivalente geral, bem como nenhuma possui forma geral relativa, na qual possam expressar seu valor e se comparar como grandezas dessa determinação. Dada essa

situação, as mercadorias confrontam-se apenas como valores de uso e não como mercadorias (MARX, 1988, p. 80).

As mercadorias só podem se confrontar com esta determinação, a de mercadorias, se o fizerem na condição de valores, comparando-se um valor com outro, e, para isso, uma mercadoria confronta-se com a outra como equivalente geral. Pela atuação das “leis da natureza das mercadorias” (MARX, 1988, p. 80) e por meio de um processo social, caracterizado por reiteradas trocas, as mercadorias excluíram, de seu convívio, uma delas, a qual foi posta na posição de equivalente geral para representar todas as demais como valores, assumindo essa função que é especificamente social. O equivalente geral é o dinheiro (MARX, 1988, p. 80-81).

No processo de troca, diferentes produtos são igualados entre si através do confronto de seus valores com o equivalente geral, transformando-se na condição de mercadorias. A generalização desse processo leva ao desenvolvimento da antítese entre valor de uso e valor que, latente na mercadoria, exterioriza-se na forma de valor de troca, que é “a forma independente do valor da mercadoria” (MARX, 1988, p. 81) que se exteriorizou e se libertou da contradição interna à mercadoria. Essa contradição entre valor de uso e valor resolve-se e passa a um patamar mais elevado, dando representação externa ao valor, o que ocorre quando esse processo culmina com a duplicação do produto em mercadoria e dinheiro, ou seja, “na mesma medida, portanto, em que se dá a transformação do produto do trabalho em mercadoria, completa-se a transformação da mercadoria em dinheiro” (MARX, 1988, p. 81).

A troca de mercadorias, resultado da produção de bens em quantidade superior às necessidades das comunidades, o que é resultado da ampliação da divisão social do trabalho, inicia seu desenvolvimento no âmbito das comunidades, mas para fora destas, nas bordas de sua existência enquanto comunidades ou, no dizer de Marx, “a troca de mercadorias começa onde as comunidades terminam, em seus pontos de contato com outras comunidades ou com membros de outras comunidades” (MARX, 1988, p. 81). Desse modo, com a generalização do comércio, surge uma mercadoria que encarna a condição de, através de suas características físicas, ser objeto de expressão geral do valor, ou de equivalente geral, ou da forma dinheiro. Qual mercadoria é a escolhida para desempenhar tal função depende de alguns aspectos, como ser artigo de maior importância ou objeto de uso que represente o principal artigo do patrimônio da comunidade como, por exemplo, o gado (MARX, 1988, p. 82).

A forma dinheiro fixou-se nas mercadorias que se mostraram, por sua natureza, ser mais adequadas ao desempenho dessa função. Para desempenhar a primeira função da mercadoria como dinheiro, isto é, servir de forma de manifestação do valor, ou de corpo no qual o trabalho igual manifesta sua expressão social, ou de medida do valor, o material a desempenhar essa condição precisa ter algumas características, entre elas está a uniformidade de qualidade e expressar variações meramente quantitativas para o que deve ser indefinidamente divisível e passível de recomposição (MARX, 1988, p. 83). Essas características são encontradas, por exemplo, nos metais preciosos, especialmente no ouro, que pode ser dividido indefinidamente e recomposto, mantendo, independente da porção, sempre as mesmas características e a mesma qualidade material (MARX, 1988, p. 83). Portanto, tendo o ouro como exemplo, entende-se que homogeneidade, imperecibilidade, divisibilidade, portabilidade são algumas das características necessárias ao material para que possa funcionar como dinheiro.

Após afirmar que “o processo de troca dá à mercadoria, a qual é por ele transformada em dinheiro, não o seu valor, porém sua forma valor específica” (MARX, 1988, p. 83), Marx alerta que a confusão entre o valor e a forma valor específica, atribuído à mercadoria dinheiro pelo processo da troca, levou muitos a considerar o valor do ouro e da prata como sendo imaginário. Entretanto, o que o processo de troca dá à mercadoria transformada em dinheiro é a forma valor, ou seja, a forma que expressa o valor, o externaliza e cujo substrato é o trabalho humano indiferenciado, o qual se manifesta como valor de troca para, em contradição com a mercadoria, fixar-se em uma delas, a qual é escolhida como dinheiro. Os metais preciosos, ouro e prata, têm valor próprio enquanto mercadorias com valor de uso, mas, na condição de equivalente geral ou na condição de dinheiro, possuem uma forma valor específica, atribuída a eles pelo processo de trocas (MARX, 1988, p. 83).

Outro alerta que o autor faz visa afastar o erro de compreender o dinheiro como um mero signo, uma vez que, “podendo o dinheiro ser substituído, em certas funções, por meros signos dele mesmo, surgiu o outro erro, que ele seja mero signo” (MARX, 1988, p. 83). Entretanto, essa compreensão acerca do dinheiro implicava outras noções equivocadas, segundo Marx, como “vislumbrar que a forma dinheiro da coisa é externa a ela mesma e mera forma de manifestação de relações humanas ocultas atrás dela” (MARX, 1988, p. 83). Derivada dessa noção, a mercadoria também seria um signo “pois, como valor, é apenas um invólucro reificado do trabalho humano nela despendido”

(MARX, 1988, p. 83). Mas, ao adotar esta compreensão acerca do dinheiro, isto leva a que,

ao considerar signos os caracteres sociais que as coisas ou os caracteres reificados que as determinações sociais do trabalho recebem, com base em determinado modo de produção, como meros signos, eles passam, ao mesmo tempo, a ser explicados como produto arbitrário da reflexão dos homens (MARX, 1988, p. 83-84).

Essa noção, explica o autor, implicava não perceber a forma dinheiro da mercadoria como expressão externa de uma contradição entre valor de uso e valor, nem como contradição entre mercadoria e valor de troca. Nessa forma de perceber o fenômeno, a mercadoria seria apenas um signo, negando que ela é expressão do trabalho humano, tanto na sua forma concreta quanto na sua forma abstrata. Além do mais, essa compreensão do dinheiro nega que a mercadoria é expressão de relações sociais havidas no processo de produção da riqueza material, o que também não captura a realidade de que o dinheiro é expressão concreta de relações humanas sociais concretas, estabelecidas durante o processo de produção da riqueza em forma de mercadorias.

O dinheiro é, portanto, expressão externa de uma contradição interna entre valor de uso e valor, que se externaliza como valor de troca e, pelo processo descrito, evolui para a forma dinheiro, materializada no corpo de uma mercadoria. A falsa compreensão desse fenômeno, como se verá a seguir, é a base para o fetiche do dinheiro (MARX, 1988, p. 84-85).

Marx demonstra que a origem do fetiche do dinheiro, caracterizado pelo fato de o equivalente geral aparentar essa forma de equivalente não por depender da relação social que a engendrou, mas por ser uma propriedade social de sua própria natureza, está na fundição do equivalente geral com a forma natural de uma espécie particular de mercadoria, com a qual aquele se apresenta, ou na cristalização da forma natural do equivalente geral como forma dinheiro (MARX, 1988, p. 84-85).

A inversão contida nessa falsa compreensão, caracterizadora do fetiche, pode ser compreendida quando uma “mercadoria não parece tornar-se dinheiro porque todas as outras mercadorias representam nela seus valores, mas, ao contrário, parecem todas expressar seus valores nela porque ela é dinheiro” (MARX, 1988, p. 84). Desse modo, o ouro seria dinheiro por ser ouro, um metal precioso.

4.2 Dinheiro: medida de valores e meio circulante

Em *O Dinheiro ou a Circulação das Mercadorias*, de **O Capital** (1988, p. 86-120), Marx analisa as principais funções do dinheiro. Detemo-nos nas funções medida de valores e meio de circulação, por serem as que têm relação direta e fundamental com o objeto deste estudo e que foram apresentadas pelo autor no Livro I, de **O Capital**, texto base deste estudo. Inicialmente, o autor esclarece que toma o ouro como sinônimo de dinheiro, a saber: “pressuponho sempre neste escrito o ouro como a mercadoria monetária” (MARX, 1988, p. 86).

A primeira função do ouro ou do dinheiro é “fornecer ao mundo das mercadorias o material para sua expressão de valor” (MARX, 1988, p. 86), ou seja, servir de medida de valores para medir grandezas qualitativamente iguais e quantitativamente comparáveis. É nessa função de medida geral de valores e desempenhada pelo ouro que a mercadoria equivalente geral específica constitui-se como dinheiro. Assim, o dinheiro é a forma necessária de expressão da medida imanente do valor das mercadorias, o qual tem como substrato o tempo de trabalho, em sua forma abstrata e geral. Desse modo, o que torna as mercadorias comensuráveis entre si não é o dinheiro, mas o seu valor, pois é através dessa medida que elas podem ser equiparadas quantitativamente entre si, isto é, o “dinheiro, como medida de valor, é forma necessária de manifestação da medida imanente do valor das mercadorias: o tempo de trabalho” (MARX, 1988, p. 86).

Marx explica que “a expressão de valor de uma mercadoria em ouro – x mercadoria de A = y da mercadoria monetária – é sua forma dinheiro ou seu preço” (MARX, 1988, p. 86). A forma dinheiro ou o preço, conceitos igualados pelo autor, é, pois, a expressão do valor de uma mercadoria em um quantum da mercadoria monetária, para o exemplo em análise, o ouro, que o autor assumiu como a mercadoria dinheiro. Embora seja mercadoria, dinheiro não tem preço pois, “para participar dessa forma relativa unitária das outras mercadorias, teria que se relacionar a si mesmo, como seu próprio equivalente” (MARX, 1988, p. 87).

A forma monetária das mercadorias ou o preço, como forma geral das mercadorias, não se confunde com a forma corpórea real e tangível da mercadoria que serve como dinheiro, distinguindo-se da forma material da mercadoria dinheiro. Esta última expressa o valor que, embora invisível, é real e existe nas mercadorias, enquanto o preço é apenas imaginado por sua igualdade com o ouro. Portanto, “a expressão dos valores das

mercadorias em ouro é ideal” (MARX, 1988, p. 87), o valor da mercadoria é idealmente comparado com o ouro.

Por isso, explica Marx, em “sua função de medida de valor, o dinheiro serve, portanto, como dinheiro apenas imaginário ou ideal” (MARX, 1988, p. 87), uma vez que, embora “apenas dinheiro imaginário sirva para a função de medida de valor, o preço depende totalmente do material monetário real” (MARX, 1988, p. 87). A explicação dessa afirmativa está no fato de que o preço das mercadorias é a expressão de seu valor em quantidade de mercadoria monetária, ou seja, no exemplo usado por Marx, o ouro.

O valor ou o quantum de trabalho humano que, por exemplo, uma tonelada de ferro contém, é expresso numa quantidade imaginária da mercadoria dinheiro, para cuja produção foi demandada, por suposição, a mesma quantidade de trabalho (MARX, 1988, p. 87). A veracidade dessa afirmação pode ser atestada quando se toma diferentes metais como medida de valor: se, por exemplo, ouro, prata ou cobre forem os materiais usados para medida de valor, o valor em preço da tonelada de ferro será expresso em quantidades distintas para ouro, prata e cobre, pois tais metais demandam, para sua produção, tempos de trabalho distintos.

A expressão do preço das mercadorias ocorre na seguinte forma: a) mercadoria A = x ouro; b) mercadoria B = z ouro; c) mercadoria C = y ouro, em que a, b e c são certas quantidades das mercadorias A, B e C, e as expressões x, y, z são as quantidades de ouro equivalentes às quantidades de mercadorias em a, b e c, respectivamente. Com isso, os valores das mercadorias são transformados em quantias imaginárias de ouro de tamanhos diferentes, portanto, em grandezas de mesma denominação, ou seja, em grandezas de ouro. Por intermédio dessas quantidades de ouro, elas podem se comparar e medir entre si e, em decorrência dessa necessidade e possibilidade de se compararem quantitativamente entre si e como resultado de um longo processo social, desenvolve-se a necessidade de estabelecer uma unidade de medida comum, constituída de um quantum de ouro, com o qual essas mercadorias podem relacionar suas quantidades e compará-las (MARX, 1988, p.88).

Essa unidade de medida, o quantum de ouro, passando por um processo de divisão em partes alíquotas, torna-se padrão de média dos valores. Ouro, prata e cobre, antes mesmo de se tornarem dinheiro, já possuíam um padrão de medida, expresso em forma de pesos, cujas unidades sofriam um processo de fracionamento. Ao assumirem a função de dinheiro, as denominações dos pesos metálicos emprestaram seus nomes à

moeda, com o que se estabelece o padrão monetário ou o padrão de medida de preços (MARX, 1988, p. 88). Marx, nesse ponto da exposição, apresenta as funções do dinheiro como medida de valores e como padrão de preços e aponta as diferenças entre ambas.

O dinheiro “é medida dos valores por ser a encarnação social do trabalho humano, padrão de preços por ser um peso fixado em metal. Como medida de valor serve para transformar os valores das mais variadas mercadorias em preços, em quantidades imaginárias de ouro” (MARX, 1988, p. 88), assim, o dinheiro exerce a função de padrão de preços porque “mede estas quantidades de ouro” (MARX, 1988, p. 88). Na medida dos valores, “as mercadorias se medem como valores: o padrão de preços, ao contrário, mede as quantidades de ouro em um quantum de ouro, e não o valor de um quantum de ouro no peso do outro” (MARX, 1988, p. 88). Vale esclarecer, quanto à primeira parte da afirmação, que as quantidades de ouro são expressas em alíquotas de ouro que formam o padrão de preços e, quanto à segunda parte, para ser verdadeira, ela seria uma tautologia, pois expressaria o valor do ouro no próprio ouro. Assim, para estabelecer-se o padrão de preços deve ser estabelecida uma unidade de medida a ser fixada em um determinado peso de ouro. Na função medida de valores “o ouro somente pode servir porque ele mesmo é produto de trabalho, sendo, portanto, um valor potencialmente variável” (MARX, 1988, p. 88).

O nome monetário dos pesos metálicos descola-se, com o passar do tempo, do nome original de peso, como, por exemplo, aconteceu com a libra, que originalmente referia-se a uma libra (quantidade em peso) de prata. Com o passar do tempo e com a perda da prata de sua condição de material para representar o dinheiro, a libra passou a representar uma quantidade de ouro, menor do que de prata, mas esse processo promoveu o descolamento do termo libra de sua significação como peso de metal, assim, no processo histórico e conforme o costume popular, a libra passou a ser o nome oficial da moeda inglesa (MARX, 1988, p. 89-90). O que se observa é que o padrão monetário é essencialmente fruto da convenção social, mas, como ele precisa ser reconhecido e validado por todos, a regulamentação legal faz-se necessária. Portanto, o costume popular e a regulamentação legal transformaram determinados pesos (em metal) em unidade de medida do dinheiro. Assim, uma (1) onça de ouro é fracionada legalmente em partes alíquotas, as quais recebem nomes que se transformam nessas unidades de dinheiro (MARX, 1988, p. 89-90).

Os nomes das moedas como, por exemplo, libra, franco, ducado, escondem a relação de valor, não permitindo reconhecer através desses nomes a verdadeira relação

social expressa pelo dinheiro, processo que Marx, em momento anterior, denominou de fetiche do dinheiro. A tarefa de reconhecer, nesses nomes monetários, a relação social que escondem torna-se mais difícil devido ao fato de as denominações monetárias evidenciarem, ao mesmo tempo, o valor das mercadorias e das partes alíquotas do peso do metal empregado na confecção da unidade monetária (MARX, 1988, p. 90). Por exemplo, libra é expressão de peso e nome de unidade monetária. A grandeza de valor expressa, assim, uma relação necessária imanente a seu preço de formação com o tempo de trabalho social. Com a transformação da grandeza de valor em preço, essa relação necessária aparece como relação de troca de uma mercadoria com a mercadoria monetária, que existe fora dela.

4.3 Incongruência entre preço e valor

“O preço é a denominação monetária do trabalho objetivado na mercadoria” (MARX, 1988, p. 91). Essa afirmação de Marx pode levar à conclusão de que há uma relação simétrica entre o valor e o preço da mercadoria, pois o trabalho é a fonte do valor. Entretanto, o autor desfaz essa falsa impressão afirmando que, se “o preço como expoente da grandeza de valor da mercadoria é expoente de sua relação de troca com o dinheiro, não se segue, ao contrário, que o expoente de sua relação de troca com o dinheiro seja necessariamente o expoente de sua grandeza de valor” (MARX, 1988, p. 91). O significado dessa afirmação é o de que preço e valor não coincidem ou, ao menos, via de regra, não coincidem. Isso restará esclarecido ao se analisar o significado do preço e do valor.

Ao tratar o dinheiro como medida de valores, nos **Grundrisse** (2011), o autor define que o “valor de troca expresso em dinheiro, i.e., equiparado ao dinheiro, é o preço” (MARX, 2011, p.135) e, adiante, de forma mais ampla e profunda, propõe que o

*valor de troca posto na determinabilidade do dinheiro é o preço. No preço, o valor de troca é expresso como um determinado *quantum* de dinheiro. No preço, o dinheiro aparece, primeiramente, como *unidade* de todos os valores de troca; em segundo lugar, como unidade da qual os valores de troca contêm uma determinada quantidade, de modo que, por comparação com o dinheiro, é expressa a determinabilidade quantitativa dos valores de troca, a sua relação quantitativa recíproca. O dinheiro é posto aqui, portanto, como a *medida* de valores de troca; os preços, como valores de troca medidos em dinheiro. Que o dinheiro seja a medida dos preços, portanto, que nele os valores de troca sejam comparados entre si, é uma determinação que se impõe por si mesma. Contudo, o mais importante para o desenvolvimento: que, no preço, o *valor de troca é comparado com o dinheiro* (MARX, 2011, p. 136, grifo do autor).*

Destaca-se nessa passagem que o preço é o valor de troca expresso em dinheiro, é o *quantum* do representante geral da riqueza que o valor de troca, determinado pela média do trabalho socialmente necessário para a produção da coisa, representa. Nesse sentido, está a afirmação de Antunes de que “o preço é sempre a expressão de um dado quantum de trabalho socialmente necessário e não do quantum de trabalho realmente despendido na produção” (ANTUNES, 2005, p. 111). O dinheiro, no preço, aparece como unidade de todos os valores de troca, pois o preço constitui-se como elemento de comparação entre os diversos valores de troca.

É no dinheiro, por meio do preço, que os valores de troca podem ter suas magnitudes no que tange à riqueza que representam para os agentes da troca, comparadas entre si, pois o dinheiro é o representante geral da riqueza. Essa constatação está evidenciada em Marx, quando o autor afirma que, no preço, o dinheiro aparece como “unidade da qual os valores de troca contêm uma determinada quantidade, de modo que, por comparação com o dinheiro, é expressa a determinabilidade quantitativa dos valores de troca, a sua relação quantitativa recíproca” (MARX, 2011, p. 136).

É comparando os valores de troca ao dinheiro que, pelo preço, estes podem ser comparados entre si. O valor de troca de uma mercadoria é o trabalho abstrato efetivamente despendido na sua produção e o preço, retomando as palavras de Antunes, “é a expressão de um dado quantum de trabalho socialmente necessário” (ANTUNES, 2005, p. 111) à produção da mercadoria. Essa compreensão do preço atribui sentido à constatação feita por Marx de que a incongruência entre o valor de troca e o preço não é um defeito da forma preço, “mas torna-a, ao contrário, a forma adequada a um modo de produção em que a regra somente pode impor-se como lei cega da média à falta de qualquer regra” (MARX, 1988, p. 91).

Essas constatações são reforçadas pelo exposto em **O Capital**, em que o autor afirma que “a expressão relativa simples de valor de uma mercadoria, por exemplo, do linho, na mercadoria que já funciona como mercadoria dinheiro, por exemplo, o ouro, é a forma preço. A ‘forma preço’ do linho é, pois: 20 varas de linho = 2 onças de ouro” (MARX, 1988, p. 69). E, logo adiante, ele reforça essa afirmação ao dizer que “a expressão de valor de uma mercadoria em ouro – x da mercadoria A = y da mercadoria monetária – é sua forma dinheiro ou seu preço” (MARX, 1988, p. 86). É por isso que o dinheiro não tem preço. Ao tratar do dinheiro como medida de valores, Marx afirma que a forma de valor

especificamente relativa da mercadoria dinheiro é expressa como forma de valor relativa desdobrada ou como a infinita série de expressões relativas de valor, concluindo que o dinheiro não tem preço, pois para participar desta série infinita de expressões de valor, “desta forma relativa unitária das outras mercadorias, ele teria de se confrontar consigo mesmo como seu próprio equivalente” (MARX, 1988, p. 87).

Em outra passagem, o autor torna a relação entre valor de troca e dinheiro mais clara, ao colocá-la de forma mais detalhada. Ele afirma que,

dado que o dinheiro tem uma existência autônoma fora das mercadorias, o preço da mercadoria aparece como relação externa dos valores de troca ou das mercadorias com o dinheiro; a mercadoria não é preço, da mesma maneira que era valor de troca em razão de sua substância social (MARX, 2011, p. 137).

O preço é, portanto, uma determinação da mercadoria que não coincide imediata e necessariamente com o valor de troca da mercadoria ou com a mercadoria. Essa determinação (o preço) é mediada pela sua comparação com o dinheiro: “essa determinabilidade [o preço] não coincide imediatamente com ela [com a mercadoria]; mas, ao contrário, é mediada por sua comparação com o dinheiro” (MARX, 2011, p. 137). Pois “a mercadoria é valor de troca, mas tem preço” (MARX, 2011, p. 137). O valor de troca, diz Marx, estava “em unidade imediata com ela, [a mercadoria] era sua determinabilidade imediata, com a qual a mercadoria imediatamente se decompunha” (MARX, 2011, p. 137) em mercadoria e valor de troca, este materializado fora da mercadoria, no dinheiro.

No preço, a mercadoria relaciona-se, por um lado, com o dinheiro como algo que está fora dela, e por outro, ela própria é posta idealmente como dinheiro, já que o dinheiro tem uma realidade distinta dela. O preço é uma determinação da mercadoria “na qual ela é representada como dinheiro” (MARX, 2011, p. 137). Essa determinabilidade preço não é imediata, mas refletida, pois ela existe apenas “ao lado do dinheiro real, a mercadoria existe agora como dinheiro posto idealmente [...] a mercadoria, como preço, é sempre transformada idealmente em dinheiro” (MARX, 2011, p. 137).

Marx exemplifica a natureza do preço ao propor que, se o trabalho socialmente necessário de igual grandeza for representado em 1 quarter de trigo e em 2 libras esterlinas, ou seja, cerca de $\frac{1}{2}$ onça de ouro, as 2 libras esterlinas serão a expressão monetária da grandeza de valor ou o preço de 1 quarter de trigo. Se por vários fatores a produção de trigo for afetada, diminuindo-a ou aumentando-a, e 1 quarter de trigo for cotado a 3 libras ou a 1 libra, a expressão de grandeza de valor do trigo como 1 libra

esterlina ou 3 libras esterlinas são pequenas ou grandes demais, mas mesmo assim elas serão os preços do trigo. Isso ocorre porque a libra esterlina é a forma de expressão de valor ou expressão em dinheiro e, nessa condição, ela é expoente de sua relação de troca com dinheiro (MARX, 1988, p. 91). Desse modo, a grandeza de valor da mercadoria expressa

uma relação necessária imanente a seu processo de formação com o tempo de trabalho social. Com a transformação da grandeza de valor em preço, essa relação necessária aparece como relação de troca de uma mercadoria com a mercadoria monetária, que existe fora dela (MARX, 1988, p. 91).

Esta relação entre valor e preço pode expressar a grandeza do valor, com variações para menos ou para mais do preço em relação ao valor, sendo essa incongruência quantitativa inerente à própria forma preço.

4.4 Dinheiro como meio de circulação

Como meio de circulação, o dinheiro exerce uma de suas funções mais importantes e primeiras desde o seu desenvolvimento. Nesta pesquisa, apresentada propomo-nos a estudar esta determinação na circulação simples de mercadorias, conforme Marx a apresentou.

4.4.1 A metamorfose das mercadorias

A importância de analisar o dinheiro como meio de circulação decorre do fato de que o dinheiro é produto da troca de mercadorias, ou seja, de mercadoria por mercadoria, o que expressa a primeira forma de circulação de produtos. Essa circulação é analisada por Marx a partir do processo de metamorfose das mercadorias e o processo de troca apresenta relações contraditórias e mutuamente exclusivas, segundo o autor. As contradições não são suprimidas pelo desenvolvimento da mercadoria, mas cria-se uma forma que possibilita a resolução dessas contradições. O metabolismo social contido na metamorfose das mercadorias caracteriza-se pela troca, de mãos, de coisas que são não-valores de uso para outras nas quais elas são valores de uso. Para a análise do processo social envolvido nessa troca, é necessário que se observe “o processo inteiro segundo o aspecto formal, portanto, somente a mudança de forma ou a metamorfose das mercadorias, a qual media o metabolismo social” (MARX, 1988, p. 93).

A análise, portanto, centra-se no processo e não nas mercadorias, pois somente os não-valores de uso interessam, assim, os valores de uso retiram-se de circulação ao final do processo. A mudança de forma da mercadoria, explica Marx, ocorre na troca entre ambas, em que uma é mercadoria vista como bem de consumo e a outra é vista como dinheiro. Prendendo-se a análise somente à troca de mercadoria por ouro, deixa-se de constatar o que é o mais importante para entender todo o metabolismo social envolvido nas relações de troca: as transformações que ocorrem com a forma e os seus significados. Com isso, deixa-se de perceber que “o ouro, como simples mercadoria, não é dinheiro, e que as outras mercadorias em seus preços se relacionam a si mesmas com o ouro, como sua própria figura monetária” (MARX, 1988, p. 93).

Ao entrar no processo de trocas, as mercadorias duplicam-se em mercadoria e dinheiro. Essa duplicação caracteriza-se como uma antítese externa, a qual representa a antítese interna (imanente) à mercadoria, aquela entre valor de uso e valor. Na antítese externa, os valores de uso confrontam-se, como valores de troca, com o dinheiro. Merece esclarecer que ambos os polos dessa antítese são mercadorias e, portanto, são unidades de valor de uso e de valor. Entretanto, explica Marx (1988, p. 93), essa unidade de diferenças representa-se de maneira invertida em cada um dos polos da antítese e, por essa razão, representa, simultaneamente, a correlação entre os dois polos. A mercadoria, que guarda em si a antítese entre valor de uso e valor, é realmente valor de uso e revela sua existência como valor apenas idealmente no seu preço, o qual a relaciona ao ouro, que está no polo oposto da antítese. O ouro é, portanto, a sua figura real de valor.

Analisando a relação a partir do polo do ouro, este funciona apenas como a materialização do valor da mercadoria, exercendo a função de dinheiro. Nessa condição, ele é realmente valor de troca. O valor de uso do dinheiro mostra-se apenas idealmente na sua série de expressões relativas de valor, pela qual se relaciona com as mercadorias situadas no polo equivalente, as quais formam o conjunto de suas figuras de uso reais. O seu valor de uso é o de servir de representação do valor da mercadoria e o de permitir a troca entre elas. Nas palavras de Marx, essa unidade de diferenças entre a antítese mercadoria e dinheiro é assim expressa:

essa unidade de diferenças se representa inversamente em cada um dos dois polos, e por isso representa, ao mesmo tempo, a correlação entre eles. A mercadoria é realmente valor de uso, a sua existência como valor aparece apenas idealmente no preço, que a relaciona com o ouro, situado no outro polo, como sua figura real de valor. Ao contrário, o material ouro somente funciona como materialização do valor, dinheiro. Por isso, é realmente valor de troca. Seu valor de uso se apresenta apenas

idealmente na série das expressões relativas de valor em que se relaciona com as mercadorias situadas de outro lado, como o círculo de suas figuras de uso reais (MARX, 1988, p. 93).

Marx conclui que essas “formas antitéticas das mercadorias são os movimentos reais de seu processo de intercâmbio” (MARX, 1988, p. 93).

O processo de intercâmbio de mercadorias transcorre “por meio de duas metamorfoses, opostas e reciprocamente complementares – transformação da mercadoria em dinheiro e sua retransformação de dinheiro em mercadoria” (MARX, 1988, p. 93), ou seja, a metamorfose ocorre como venda ou troca da mercadoria por dinheiro; como compra ou troca do dinheiro por mercadoria. resumidamente, a unidade dos dois momentos é vender para comprar e a fórmula que expressa a metamorfose completa é M-D-M (mercadoria – dinheiro – mercadoria) (MARX, 1988, p.93-94).

O sistema produtor de mercadorias ou o capitalismo é o único em que os homens apropriam-se do produto do trabalho do outro, alienando o produto de seu trabalho. É por causa dessa característica do sistema que o possuidor de mercadoria pode defrontar-se com outro, o possuidor do dinheiro, porque a sua mercadoria possui, por natureza, a forma monetária ouro ou porque a sua própria mercadoria já se desfez de seu original valor de uso (MARX, 1988, p. 96).

O ouro entra na circulação de mercadorias a partir de sua fonte de produção, situação na qual ele é trocado, como produto do trabalho, por outro produto do trabalho de igual valor. Já na circulação, o ouro representa preços realizados de mercadorias, ou seja, na mão do possuidor da mercadoria, o ouro é a figura alienada de sua mercadoria alienada. O ouro foi alçado à condição de dinheiro ideal ou medida de valor porque todas as demais mercadorias mediam nele seus valores e, dessa forma, faziam dele a contrapartida imaginária de sua figura de valor (MARX, 1988, p. 96).

A função de dinheiro ideal ou medida de valor do ouro decorre do processo de todas as mercadorias medirem nele seus valores e, com isso, colocá-lo como contrapartida imaginária de sua figura de uso ou de valor. Por outro lado, o ouro tornou-se dinheiro real porque as mercadorias, com a sua alienação no processo de troca, fazem dele sua figura de uso realmente estranhada ou transformada e, por isso, sua figura real de valor (MARX, 1988, p. 96).

O processo de circulação de mercadorias pode ser descrito a partir da metamorfose de uma mercadoria. Tomando como exemplo o produtor de linho, que vende

o produto de seu trabalho, a saber, 20 varas de linho. Partindo do pressuposto de que 2 libras esterlinas sejam o valor de 1 quarter de trigo, o produtor do linho troca sua mercadoria por 2 libras esterlinas e usa esse dinheiro para comprar uma Bíblia. Nesse processo, acontecem duas metamorfoses: o linho é trocado por dinheiro e o dinheiro obtido com a venda do linho é usado para a compra da Bíblia ou o dinheiro é trocado por uma outra mercadoria. O processo completo pode ser expresso na fórmula M (linho) – D (dinheiro) – M (Bíblia). Com a compra da Bíblia, o processo de troca encerra-se para o produtor de linho (MARX, 1988, p. 96).

Entretanto, cada metamorfose é simultaneamente uma segunda metamorfose inversa, pois ao vender seu produto, o produtor de linho assume a posição de vendedor e o comprador de sua mercadoria coloca-se como comprador. Ao comprar a Bíblia, o produtor de linho cumpre a função de comprador e o possuidor da Bíblia coloca-se como vendedor. Mas, o vendedor da Bíblia usa o dinheiro obtido com a venda para comprar aguardente (MARX, 1988, p. 97). Assim, a última metamorfose do linho representa, simultaneamente, a primeira metamorfose da Bíblia. Retomando a constatação de que 2 libras esterlinas representavam o valor de 1 quarter de trigo, vê-se que a primeira metamorfose do linho representa também, simultaneamente, a segunda metamorfose do trigo. Como diz Marx, “as duas metamorfoses que formam o ciclo de uma mercadoria constituem, ao mesmo tempo as metamorfoses parciais inversas de duas outras mercadorias” (MARX, 1988, p. 98). Portanto, a metamorfose completa do linho é, simultaneamente, a última metamorfose do trigo e a primeira da Bíblia. Dessa forma, o “processo em seu conjunto apresenta-se como a circulação de mercadorias” (MARX, 1988, p. 98).

O dinheiro, ao proporcionar a circulação de mercadorias, exerce a função de meio circulante e coloca-se como elemento que permite que os produtos do trabalho dos homens sejam trocados entre si e, como “mediador da circulação das mercadorias, o dinheiro assume a função de meio circulante” (MARX, 1988, p. 99).

4.5 A moeda. O signo de valor

A função de meio circulante do dinheiro dá origem à moeda. Na circulação de mercadorias, a alíquota de peso do ouro, representada pelo preço ou nome monetário das mercadorias, deve se deparar com as moedas, na forma de peças de ouro de igual denominação (MARX, 1988, p. 106). O desgaste das moedas no processo de circulação,

fazendo-as perder peso ou substância áurea, inicia um processo de dissociação da substância ouro do seu título, distanciando o conteúdo real de seu conteúdo nominal. Esse processo tende a transformar a essência áurea da moeda em apenas uma aparência, bem como a transformar a moeda em um símbolo de seu conteúdo metálico (MARX, 1988, p. 107).

Segundo Marx,

Se o próprio curso do dinheiro dissocia o conteúdo real do conteúdo nominal da moeda, sua existência metálica de sua existência funcional, ele já contém latentemente a possibilidade de substituir o dinheiro metálico em sua função de moeda por senhas de outro material ou por símbolos (MARX, 1988, p. 107).

Isto é, em decorrência do processo social de trocas e na medida em que esse processo desenvolve-se e passa a se consolidar como prática social, o ouro passa a ser substituído por senhas de seu valor. Contribuem para este processo de substituição do ouro o seu desgaste e o reconhecimento e a garantia do Estado ao dinheiro e seus substitutos. Somado a isso, a riqueza apresenta-se apenas de forma ideal como valor (MARX, 1988, p. 107).

A possibilidade de o ouro ser substituído por signos é mais uma vez destacada pelo autor ao afirmar que a

existência do ouro como moeda dissocia-se radicalmente de sua substância de valor. Coisas relativamente sem valor, bilhetes de papel, podem, portanto, funcionar, em seu lugar, como moeda. Nas senhas metálicas de dinheiro, o caráter puramente simbólico ainda está em certa medida oculto. Na moeda papel revela-se plenamente (MARX, 1988, p. 107).

Entretanto, essa afirmação do autor pode levar a interpretações equivocadas quanto à natureza do dinheiro, uma vez que ele é posto por Marx como mercadoria, como signo da riqueza material, e essa função é desempenhada pelo ouro, que é a mercadoria monetária. O que o autor mostra no texto é que o ouro, enquanto material, dissocia-se, ao longo do tempo, de seu conteúdo simbólico, podendo inclusive ser substituído por, por exemplo, bilhetes de papel, que funcionam em seu lugar e na função de meio de circulação.

Esta substituição é possibilitada por vários elementos, mas principalmente pela reiterada prática social em usar signos do ouro em seu lugar, pelas razões já expostas. Deve ter contribuído para esse processo, também, o desenvolvimento da sociedade e de

suas estruturas de organização, especialmente pelo desenvolvimento do estado, que passou a prestar fiança a esses processos de substituição, com a emissão de dinheiro com curso forçado. Entretanto, esses processos não caracterizam uma mudança na essência do dinheiro, que se mantém como o representante da riqueza, expresso em uma mercadoria.

As leis do curso do dinheiro determinam o seu movimento e o de seus signos. Dessa forma, se o Estado emite bilhetes de papel estampados com valores monetários, a exemplo de 1 libra esterlina ou 5 libras esterlinas, lançando-os no processo de circulação, na medida em que realmente circulam, em substituição à soma de ouro da mesma denominação, refletem em seu movimento tão somente as leis do próprio curso do dinheiro, afinal, uma “lei específica da circulação do papel [moeda papel] somente pode originar-se de sua relação de representatividade do ouro” (MARX, 1988, p. 108). A lei, determinante do movimento do dinheiro e de seus signos, postula “que a emissão de moeda papel deve limitar-se à quantidade na qual o ouro (ou a prata), simbolicamente por ela representado, realmente teria que circular” (MARX, 1988, p. 108). A conclusão é a de que o dinheiro, efetivamente, é a mercadoria ouro, entretanto, esse pode ser substituído por outros materiais ou por signos de qualquer natureza, devendo, esses signos ou substitutos, regerem sua função pelas “leis do próprio curso do dinheiro” (MARX, 1988, p. 108).

Em passagem posterior, Marx reforça mais uma vez a sua compreensão de que o dinheiro constitui-se enquanto mercadoria, expressando-se no corpo do metal precioso, o ouro, logo, a “moeda papel é o signo de ouro ou signo de dinheiro. Sua relação com os valores mercantis consiste apenas em que estes estão expressos idealmente nas mesmas quantidades de ouro que são representadas simbólica e sensivelmente pelo papel” (MARX, 1988, p. 108). E conclui que “somente na medida em que representa quantidades de ouro, que são também, como todas as quantidades de mercadorias, quantidades de valor, a moeda papel é signo de valor” (MARX, 1988, p. 108).

Por que o ouro pode ser substituído por signos de si mesmo, signos sem valor? Ele pode ser substituído por símbolos somente “na medida em que, em sua função como moeda ou como meio circulante, é isolado ou tornado autônomo” (MARX, 1988, p. 109). Como já exposto anteriormente, o próprio curso do dinheiro dissocia o conteúdo real de seu conteúdo nominal, resultado de um processo social, isto é, o desgaste das moedas de ouro, durante a circulação e conseqüente perda de peso e valor, e a confiança que o Estado transmite ao processo de trocas ao assumir a emissão de dinheiro e garantir o seu

valor legal, o que decorre da imposição do curso forçado imposto ao dinheiro (MARX, 1988, p. 108).

Segundo Marx (1988, p. 108), essa autonomia não alcança as moedas de ouro individuais que exercem a função moeda ou meio circulante, lembrando que, o que se aplica às moedas individuais em termos de ausência de autonomia, não se aplica à “*massa mínima de ouro substituível por moeda papel*” (MARX, 1988, p. 109), a qual é substituível por signos. A massa mínima de ouro substituível por moeda papel é aquele quantum de ouro que se mantém constantemente na esfera da circulação de mercadorias, funciona continuamente como meio circulante e a função que exerce é exclusivamente esta, a de servir como meio circulante. Nessa função,

“seu movimento limita-se a representar as mutações recíprocas contínuas que formam os processos antagônicos da metamorfose das mercadorias, M-D-M, em que a mercadoria se defronta sua figura de valor para imediatamente desaparecer de novo” (MARX, 1988, p. 109).

Para deixar mais nítido esse papel limitado que o dinheiro exerce como meio circulante, o de limitar-se a representar as mutações recíprocas contínuas presentes na metamorfose das mercadorias, resgata-se aqui a demonstração da função do dinheiro na circulação, o que foi exposto pelo autor. A mudança de forma pela qual o metabolismo opera, M-D-M, exige que o valor, em forma de mercadoria, sempre retorne ao ponto de partida, depois de passar pelo processo de troca. Assim, o curso do dinheiro é uma constante repetição de um mesmo processo em que

a mercadoria permanece sempre ao lado do vendedor, o dinheiro sempre ao lado do comprador, como meio da compra [...] transfere a mercadoria das mãos do vendedor para as do comprador, ao passo que ele, [o dinheiro] ao mesmo tempo, se afasta das mãos do comprador para as do vendedor, para repetir o mesmo processo com outra mercadoria (MARX, 1988, p. 100).

A constante troca de posição do dinheiro, ocupando o lugar da mercadoria, nas mãos do vendedor, para logo a seguir mudar novamente de mãos ao realizar a compra feita por seu possuidor, transmite a percepção invertida de que a circulação é apenas o resultado do movimento do dinheiro, quando em realidade o seu movimento é apenas expressão da circulação das mercadorias (MARX, 1988, p. 100).

A demonstração do papel real desempenhado pelo dinheiro na circulação permite entender a exposição feita por Marx, anteriormente apresentada, sobre o papel da massa mínima de ouro, substituível na circulação por meros signos, em que “seu movimento

limita-se a representar as mutações recíprocas contínuas que formam os processos antagônicos da metamorfose das mercadorias” (MARX, 1988, p. 109).

A representação autônoma do valor de troca da mercadoria é um momento efêmero, pois a mercadoria é logo substituída por outra. Nessa condição, “basta que o dinheiro exista apenas de forma simbólica num processo que o faz passar continuamente de mão em mão. Sua existência funcional absorve, por assim dizer, sua existência material” (MARX, 1988, p. 109). O dinheiro é, pois, “reflexo objetivado evanescente dos preços das mercadorias, funciona apenas como signo de si mesmo e, por isso, pode ser substituído por outros signos” (MARX, 1988, p. 109). Para substituir o ouro na circulação de mercadorias por signos, estes precisam apenas de reconhecimento social enquanto tal, precisam ser socialmente validados e esta validação social lhes é atribuída pelos agentes envolvidos na troca e pelo Estado, com a emissão do símbolo de papel com curso forçado.

Entretanto, o curso legal só tem validade dentro das fronteiras nacionais e é somente nessa esfera de circulação que o dinheiro se reduz totalmente à sua função de meio de circulação ou moeda. Por isso, a moeda papel tem uma existência meramente funcional e exteriormente separada de sua substância metálica (MARX, 1988, p. 109). Assim, conclusão que se extrai dessa demonstração da possibilidade de substituição do ouro por signos é a de que isso é possível somente no meio de circulação das mercadorias, não se aplicando à função de medida de valores do dinheiro e sendo essa substituição somente possível em relação àquele quantum de ouro necessário à circulação. A substituição impõe aos signos a necessidade de que sejam reconhecidos socialmente como tais.

4.6 Dinheiro

Marx define o dinheiro como “a mercadoria que funciona como medida de valor e também, corporalmente ou por intermédio de representantes, como meio circulante” (MARX, 1988, p. 109). Ouro e prata são, portanto, dinheiro, pois eles são as substâncias que dão corpo material ao dinheiro. O ouro funciona como dinheiro, por um lado, “onde aparece em sua corporalidade áurea (ou prateada), isto é, como mercadoria monetária [...] nem apenas de forma ideal, como na medida de valor, nem sendo suscetível de representação, como no meio circulante” (MARX, 1988, p. 109). De outro lado, a sua função, seja executada em pessoa ou por meio de representantes, fixa-o como figura de

valor exclusiva ou única existência adequada do valor de troca perante todas as demais mercadorias, sendo estas simples valores de uso.

Ao tratar do dinheiro mundial, o autor afirma que é somente nessa esfera de circulação que ele se constitui enquanto tal, e somente na circulação global, fora das fronteiras nacionais, que ele funciona plenamente como mercadoria. Na circulação mundial, o dinheiro existe como “materialização social absoluta da riqueza em geral”, vale dizer que, na circulação mundial, onde o dinheiro apresenta-se com sua forma originária de barras de metais preciosos, ele sintetiza de forma absoluta a riqueza social em geral. No mercado mundial o dinheiro ajusta seu modo de existir ao seu conceito, ou seja,

Ao sair da esfera interna de circulação, o dinheiro desprende-se das formas locais do padrão de preços, moeda, moeda divisionária e signo de valor, **e reassume a forma originária de barras de metais preciosos.** [...] **É só no mercado mundial que o dinheiro funciona plenamente como mercadoria**, cuja forma natural é, ao mesmo tempo, forma diretamente social de realização do trabalho humano em abstrato. **Seu modo de existir ajusta-se ao seu conceito.** [...] O dinheiro mundial funciona como [...] materialização social absoluta da riqueza em geral (MARX, 1988, p. 118, grifo nosso).

O que sobressai de forma inequívoca da exposição do autor é de que ele compreende o dinheiro como mercadoria.

4.7 Conclusões acerca do dinheiro mercadoria

Para alcançar a compreensão de dinheiro que Marx adotou, percorreremos dois caminhos de análise. Por um lado, a conclusão será baseada na demonstração lógico-racional que o autor expõe em **O Capital** (1988) e nos **Grundrisse** (2011); por outro, analisaremos o texto literal das duas obras citadas, para mostrar como Marx diz o dinheiro. Reconhecemos que as duas formas de apresentação do dinheiro contidas em seus escritos não estão totalmente separadas, entretanto, entendemos ser essa a melhor forma de análise, pois o autor, em alguns momentos, expõe conceitos não claramente distinguidos, como dinheiro, moeda e preço, e pode levar a uma compreensão imperfeita da sua concepção de dinheiro. Por outro lado, a dedução lógico-racional não apresenta essas dificuldades porquanto está baseada no desenvolvimento e demonstração intelectual do objeto de estudo.

4.7.1 A demonstraco lógico-racional da concepo de dinheiro em Marx

Para chegar à concepo de dinheiro em Marx devemos iniciar a análise de seu estudo pela noção de mercadoria, a qual trata-se de uma coisa, produto do trabalho humano, que satisfaz necessidades humanas, ou seja, é um valor de uso, uma utilidade, que é produzida para a troca. Por ser produzida para a troca, portanto, para satisfazer carências humanas dos outros e não do próprio produtor, ela precisa passar pelo processo de troca para realizar-se como mercadoria. Para ser trocada por outra mercadoria, ela precisa ser equiparada quantitativamente.

A mercadoria é uma unidade contraditória, pois apresenta uma contradição interna, por ser valor de uso e por ser valor. O valor de uso caracteriza-se como produto do trabalho concreto de seu produtor, que lhe empresta as características e qualidades que a fazem uma utilidade. O valor caracteriza-se por ser resultado de trabalho humano igual, geral ou abstrato, que é o trabalho caracterizado pelo dispêndio de energias, músculos, cérebro. O valor, ou seja, a materialização do trabalho abstrato que se expressa no dinheiro é o elemento que permite a comparação quantitativa das infinitas formas materiais e utilidades diferentes das mercadorias. A contradição entre valor de uso e valor externaliza-se no valor de troca, que leva à contradição entre mercadoria e dinheiro.

A constituição do dinheiro é demonstrada por Marx pela evolução das sucessivas formas de valor, conforme exposto. Na expressão simples de valor, a troca direta de uma mercadoria por outra, aquela que se coloca na posição relativa, expressa seu valor no corpo (no valor de uso) da mercadoria equivalente. O equivalente, por sua vez, torna-se expressão de seu contrário, o valor. A expressão simples revela ainda que o trabalho concreto, produtor de utilidade ou valor de uso, expressa-se em seu contrário, o trabalho abstrato (MARX, 1988, p. 54-55).

O trabalho privado, contido na mercadoria equivalente, por sua vez, expressa-se em seu contrário, o trabalho diretamente social (MARX, 1988, p. 61). Para o autor, a expressão simples de valor já demonstra a gênese do dinheiro, conclusão que o autor expressa ao afirmar que a "tarefa já está resolvida" (MARX, 1988, p. 56).

A expressão de valor da forma total ou desdobrada apresenta uma mercadoria expressando seu valor no corpo de uma série infindável de outras mercadorias, o que mostra, portanto, que o valor relativo da mercadoria expressa-se em inúmeros equivalentes. Invertendo essa expressão, teremos uma série infindável de mercadorias expressando seu valor em uma mercadoria só. Nesse ponto, está demonstrada a

exclusão de uma mercadoria, operada pelo processo de trocas, a qual passa a exercer a função de equivalente geral.

E, ainda, como resultado de um longo processo histórico e da evolução da produção mercantil e das trocas, essa posição de equivalente foi ocupada pelos metais preciosos, principalmente pelo ouro, que se transformou no corpo da mercadoria dinheiro como expressão externa da contradição interna entre valor de uso e valor. O valor de uma mercadoria, em forma de valor de troca, só pode se expressar, portanto, no corpo de uma terceira mercadoria, uma mercadoria excluída das demais e que passa a ocupar uma posição própria de representante do valor de troca.

4.7.2 O dinheiro na descrição de Marx

Compreendido o conceito de valor (capítulo anterior) e suas diversas expressões, e apresentada a demonstração lógico-racional do desenvolvimento do dinheiro, apresentamos agora a forma como Marx diz o dinheiro, tanto em **O Capital** (1988) quanto nos **Grundrisse** (2011). Apresentaremos as manifestações que consideramos mais relevantes e essa exposição assume importância haja vista que há uma controvérsia importante a respeito do conceito de dinheiro expresso por Marx entre os comentadores de sua obra, sendo que alguns deles tomam as expressões literais do autor como base de suas conclusões.

Ao expor o desenvolvimento e a determinabilidade do valor, que em sua manifestação na troca é determinado como valor de troca, o Marx esclarece que

o valor de troca da mercadoria, como existência particular ao lado da própria mercadoria, é dinheiro [...] a forma na qual todas as mercadorias se igualam, se comparam, se medem; [a forma] em que todas as mercadorias se resolvem, aquilo que se resolve em todas as mercadorias; o equivalente universal (MARX, 2011, p. 92).

A troca da mercadoria, na sua forma natural, não é um ato incondicionado; ela não se troca constantemente e também não pode ser trocada por qualquer outra. A mercadoria não é permutável “em sua natural identidade consigo mesma; mas o é posta como desigual a si mesma, como algo desigual de si, como valor de troca” (MARX, 2011, p. 92). Ela só poderá ser trocada após ser transformada, em si mesma, em valor de troca para ser comparada e trocada com outro valor de troca. A permuta ocorre entre valores de troca e, para que ela seja possível, duas mercadorias precisam ser equiparadas a uma terceira, diferente daquelas. Essa terceira mercadoria serve de elemento de comparação

para aquelas que são trocadas por expressar uma relação social e existe inicialmente apenas como elemento mental ou, nas palavras de Marx, “existe de início na cabeça, na representação, da única maneira, enfim, que relações podem ser *pensadas* se tem que ser fixadas diferentemente dos termos [...] em que se relacionam” (MARX, 2011, p. 92-93, grifo do autor). A equiparação com um terceiro elemento é uma transformação qualitativa dos valores de troca. Qualitativa porque os dois objetos são transformados em um terceiro, para que ambos possam ser expressos em magnitudes da mesma unidade, o que as torna comensuráveis.

A primeira transformação a que a mercadoria se submete é a de ser convertida em tempo de trabalho, que é uma determinação qualitativamente diferente de sua determinação natural. Essa determinação é qualitativamente diferente, segundo Marx, “porque ela não é tempo de trabalho como tempo de trabalho, mas tempo de trabalho materializado; tempo de trabalho não sob a forma de movimento, mas de repouso; não sob a forma de processo, mas de resultado” (MARX, 2011, p. 93). O tempo de trabalho materializado em forma de repouso ou na forma de resultado significa tempo de trabalho cristalizado; produtor de coisas úteis; tempo de trabalho transformado e expresso em coisas para a satisfação das necessidades dos seres humanos; tempo consumido na produção da mercadoria e medido após esse processo. E nessa transformação, a mercadoria assume determinação qualitativamente diferente porque “ela não é a objetivação do tempo de trabalho em geral, que existe apenas na representação [...] mas o resultado determinado de um trabalho determinado, naturalmente determinado, qualitativamente diferente de outros trabalhos” (MARX, 2011, p. 93). Em outras palavras, a mercadoria é resultado do tempo de trabalho geral, abstraído de suas determinações qualitativas, trabalho que o autor denomina de gelatina de trabalho, que é a substância do valor, do valor de troca. Por trabalho abstraído de suas determinações qualitativas, deve-se entender que este não é o trabalho despendido para produzir a forma ou o conteúdo desta ou daquela coisa.

Após essa transformação, então, a mercadoria pode ser comparada na condição de “quantum determinado de tempo de trabalho, magnitude de trabalho determinada, com outros *quanta* de tempo de trabalho, outras magnitudes de trabalho” (MARX, 2011, p. 93). As mercadorias são, pois, comparadas em relação ao tempo de trabalho geral, objetivado no processo de sua produção. Marx explica que, para comparar os produtos ou fazer uma simples avaliação para determinação ideal do valor, faz-se suficiente a transformação ideal das mercadorias, a transformação mental, na qual a mercadoria existe “como

expressão de relações de produção quantitativas”. Entretanto, na troca efetiva entre as mercadorias, essa abstração do processo de comparação tem que ser “objetivada, simbolizada, realizada por um signo” (MARX, 2011, p. 93).

Se para compará-las em termos de uma mesma grandeza o processo mental é suficiente, o mesmo não pode ser aplicado na troca efetiva, pois nesta as “suas propriedades naturais entram em contradição com sua determinação como valores de troca e simples números concretos” (MARX, 2011, p. 93). A troca efetiva apresenta a contradição entre as propriedades materiais e a determinação como valor de troca, pois na primeira das determinações, o que tem significado é a propriedade de a mercadoria satisfazer necessidades dos seus possuidores, enquanto na segunda, o que é tomado em consideração é o tempo de trabalho socialmente necessário à sua produção.

Esclarece o autor que, em contraposição às trocas diretas entre mercadorias, modalidade verificada no escambo, a transformação de uma mercadoria em valor de troca “não a equipara a uma mercadoria particular, mas põe ela como equivalente, expressando sua relação de permutabilidade com todas as outras mercadorias” (MARX, 2011, p. 94), pois o valor de troca é expressão do tempo de trabalho. O valor de troca pode ser representado por um símbolo, um pedaço papel ou de couro, que é produto da própria troca e, de forma gradual, a mercadoria que é usada como mediadora do processo de troca é transformada em dinheiro, “em um símbolo” (MARX, 1988, p. 94). Assim que essa mercadoria assume a função de dinheiro, um símbolo dela própria pode substituí-la. O autor resume, nas seguintes palavras, todo o processo: “o produto devém mercadoria, i.e., *simples momento de troca*. A mercadoria é transformada em valor de troca. Para se equiparar a si mesma como valor de troca, a mercadoria é trocada por um signo que a representa como valor de troca enquanto tal” (MARX, 2011, p. 94, grifo do autor). Embora a mercadoria possa ser substituída por signos, o autor alerta para um erro de concepção do dinheiro, o de que, podendo “o dinheiro ser substituído, em funções, por meros signos dele mesmo, [...] ele seja mero signo” (MARX, 1988, 83), conforme fundamentado anteriormente.

Na condição de valor de troca transformado em símbolo, a mercadoria, a partir disso, pode ser trocada em proporções determinadas por qualquer outra. O processo de transformação do produto em valor de troca produz uma duplicação mental, e esse é um processo necessário, pois a mercadoria apresenta-se duplicada no processo de troca efetiva: como produto natural e como valor de troca, em que o valor de troca adquire existência material separada da própria mercadoria. Assim, “a determinação do produto

em valor de troca implica necessariamente, portanto, que o valor de troca adquira uma existência separada e desprendida do produto” (MARX, 2011, p. 94), que é o dinheiro. O dinheiro é a exteriorização que se coloca ao lado da mercadoria, da permutabilidade da mercadoria.

Esclarece Marx que o material usado para expressar o símbolo que representa o valor de troca (o dinheiro) não é indiferente ao período histórico no qual é usado. A sociedade, na medida em que se desenvolve, adota o símbolo mais apropriado à época, como também adota o material mais adequado. Por tais razões, o material usado para expressar o símbolo do valor foi, em épocas passadas, o metal, depois foram adotadas as cédulas de papel e, atualmente, são usados, em grande parte, apenas os pulsos elétricos, como as transferências eletrônicas. Pensando a determinação do dinheiro como mercadoria, o autor aponta uma incongruência nessa forma fenomênica: o valor de troca apresenta-se como mercadoria universal, ao lado de todas as mercadorias, ou seja, ele é dinheiro, porém, ao mesmo tempo, ele revela-se uma mercadoria particular, ao lado de todas as mercadorias, uma mercadoria determinável pela oferta e procura. Por só existir na troca, o dinheiro confronta, enquanto permutabilidade universal, a permutabilidade particular das mercadorias, suprimindo esta (MARX, 2011, p. 99).

Entretanto, as duas determinações de permutabilidade, a universal e a particular, devem sempre manter-se convertíveis uma à outra. Constata-se aí uma contradição do dinheiro consigo mesmo e com sua determinação, pois o próprio dinheiro é uma mercadoria particular, ainda que se apresente apenas como um signo e, dessa forma, em sua troca pelas demais mercadorias, está submetido às mesmas condições de troca das mercadorias, o que se choca com a sua permutabilidade universal. Isso porque a determinabilidade natural da substância (do valor de troca) contradiz sua determinação universal como valor de troca. Este, a par de sua existência na mercadoria, ganhou uma existência própria, fora da mercadoria, posta no dinheiro (MARX, 2011, p. 99).

Como valor de troca, toda mercadoria é comparável ou igual às outras. São iguais qualitativamente, diferenciando-se entre elas apenas quantitativamente, pois cada uma “representa um mais ou menos quantitativo do valor de troca” (MARX, 2011, p. 99). Como valores de troca, as mercadorias apresentam uma identidade, formam uma unidade, que é distinta da diversidade de seus corpos naturais, e essa identidade das mercadorias, formada pelo e no valor de troca, apresenta-se no dinheiro tanto como o elemento comum entre todas as mercadorias, como um terceiro elemento que as confronta.

O dinheiro devém uma mercadoria particular, como qualquer outra mercadoria particular, afirma Marx. Isso porque o valor de troca, enquanto existe fora das mercadorias, expressa-se no dinheiro e continua sendo uma qualidade inerente às mesmas. O dinheiro, por sua vez, a materialização do valor de troca, não existe mais como uma propriedade das mercadorias, não existe mais como o seu universal, pois ao existir simultaneamente fora delas, ao lado delas, ele próprio devém uma mercadoria particular, junto às demais mercadorias. O dinheiro é uma mercadoria como as outras, mas ao mesmo tempo não é uma mercadoria como as demais (MARX, 2011, p. 99).

A conclusão acerca do conceito de dinheiro adotado pelo autor se mostra cristalina quando ele trata deste como determinação de dinheiro mundial, como anteriormente exposto.

5 O MARXISMO E O DINHEIRO-MERCADORIA: os estudos de Germer e Antunes

Neste capítulo, analisaremos alguns aspectos que consideramos centrais no conceito de dinheiro-mercadoria em Marx, a partir dos estudos de comentadores da obra deste autor, com o objetivo de analisar a compreensão e a interpretação que estes adotam acerca desse tema. O conceito central para a compreensão do dinheiro é o do valor, como adverte Germer (1995), mas também estudaremos os conceitos do fetiche da mercadoria e a relação entre dinheiro e capital que, conforme posto por Germer, é elemento central para a compreensão do dinheiro.¹² Concluiremos a reflexão com o estudo do dinheiro-mercadoria, tomando como base as obras de Germer (1995 e 2013) e Antunes (2018).

Todos esses conceitos entrelaçam-se e analisá-los auxilia na compreensão do tema central em estudo, pois o valor é conteúdo constitutivo do dinheiro e este é uma das formas de expressão do capital. Estudando esses aspectos relacionados ao dinheiro, podemos transitar pelas diferenças e conexões entre eles, possibilitando-nos compreender o que é o dinheiro e auxiliando-nos a conceituá-lo com mais clareza.

5.1 O fetiche da mercadoria – sua relação com a Metafísica

Neste tópico apresentaremos a *teoria do fetichismo*¹³ de Marx, ou o fetiche da mercadoria. O tema é de fundamental importância para a compreensão de sua obra, especialmente os escritos sobre economia e, mais precisamente, sua obra síntese, **O Capital** (1988). Segundo o entendimento de comentadores, alguns dos conceitos fundamentais da Economia Política, como valor, mercadoria, valor de troca e dinheiro, não podem ser compreendidos em sua dimensão mais ampla e profunda se não for dedicada atenção ao fetichismo.¹⁴ Para os estudiosos liberais ou economistas vulgares, como Marx os denominou, as determinações do mundo da riqueza material, mais as do lucro e capital, são objeto de análise apenas em seus aspectos fenomênicos e são interpretados pelo que aparentam ser: a mercadoria é apenas uma utilidade que existe para satisfazer necessidades humanas; a riqueza é o somatório de bens materiais que uma pessoa controla e usa para seu bem-estar e para disputar um lugar melhor na sociedade. O

¹² Rubin (1987) também desenvolveu estudo sobre o valor, que apresentaremos, de forma sucinta, durante o desenvolvimento deste texto.

¹³ Expressão usada por Rubin (1987).

¹⁴ Esta é a posição de Rubin (1987).

mesmo procedimento superficial de análise é adotado em relação aos demais fenômenos da produção material. Marx desfez esta concepção impressionista revelando que, por trás de cada uma dessas determinações, existem relações sociais que as constituem, que não são perceptíveis aos que apenas se atêm à análise de sua forma. Essas relações sociais, ao mesmo tempo em que determinam os fenômenos observados na produção e distribuição da riqueza material, sofrem a influência destes e são por eles determinadas. Marx estudou as conexões entre as determinações da economia e as relações sociais na sociedade capitalista, pois é somente a partir dessas conexões que o ocultamento das relações sociais pelas determinações econômicas pode ser apreendido. O fenômeno do ocultamento é denominado pelo autor em **O Capital** como fetiche da mercadoria (MARX, 1988, p. 70-78)¹⁵.

Para o desenvolvimento desse ponto de nosso estudo, adotaremos como fonte a elaboração de Antunes (2018) sobre o tema. O autor analisa o fetiche sob dois enfoques: o da esfera da economia política, como produto da Metafísica, e a partir de sua relação com a religião cristã. Essa análise resulta em uma concepção original desse aspecto da obra marxiana.

A mercadoria, conforme a exposição de Marx em **O Capital** (1988), é estudada a partir de sua aparente constituição simples, que se apresenta como um mero objeto posto em relação de troca com outras mercadorias. Entretanto, em uma análise mais minuciosa, ela se revela como algo composto, duplicado, algo misterioso, desdobrada como coisa sensível e suprassensível. O mistério da mercadoria, enquanto tal, decorre do fato de que ela é a coisa abstraída de suas qualidades sensíveis, abstraída das utilidades que satisfazem necessidades humanas. Para Antunes, o mistério da mercadoria “não consiste em saber o que são o casaco, o linho e a mesa” (ANTUNES, 2018, p. 222), mas em saber o que é a mercadoria “como categoria e forma suprassensível que só se revela e se mostra através das abstrações metafísicas do intelecto humano” (ANTUNES, 2018, p. 223).

Um aspecto importante a ser observado quanto à compreensão que Marx tem do fetiche, afirma Antunes, é o de que este nos revela que os seres humanos, especialmente no sistema capitalista, relacionam-se duplamente com o mundo: através das coisas e

¹⁵ Para Rubin (1987), a teoria do fetichismo é a base do sistema econômico de Marx, especialmente da teoria do valor. Segundo ele, a interpretação que os comentaristas da obra de Marx adotam é incompleta, pois o fetiche não é apenas a inversão da verdadeira relação que se estabelece entre os produtores, mas caracteriza-se também pelo fato de que as relações entre os produtores, obrigatoriamente, são reificadas. Os produtores relacionam-se entre si apenas através das coisas postas nas trocas.

entre os seres humanos. Essa constatação mostra que a realidade da sociedade capitalista está cindida, partida, em uma dimensão sensível e natural e em outra, suprassensível e social. As mercadorias e todas as determinações do capitalismo, objeto de estudo de Marx (riqueza, trabalho), apresentam-se partidas por essa dupla e contraditória determinação (ANTUNES, 2018, p. 222-223). É esse caráter dúplice e cindido que determina a mercadoria como um fetiche.

Em decorrência disso, o aspecto natural e sensível da riqueza, aspecto no qual o ser humano vive e como tal a usufrui, “nunca é visto enquanto tal, enquanto aspecto válido e verdadeiro em si e por si mesmo e fora da relação de troca, mas somente como forma de manifestação e realização de seu contrário, o aspecto relativo e suprassensível” (ANTUNES, 2018, p. 224). Com o fetichismo, a riqueza mostra-se um mistério, pois antes de ser usufruída, ela precisa ser trocada pelo ente universalmente alienável, não útil, que é o dinheiro.

Apoiado na análise que Marx faz do caráter misterioso da mercadoria, Antunes destaca as circunstâncias que determinam o mistério da mercadoria: a primeira, a igualdade dos trabalhos humanos despendidos na produção das mercadorias assume uma “forma coisificada (...) de igual objetividade de valor (...) dos produtos de trabalho” (ANTUNES, 2018, p. 224); a segunda, o mistério da mercadoria decorre da circunstância de que o tempo de trabalho despendido pelo trabalhador, em sua forma de duração, torna-se a grandeza de valor dos produtos do trabalho; e terceira, as relações entre os produtores de mercadorias, em sua forma de relações de produção, põe-se como uma relação social entre os produtos de seus trabalhos, ou seja, os produtos assumem a forma de relações sociais entre os produtores. Em síntese, o fetiche da mercadoria é caracterizado por uma determinada relação entre os homens, a relação como produtores de mercadorias, que assume a forma fantasmagórica de uma relação entre as coisas, os produtos de seus trabalhos (ANTUNES, 2018, p. 224-226).

5.1.1 O fetiche da mercadoria e sua relação com a religião

Partindo do estudo de Marx, Antunes afirma que o fetiche da mercadoria pode ser melhor compreendido traçando um paralelo entre o mundo material da produção de riquezas com o mundo fantástico da Metafísica e da Religião. Vale dizer que ele será mais bem compreendido se for comparado aos símbolos sagrados da Religião, uma vez que, no mundo sagrado, as fantasias religiosas colocam-se como entes reais, dotados de

vida, e que se relacionam com o ser humano. O mesmo acontece com o mundo da mercadoria e com os produtos derivados do trabalho humano (ANTUNES, 2018, p. 226-227).

O fetiche da mercadoria guarda relação estreita com a cultura cristã, na qual “o Ser, o Logos, o Absoluto, o Deus” (ANTUNES, 2018, p. 227) aparecem aos seres humanos como formas naturais, como Cristo, como o Ungido. Isso não ocorre em outras culturas, como a grega, onde o suprassensível não se torna uma entidade sensível e também não pode ser acessado e tocado pelos sentidos dos humanos. A cultura cristã, afirma Antunes, “através do Cristo, passa a conceber o suprassensível, o racional e o inteligível como ente, como corpo e como coisa sensível (...) um indivíduo singular e extraordinário é escolhido por Deus, [...] [para] encarnar sua existência e a mostrar-se diretamente aos homens como o seu Deus” (ANTUNES, 2018, p. 227).

O fetiche da Religião Cristã serve de equivalente dessa cultura ao fetiche do dinheiro no mundo das relações de produção e da mercadoria. Isso porque “o ente ouro, uma mercadoria comum, passa, em certo momento das trocas, como o Cristo, a encarnar o Logos da comunidade” (ANTUNES, 2018, p. 227). Esse Logos, “este não algo, como na crença cristã, se objetiva e se santifica no corpo de uma coisa metálica chamada dinheiro, que passa, então, como ente e coisa externa, autônoma, objetivada, estranhada e separada da comunidade, a representar os poderes gerais da comunidade” (ANTUNES, 2018, p. 227-228). Assim como no cristianismo, “onde um ente humano é excluído do meio humano e se eleva à posição de *ens supremum*” (ANTUNES, 2018, p. 228, grifo do autor), o processo de trocas de mercadorias exclui uma delas que “se eleva à posição de ente dinheiro e Deus das mercadorias” (ANTUNES, 2018, p. 228) e, dessa forma, “a metafísica da crença cristã se converte na metafísica da crença monetária professada pelos economistas” (ANTUNES, 2018, p. 228).

O fetiche da mercadoria não pode ser explicado pela Antropologia e tampouco pelas ideias de encantamento ou sedução que a mercadoria poderia exercer sobre a mente humana. Para Antunes, “o fetichismo do ente mercadoria, assim, deve ser mais bem compreendido em analogia com a metafísica da Religião Cristã, e menos com a antropologia e o misticismo da feitiçaria, da magia e das religiões naturais” (ANTUNES, 2018, p. 230). Essa reflexão de Antunes mostra que o termo fetichismo, como apresentado por Marx, guarda relação com a Metafísica, conclusão que pode ser extraída da obra de Marx, em várias de suas passagens. Portanto, entender o fetiche como metafísica do ente mercadoria define-o melhor, relacionando-o com a história da Filosofia,

enquanto história da Metafísica. Para alcançar uma melhor definição e compreensão do conceito de fetichismo, o melhor instrumento de análise é relacioná-lo à história da Metafísica. Segundo Antunes, a crítica que Marx desenvolveu ao fetiche da mercadoria, em sua essência, é uma crítica à filosofia e à cultura ocidental, bem como ao caráter metafísico desta cultura. (ANTUNES, 2018, p. 230).

Para concluir essa análise apresentaremos o que, na compreensão de Antunes representa o conceito de fetiche da mercadoria para Marx. Segundo Antunes, Marx

chama de fetiche da mercadoria o processo através do qual o ente dinheiro se põe no mundo acima e à frente dos homens como uma potência dominadora inteiramente objetiva e autônoma, como uma coisa externa à realidade humana e sem nenhuma relação com o trabalho e a atividade sensível e criadora do trabalhador, como verdadeiro demiurgo da realidade (ANTUNES, 2018, p. 231).

Ao concluir que a crítica de Marx ao fetiche da mercadoria é uma crítica à Metafísica, à Religião e, em sentido mais amplo, à cultura ocidental, Antunes expõe uma interpretação reveladora do fetichismo, pois explica os fenômenos do mundo material e sensível como produtos da concepção metafísica da sociedade. O autor conclui que existe uma relação de correspondência entre o fenômeno material e o metafísico, uma vez que o fenômeno material expressa a mesma lógica dinâmica da Metafísica ao elevar, à condição de ser supremo, o ente que é o símbolo máximo da riqueza material, o dinheiro.

A realidade do mundo físico, do mundo da produção da riqueza material, apresenta-se em conformidade com a concepção metafísica, cindida entre o real e o metafísico, entre o sensível e o suprassensível. O que ocorre é que no mundo material as categorias que se impõem são as metafísicas: a mercadoria aparenta ser produto em si e para si, ocultando o fato de que é produto do trabalho humano e que expressa relações sociais entre produtores privados; as relações sociais entre os produtores aparentam ser relações entre os produtos de seus trabalhos¹⁶, ou seja, a Metafísica impôs-se ao mundo material.

Essa interpretação do autor torna mais inteligível a obra de Marx e especialmente o conceito de dinheiro na medida em que revela de forma acessível e, ao mesmo tempo,

¹⁶ Rubin coloca como fenômenos decorrentes do fetichismo da mercadoria a reificação das relações entre os produtores e, de outro lado, a personificação das coisas. No capitalismo “as pessoas mantêm relações de produção diretas unicamente enquanto proprietárias de mercadorias, proprietárias de coisas. Por outro lado, as coisas, em razão disso, adquirem características sócias, uma forma social particular. ‘As qualidades sociais do trabalho’ adquirem ‘caráter material’, e os objetos ‘caracteres sociais’” (Rubin, 1987, p. 34-35, grifo do autor)

profunda, o fetichismo da mercadoria. A obra de Antunes, base da abordagem ora efetuada, abre campo para alguns estudos mais aprofundados de temas que podem ser extraídos a partir dela. A comparação entre a forma como a produção da riqueza material organiza-se no sistema produtor de mercadorias e as práticas e os símbolos da religião cristã, feita por Marx e explicitada por Antunes, autoriza concluir que o sistema capitalista é produto direto do cristianismo? Ou, ao menos permite estabelecer uma relação estreita entre o domínio dessa crença cristã no ocidente, nos últimos dois milênios, e o desenvolvimento do sistema capitalista? É possível apontar, como causa da cisão entre o sensível e o suprassensível nas determinações do capitalismo, a cisão entre o processo de produção que ocorre como atividade privada e o processo de trocas que se desenvolve como um processo social?

Os entes constituidores do sistema capitalista, especialmente o valor, o dinheiro e o capital, se são entes da realidade material, também são entes abstratos e mentais, metafísicos. Dessa constatação, há uma questão que merece aprofundamento: a relação entre a Metafísica e a produção da riqueza material. Em que medida e por quais meios a Metafísica determina e dá forma à produção da riqueza material e de seus entes? Adotando-se uma concepção materialista do mundo, observa-se a mente humana não cria nada a partir de si mesma, mas a partir da realidade material concreta, na qual o corpo vive. Porém, a mente pode criar realidade e essa conclusão decorre do fato de que crenças fantasiosas, embora sejam fantasias, guardam sempre relação com a realidade material e, o mais importante, criam realidade, como demonstram as crenças religiosas, que são geradoras de realidade material, na forma de prédios (templos) por exemplo.

A partir disso, compreende-se também que a fantasia determina, em boa medida, a vida dos seres humanos, o que significa, possivelmente, que as fantasias humanas muitas vezes sobrepõem-se à razão. Posta essa questão, cabe estudar quais os meios pelos quais pode-se levar as pessoas a orientar a sua vida: se mais pela razão do que pelas fantasias; se mais pela razão do que pela Metafísica. Isso poderia conduzir os seres humanos a uma vida mais voltada para a realidade, baseada nas coisas sensíveis que as cercam e poderia, principalmente, levar os seres humanos a superar a dominação que lhes é imposta por este sistema que apoia sua dominação, em grande parte, através do estímulo às fantasias, seja impondo medo, seja criando ilusões em torno da obtenção da riqueza material.

5.2 O Valor em Marx, segundo a interpretação de seus comentadores

Para compreender a teoria de dinheiro de Marx, é imprescindível que se estude o conceito de valor por ele desenvolvido. Segundo Germer (1995, p. 251), a “leitura da obra de Marx indica ser impossível apreender a sua teoria sobre o dinheiro sem, previamente, esclarecer com precisão o seu conceito do valor”. Essa condição impõe-se, segundo o autor, porque o conceito de valor “constitui o princípio unificador de toda a teoria, e nele reside a sua especificidade e originalidade” (GERMER, 1995, p. 251) do estudo de Marx sobre o dinheiro. Considerando essas colocações, faremos um estudo do valor, o mais amplo possível, dentro do escopo deste trabalho, partindo de sua apresentação a partir dos estudos que Germer (1995) e Antunes (2018) desenvolveram com base na obra de Marx. A abordagem será feita de forma geral, ressaltando aspectos não abordados ou desenvolvidos de forma sintética pelo autor de **O Capital** (1988), considerando que as diversas formas do valor apresentadas em sua obra já foram detalhadamente debatidas em capítulo anterior.

Para iniciar a exposição, trataremos do surgimento do valor no mundo da produção da riqueza material e faremos uma análise do tema sob o ponto de vista da filosofia.

5.2.1 A sociedade capitalista como princípio histórico do valor

Antunes (2018) faz a exposição do surgimento do elemento constituinte do dinheiro, o valor, e o localiza histórica e dialeticamente a partir do desenvolvimento do modo de produção capitalista. A equiparação entre medidas naturalmente distintas e incomensuráveis entre si, que ocorre em uma troca de mercadorias, mostra que, para realizar a comparação, é necessário encontrar um elemento distinto às duas coisas postas em comparação, um elemento não sensível, abstrato. Segundo Antunes, Marx percebe a falsidade de se conceber a oposição externa e sensível entre valor-de-uso e valor-de-troca enquanto oposição real. Essa oposição não passa de uma falsa contradição, uma falsa aparência, sendo apenas a expressão fenomênica da contradição imanente à troca, sendo realmente existente a contradição entre valor-de-uso e valor, como se verá a seguir (ANTUNES, 2018, p. 33).

Nesse terceiro elemento, dadas suas características de ser não sensível e interno às mercadorias postas no processo de troca, a sua constituição e essência só podem ser captadas por um processo meramente intelectual. Abstraídas as qualidades úteis e as determinações físicas das mercadorias, o que resta é uma propriedade que é resultado do

trabalho humano e comum a todos os produtos feitos para a troca. Essa propriedade é o trabalho humano, em sua forma abstrata, ao qual Marx chama também de “gelatina de trabalho” (ANTUNES, 2018, p. 37-38).

Uma vez operado o processo de negação e abstração dos momentos e qualidades sensíveis externas e imediatas que caracterizam a mercadoria como um corpo de propriedades físicas,

restou, então, nelas, o terceiro elemento procurado, o elemento racional, suprassensível, comum e unificador que Marx chama de valor [...] neste processo, a oposição externa entre valor-de-uso e valor-de-troca transformou-se, estranhamente, numa oposição interna à mercadoria” (ANTUNES, 2018, p. 39).

O que era contradição entre valor-de-uso e valor-de-troca e entre mercadoria e dinheiro transformou-se, metafisicamente, em oposição interna e imperceptível aos sentidos humanos. É essa contradição que revela esse terceiro elemento, a substância comum a duas mercadorias, o valor que se põe negativamente e que é o resultado da supressão de todas as determinações sensíveis presentes na forma natural da mercadoria. Mas o valor revela-se também positivamente, como resultado do dispêndio de energias exigido para a execução dos diversos trabalhos concretos, que resultaram na produção de mercadorias (ANTUNES, 2018, p. 39-40).

Segundo Antunes, na definição de Marx, o valor é algo contraditório porque é objetivo, físico e, ao mesmo tempo, é também metafísico e fantasmagórico. Ele existe para além das falsas representações dos agentes envolvidos no processo de troca e tem, portanto, uma existência independente. A sua existência objetiva decorre do fato de ser um determinado quantum de trabalho humano, que é, em sua forma geral, abstrato, trabalho social contido em cada mercadoria. A sua existência objetiva decorre também do fato de ser o elemento racional do processo de trocas de mercadorias, “concebido como aquilo que existe negativamente em si e por si e para além da representação sensível dos agentes da troca” (ANTUNES, 2018, p. 42-43). Mas Marx também concebe o valor positivamente, como sendo uma simples gelatina de trabalho humano indiferenciado (ANTUNES, 2018, p. 43).

Já a característica fantasmagórica do valor decorre de sua natureza não sensível, uma coisa meta-sensível, abstrata e invisível e, por isso, não mantém qualquer relação com “as determinações sensíveis e positivas da riqueza e com o mundo imediatamente dado e vivido pelo homem” (ANTUNES, 2018, p. 43-44). Antunes afirma que para Marx

“somente na sociedade capitalista poderia ter surgido a igualdade abstrata entre os diferentes gêneros de trabalho humano” (ANTUNES, 2018, p. 94).

Essa característica do trabalho humano no capitalismo, a de se tornar uma atividade abstrata, cuja dimensão criativa é negada, tem dois fundamentos determinantes centrais. O primeiro é o de que, somente com o desenvolvimento dessa sociedade, o trabalho humano libertou-se das amarras que o prendiam aos modos de produção anteriores, ao feudalismo e à escravidão. Nesses dois últimos modos de produção, o trabalho era executado em uma organização hierarquizada, em que prevalecia a sua dimensão concreta, criativa e artística, voltada para a produção de valores de uso. Esses valores de uso eram, inicialmente, trocados na forma simples, mercadoria por mercadoria, e, posteriormente, em um comércio limitado e restrito. Com o desenvolvimento da divisão social do trabalho e a evolução do intercâmbio, a produção voltou-se apenas para o comércio e os produtores produziam valores de uso para o comércio, não para o consumo direto.

O segundo fundamento das características do trabalho no capitalismo é o de que o desenvolvimento do sistema deu-se com e a partir da transformação do trabalho em mercadoria. Com isso, o trabalhador, livre das amarras da produção feudal e escravista, pode vender o seu trabalho no mercado, em forma de mercadoria, ou seja, a mercadoria força de trabalho.

O modo de produção capitalista apresenta os elementos e as características que permitem o desenvolvimento do trabalho abstrato, pois para que essa realidade concretize-se, a condição é a de que haja uma totalidade de trabalhos concretos muito desenvolvida. Esse desenvolvimento, na forma de produção da riqueza material, cria as condições para que os trabalhadores desenvolvam diversos trabalhos, independentemente do tipo que se lhes apresente, o que lhes permite se apresentarem como pessoas livres e prontas para venderem sua mercadoria. Essa forma de desenvolvimento da atividade laborativa, como trabalho em geral, não é resultado apenas um resultado intelectual, mas também de um determinado grau de evolução da produção mercantil (ANTUNES, 2018, p. 94).

Antunes afirma que a forma de produção capitalista é produto da Metafísica ou da indiferença pelo particular e pelo sensível, de agir negando o sensível e o particular. Entretanto, a Metafísica não resulta apenas das negações e abstrações que se produzem na mente humana, uma vez que, “com o predomínio e o governo da mercadoria e da

dimensão abstrata e suprassensível do trabalho humano, a Metafísica tornou-se, então, uma realidade no mundo moderno” (ANTUNES, 2018, p. 94).

O capitalismo assenta-se em uma divisão social do trabalho tão evoluída que impede que qualquer forma particular de trabalho sobreponha-se às demais e esta é a condição fundamental que caracteriza o trabalho igual, abstrato. Essa igualdade abstrata de trabalhos e de sua expressão meramente mecânica e fisiológica é resultado da indiferença metafísica ao trabalho concreto, sensível e natural. E essa indiferença metafísica, a negação às formas concretas de trabalho, que leva o trabalhador à indiferença quanto ao tipo de trabalho que executará, também é a base material da alienação do trabalhador, que não se reconhece nos produtos por ele produzidos (ANTUNES, 2018, p. 95).

Portanto, as abstrações não são produtos derivados exclusivamente da atividade mental, do pensamento, pois elas surgem da marcha e da evolução da história humana e são o resultado da sinergia entre corpo, intelecto e mãos humanas. Desse modo, as abstrações conceituais decorrentes da mercadoria correspondem integralmente às abstrações reais que, realmente, existem na base material e prática da vida do homem singular. Segundo Antunes, na “dialética de Marx, existe uma relação ontológica e imanente entre as categorias abstratas que estão na realidade” (ANTUNES, 2018, p. 96).

O maior desenvolvimento histórico e material da sociedade induz um maior número de categorias abstratas, tanto as reais quanto as inteligíveis. Por isso, a “determinação metafísica e abstrata da categoria trabalho não poderia surgir e se desenvolver em sociedades antigas com uma divisão social do trabalho rigidamente hierarquizada e estamental, como no Egito Antigo e na Índia dos hindus” (ANTUNES, 2018, p. 96-97). As categorias abstratas do pensamento, afirma Antunes, ao mesmo tempo que são formas de ser e de pensar, também constituem-se como formas de existir do homem moderno em sua totalidade e integridade. A correspondência que há entre as categorias ideais e as da realidade colocam a humanidade diante do problema fundamental da modernidade, a saber, o aniquilamento e destruição das sociedades que fundamentam seu trabalho em formas concretas, sensíveis e naturais, e relacionadas ao surgimento de uma forma de trabalho revolucionária, que é aquela assentada na determinação abstrata, genérica e suprassensível do trabalho assalariado (ANTUNES, 2018, p. 98).

Com o desenvolvimento do trabalho livre, o trabalho assalariado, que resultou em uma grande diversidade de trabalhos concretos e levou a uma progressiva divisão social

do trabalho, transformou-se, tanto como categoria quanto em realidade, em instrumento de criação de uma riqueza em sentido geral, a qual constituiu-se em uma realidade. Ao mesmo tempo, o trabalho, enquanto determinação, com a generalização do trabalho livre e com a ampliação da divisão social do trabalho, deixou de aderir à pessoa do trabalhador como uma particularidade exclusivamente sua, desvinculando-se do trabalhador como indivíduo.

Com esses desenvolvimentos, a dicotomia metafísica entre o ideal e o real, o suprassensível e o sensível, o invisível e o visível, foi superada, realizando-se o sonho metafísico da adequação entre categoria (trabalho) e efetividade (trabalho). A superação dessa dicotomia, contudo, afirma Antunes, efetivou-se e resultou na supremacia total do abstrato, genérico e suprassensível sobre o concreto, particular e sensível da realidade, pela negação das formas sensíveis e concretas do trabalho (ANTUNES, 2018, p. 99). Posto nessa dimensão abstrata e genérica, o trabalho transforma-se de uma força produtora do trabalhador em uma força produtora da sociedade. Essa condição é consequência direta do desenvolvimento do trabalho abstrato, ou seja, do trabalho posto como atividade social e não como atividade individual do trabalhador (ANTUNES, 2018, p. 99).

Com o desenvolvimento do trabalho livre e assalariado e a expansão da divisão social do trabalho, o trabalho abstrato, de “uma realidade meramente negativa, deixa de ser meramente a negação do trabalho útil e concreto da sociedade, assim como deixa de ser meramente uma categoria do pensamento”. Assim, ele se transforma em seu oposto, em “uma realidade positiva, objetiva e concreta, para se tornar uma realidade posta e desenvolvida pela história humana” (ANTUNES, 2018, p. 100).

Com esse processo análogo, a Metafísica deixa de ser “uma mera religião e uma mera disciplina filosófica abstrata e negativa, deixa de ser uma ontologia e mera teoria geral que renega e condena o mundo sensível somente em palavras” (ANTUNES, 2018, p. 100-101) e passa a compor a realidade desse mundo, uma realidade positiva e objetiva.

5.3 O valor como categoria econômica: o estudo de Germer

A importância do estudo do valor em Marx, segundo Germer, é o fato de que o seu conceito constitui, na teoria do dinheiro de Marx, “o princípio unificador de toda a teoria, e nele reside a sua especificidade e originalidade” (GERMER, 1995, p. 251) e seu

abandono ou a compreensão incompleta resultaria na descaracterização dessa mesma teoria. O valor é a substância social constitutiva da forma do dinheiro, não se tratando de um conceito abstrato, por consequência, sua teoria igualmente não é abstrata. O conceito de valor revela-se a partir da análise que Marx faz da unidade básica definidora da riqueza do sistema capitalista, a mercadoria, expressando-o teoricamente como “a conexão objetiva fundamental da rede de relações (sociais) econômicas que constitui a sociedade mercantil e capitalista” (GERMER, 1995, p. 251-252). Não se pode tomar o conceito de valor como um axioma ou um dogma, afirma Germer, como alguns autores o concebem, pois Marx não elabora sua teoria do dinheiro a partir de conceitos, mas da análise de categorias reais que constituem o metabolismo social caracterizador do sistema capitalista (GERMER, 1995, p. 251-252).

O valor, enquanto categoria abstrata e, portanto, não sujeito a observação direta, revela-se pela forma do dinheiro para se expressar ou se revelar ao observador. Assim sendo, alerta o autor, não é possível dispensar ao dinheiro o tratamento teórico adequado se o conteúdo que constitui a sua forma não está rigorosa e precisamente determinada (GERMER, 1995, p. 252). O autor apresenta também os fundamentos teóricos que revelam o dinheiro, na teoria de Marx, como necessariamente uma mercadoria, ainda que de natureza especial e separada das demais mercadorias. Essa fundamentação é necessária, segundo o autor, ante um dos problemas que alguns intérpretes enfrentam, o aparente desaparecimento do lastro metálico do dinheiro, levando-os a concebê-lo como uma entidade imaterial e puramente simbólica. Esclarece o autor que no seu estudo trata o dinheiro na sua função básica, servir de elemento de unidade entre a função de medida de valor e meio de circulação (GERMER, 1995, p. 252-253)¹⁷.

A natureza mercantil da economia tem como fundamento a divisão social do trabalho, característica que faz com que a produção das coisas necessárias à satisfação

¹⁷ A respeito das controvérsias acerca do conceito de dinheiro em Marx, elas iniciaram-se com o abandono, pelos EUA, do padrão ouro, em 1971, estabelecido pelo acordo de Bretton Woods, após a Segunda Guerra Mundial. As polêmicas localizam-se na compreensão do dinheiro como forma, por um lado, e aqueles que o compreendem como uma mercadoria, como é o caso de Germer (1995 e 2013), Antunes (2005) e Brunoff (1978). Paulani (1992 e 2011) interpreta o conceito de dinheiro como uma mercadoria, ideia que se localiza na esfera da circulação simples, mas que paulatinamente, com o desenvolvimento da produção de mercadorias e a divisão social do trabalho, o dinheiro desmaterializa-se até se apresentar, na fase atual do capitalismo, como pura forma. Prado (2013) acompanha, em parte, a concepção de Paulani, mas advoga a tese de que o dinheiro, quando alcança o seu grau máximo de desenvolvimento, constitui-se como uma forma, porém, mantendo conexão material com sua constituição primeira, como mercadoria. Corazza (1998) e Carcanholo (2002) interpretam o conceito de dinheiro de Marx como constituindo mera forma, sem conexão com a esfera material da produção capitalista. Foley (1983 e 1986), com algumas variações, também entende o dinheiro como forma.

das necessidades humanas seja feita na forma de mercadorias. As mercadorias realizam-se como tal somente ao passarem pelo processo de troca de uma pela outra, pelo metabolismo social da troca. Para que possam ser trocadas, elas precisam ser equiparadas em termos de valor e esse processo torna-se possível por todas terem o mesmo substrato social, o de serem produto do trabalho humano na sua forma abstrata (GERMER, 1995, p. 253). Portanto, o confronto das mercadorias no metabolismo social da troca ocorre comparando-as pela substância que as iguala e a troca realiza-se na condição de câmbio de trabalho por trabalho (trabalhos qualitativamente diferentes, mas quantitativamente comparáveis). Com o aumento das conexões entre os produtores, resultado do aumento das trocas, uma das mercadorias, a mais aceita pelos produtores, transforma-se em referência ou padrão de medição de valor. A mercadoria mais consumida e que serve como meio de troca choca-se com sua função de consumo, pois para desempenhar a condição de mediadora das trocas, ela entra em contradição com sua finalidade de consumo (GERMER, 1995, p. 253).

Como a mediação já transformou-se em prática social amplamente aceita, a função de mercadoria mediadora recai sobre aquela cujo valor de uso predominante é realizar a função de mediar as trocas. O valor de uso dessas mercadorias caracteriza-se, pois, na sua função de instrumento de troca e, com essa finalidade, a mercadoria passa a ser produzida para exercer a sua função como figura de valor. Isso a habilita a servir de instrumento viabilizador das trocas e atributo de ter como valor de uso as propriedades para permitir as trocas fixa-se, finalmente, em um material que se transforma no equivalente geral de valor (GERMER, 1995, p. 253-254).

Germer aponta, dessa forma, um elemento que é importante para captar a formação do dinheiro pelo processo de exclusão de uma das mercadorias, que é aquela colocada na condição de equivalente geral: a mercadoria mediadora das trocas é aquela cujo valor de uso predominante é realizar a função de mediar as trocas; sendo assim, a escolha recai sobre a mercadoria que apresenta as características adequadas para desempenhar essa função. A escolha recai sobre os metais preciosos, aderindo posteriormente ao ouro.

Para Germer, o valor é “uma categoria social que resulta da infinita e repetida multiplicidade dos atos de troca, que ademais se cruzam em todas as direções, em uma configuração em permanente mutação, jamais detendo-se em uma configuração estável” (GERMER, 1995, p. 255). A magnitude do valor de uma mercadoria não decorre do tempo individual despendido na sua produção, mas do tempo social, da média de tempo gasto

para produzir o conjunto das mercadorias de um determinado tipo, produzidas pelos diversos produtores e que despendem tempos distintos entre si para produzir estas. É o tempo social que a sua produção exigiu que determina seu valor (GERMER, 1905, p. 255).

O mesmo processo que determina o valor também determina o dinheiro, por ser aquele a substância constitutiva deste. Tanto o valor das mercadorias quanto o valor da mercadoria-dinheiro só são revelados após passarem pelo processo de troca e jamais são pré-fixados. Quando as mercadorias participam da troca, elas já estão com seu preço dado, cujo valor expressa o tempo de trabalho social ou abstrato exigido para sua produção (do dinheiro) ou a média de tempo social ou abstrato consumido para a produção “média social de produção de todas as minas – no caso do ouro – e não o tempo de trabalho gasto na produção desta ou daquela fração de ouro (GERMER, 1995, p. 255).

Destacamos algumas conclusões que sobressaem do estudo de Germer sobre o valor: como categoria social, o valor resulta dos infinitos e repetidos atos de troca, processo que o autor define como “metabolismo social” (GERMER, 1995, p. 253), que é o regulador desses infinitos e repetidos atos. O processo de repetição evidencia aquilo que estudiosos da antropologia, a exemplo de Gernet, assim como Marx, já revelaram: é através da repetição que esses processos se fixam como práticas consolidadas. Germer também traz à luz a ideia de como é formada a magnitude do valor, que é a média do trabalho socialmente despendido para a produção de uma mercadoria, de uma determinada espécie de mercadorias. Isso significa que é o tempo médio consumido pelo conjunto dos produtores para produzir determinada mercadoria que constitui seu valor. O processo que constitui o valor é o mesmo que constitui o dinheiro, o que decorre do fato de o valor ser o elemento constituidor do dinheiro.

5.4 Dinheiro e Capital

O conceito de capital desenvolvido por Marx, embora não integre este projeto de estudo, apresenta estreita conexão com o dinheiro, o que nos exige discuti-lo a fim de estabelecer uma adequada distinção entre os conceitos e, principalmente, estabelecer, com a maior clareza possível, o conceito de dinheiro posto por Marx. A exigência de se estudar o capital para melhor compreender o dinheiro é defendida por Germer, que fundamenta sua conclusão no esforço que Marx despendeu para demarcar a

diferença entre dinheiro e capital, pois essa é relevante para a compreensão de suas concepções sobre dinheiro e capitalismo (GERMER, 1995, p. 79-80).

O dinheiro, segundo Marx, é a primeira forma de aparição do capital, e a diferença entre dinheiro e capital está na sua forma de circulação. A distinção entre ambos expressa-se pelas fórmulas M-D-M (mercadoria-dinheiro-mercadoria) e D-M-D (dinheiro-mercadoria-dinheiro). A primeira representa a venda da mercadoria e a transformação do dinheiro obtido com a operação para a compra de outra mercadoria, representando a chamada circulação simples do valor. A segunda fórmula simboliza a transformação do dinheiro em mercadoria e a transformação desta em dinheiro – comprar para vender. Segundo Marx, “dinheiro que em seu movimento descreve essa última circulação transforma-se em capital, torna-se capital e, de acordo com sua determinação, já é capital” (MARX, 1988, p. 121-122).

Conforme Germer, Marx desenvolveu a distinção entre dinheiro e capital sob o aspecto conceitual: primeiro, do ponto de vista do dinheiro meramente como dinheiro e, segundo, do dinheiro como forma ou momento do capital. Quanto ao primeiro aspecto, distinção de Marx foi no sentido de “[...] ressaltar que o dinheiro e o capital constituem duas categorias teoricamente diferentes, e que esta diferença resulta do fato de que eles expressam duas modalidades completamente diferentes de relações sociais presentes na economia mercantil e capitalista” (GERMER, 1995, p. 80). Já quanto ao segundo aspecto, o autor de **O Capital** destaca a diferença entre o dinheiro como simples dinheiro e o dinheiro como capital: “refere-se à diferença, também extremamente complexa [...] entre o dinheiro como simples dinheiro e o dinheiro como forma ou momento do capital” (GERMER, 1995, p. 80).

Dinheiro e capital confundem-se desde a sua origem, tanto na realidade quanto no tratamento teórico dispensado aos dois. A confusão entre ambas as determinações repousa na dificuldade de entendê-las em suas especificidades, o que justifica a necessária demarcação da diferença de natureza entre eles. Como esclarece Germer, o próprio autor de **O Capital** contribuiu, em certa medida, para essa confusão conceitual entre estas duas categorias econômicas, pois com muita frequência ele utiliza o dinheiro como uma espécie de sinônimo de valor ou unidade de conta para determinar a dimensão dos valores individuais das mercadorias (GERMER, 1995, p. 80).

Conforme Germer esclarece, Marx relacionou, como fonte dessa confusão, ao fato de o dinheiro constituir a primeira forma de expressão histórica do capital. O dinheiro

como capital está presente, por exemplo, no capital usurário, em época anterior ao capitalismo. Na economia mercantil, ele já se revelava como capital potencialmente, a partir do momento em que se autonomiza frente à circulação. Essa autonomização expressa-se na forma de entesouramento e na forma de meio de pagamento. O entesouramento também é usado por Marx para destacar a diferença determinante entre dinheiro e capital, pois o entesouramento, nas suas primeiras aparições na história econômica, é um fenômeno essencialmente monetário, colocando-se, portanto, como manifestação pertencente à esfera da circulação simples (GERMER, 1995, p. 80-81).

O entesouramento manifesta-se como a prática de imobilização de valores em forma de dinheiro, para conservá-lo nessa condição, como capital. O entesouramento nega a natureza de capital do dinheiro, pois nessa condição é valor inerte por estar afastado da circulação, constituindo-se como capital apenas potencialmente. Entesourado, o dinheiro contraria a lógica do capital. Já o capital é valor em movimento de autovalorização e, para se manter nessa condição, deve ser continuamente posto em circulação, não podendo dela se afastar. O dinheiro em si e por si não se valoriza, pois é valor somente quando é trocado pela mercadoria, quando então assume a condição de valor, em forma de mercadoria, uma condição que é passageira e precária. O valor que se valoriza, ou seja, o valor que está em circulação e nessa condição mantém-se, é capital, e capital não é simplesmente dinheiro (GERMER, 1995, p. 81).

Entretanto, o dinheiro é pressuposto do capital por ser valor autonomizado, que é apropriado pelo capital ou quando se incorpora a ele, fazendo parte da preservação e expansão do valor. A partir desse ponto, afirma Germer, Marx destaca a diferença entre o dinheiro e capital, apresentando-os “como duas formas de existência do valor essencialmente distintas, pois o entesouramento revela o limite da forma dinheiro como expressão do valor: o dinheiro só pode conservar-se como valor na medida que se retira da circulação e conseqüentemente se anula” (GERMER, 1995, p. 81). Já o capital, em sentido oposto, “não só é valor que se valoriza, mas como valor só se conserva, em contraste frontal com o dinheiro, na medida que se lança continuamente à circulação” (GERMER, 1995, p. 81). O valor, na circulação capitalista, conserva-se e amplia-se. O dinheiro, na sua condição de forma de valor, no máximo conserva-se enquanto tal; ao contrário, na forma capital, o valor adquire o poder de se expandir.

Tomar o dinheiro, forma inferior da transição do valor ao capital, como a forma superior deste e, portanto, tomá-lo como forma determinante nas relações econômicas é, para Marx, um equívoco teórico, segundo Germer. É um equívoco tomar o dinheiro como

forma de manifestação superior do valor, pois pressupõe que os agentes econômicos relacionam-se entre si apenas como simples compradores e vendedores de mercadorias. Essa maneira de entendimento expressa o desconhecimento de quem assim interpreta o dinheiro, de que, à medida em que o sistema evolui, as relações econômicas também evoluem. sistema capitalista, à medida em que evolui, desenvolve igualmente relações econômicas mais desenvolvidas e o valor também desenvolve formas mais complexas de expressão, que correspondem à sua evolução e das quais o dinheiro constitui apenas a sua base (GERMER, 1995, p. 81-82).

A exposição da natureza exata do capital obtém-se contrapondo as duas formas de circulação, a do dinheiro e a do capital. A primeira, M-D-M, e a segunda, D-M-D, em que a primeira expressa a circulação simples de mercadorias, e a segunda mostra a circulação capitalista. Para detalhar as consequências que a mudança da primeira para a segunda forma traz, é necessário atentar-se ao princípio teórico adotado por Marx, que é o de “relacionar as novas categorias econômicas a novas formas de relações sociais, e correspondentemente novas funções econômicas dos indivíduos nelas envolvidos” (GERMER, 1995, p. 83). Portanto, para Marx são as relações sociais estabelecidas entre os indivíduos que revelam as respectivas funções econômicas que esses desempenham naquelas que determinam as novas categorias econômicas.

Conforme explica Germer (1995, p. 83-84), de uma forma de circulação para outra ocorre uma mudança na função dos agentes econômicos. Na primeira forma, na circulação simples de mercadorias, os agentes trocam mercadorias para o consumo, uma vez que o objetivo é a troca para a satisfação de necessidades dos próprios produtores. Nessa troca, o dinheiro funciona como mero meio de circulação. Na circulação do dinheiro enquanto capital, o ciclo começa e termina com o dinheiro – o valor do produto do trabalho –, forma de circulação que tem como objetivo a valorização do valor ou que o capital resultante seja maior do que aquele que iniciou o ciclo D-M-D. Nessa modalidade de circulação, o sentido final é criar valor na forma mercadoria para convertê-lo na forma dinheiro. “Portanto, na circulação capitalista o objetivo é em primeiro lugar reproduzir o valor anteriormente existente e, em segundo lugar, expandi-lo ao reproduzir-se” (GERMER, 1995, p. 84).

Apresentadas as duas formas de circulação do valor, destacamos as diferenças entre ambas, o que é elemento de grande importância para entender a forma mercadoria do dinheiro, que será objeto de exposição em momento posterior neste texto.

A primeira diferença entre a forma simples de circulação do valor e a forma capitalista é a de que na forma de circulação capitalista do valor das mercadorias este não se extingue quando as mercadorias circulam. As mercadorias adquiridas pelo capitalista não desaparecem da circulação, não são consumidas, como ocorre na circulação simples, mas retornam ao metabolismo social da circulação e são vendidas por um valor acrescido ao original. A compra tem como finalidade a revenda, a intermediação dos produtos. Na forma capitalista de circulação do valor, esse tem como atributo o de conservar-se ao circular. Segundo Germer (1985, p. 85), “a conservação do valor não é uma característica do dinheiro, cuja natureza não se altera, mas [é característica] da nova forma da circulação, resultante da emergência de novas relações econômicas”. Isso porque “os possuidores de mercadorias adotam funções novas: ao invés de vender para comprar, passam a comprar para vender” (GERMER, 1995, p. 85).

Tanto a conservação do valor, que ocorre na circulação capitalista, quanto a sua constituição e extinção na circulação simples decorrem “do caráter estrutural do vínculo de interdependência que os produtores capitalistas estabelecem no interior da divisão social do trabalho” (GERMER, 1995, p. 85). Esse fenômeno tem uma consequência expressiva, posto que, na circulação capitalista, a oposição valor e valor de uso é suprimida, ao contrário do que ocorre na circulação simples. Nesta, o dinheiro, na condição de valor que se autonomiza, contém em si uma contradição absoluta entre estas duas formas de valor, que se expressa no processo de circulação, “entre a valor representado pela mercadoria-dinheiro e o valor de uso representado por todas as demais mercadorias” (GERMER, 1995, p. 86). Assim, a mercadoria entra em circulação como valor de uso e confronta-se com o dinheiro como expressão de valor ou, em outras palavras, é o confronto do não-valor (mercadoria) com o valor (dinheiro). Desse modo, a venda, expressa pela fórmula M-D, caracteriza a operação de transformação de um não-valor em valor e a operação inversa, a compra, caracteriza a conversão do valor em um não-valor. A circulação simples, processo que se constitui como realização e extinção de valores, ofusca, dessa forma, a identificação da mercadoria como valor, atributo que ela adquire desde quando entra em circulação (GERMER, 1995, p. 86).

A circulação capitalista revela o capital como a metamorfose entre a mercadoria e o dinheiro, ora se apresentando como uma, ora como outro, mas não se definindo nem como exclusivamente mercadoria e nem como exclusivamente dinheiro, mas como o movimento de um para o outro.

Na circulação capitalista, as mercadorias, ao contrário da circulação simples, não circulam exclusivamente como valor, mas assumem também a função de suportes do valor. Isso fica evidenciado quando o capitalista converte o dinheiro em mercadorias, as quais não se extinguem como objetos de consumo, mas mantêm-se como portadoras de valor, o mesmo valor contido no dinheiro, o qual nelas se transformou (GERMER, 1995, p. 86). Portanto, o valor conserva-se no processo de circulação: o capitalista compra mercadorias como elementos portadores de valor, que ele coloca em circulação novamente para recuperar o valor investido, ou seja, com o objetivo de que retorne a ele com acréscimo. Dessa forma, na circulação capitalista, o valor mostra-se simultaneamente como forma geral de valor e como formas particulares, estas enquanto mercadorias, ou seja, passa de uma forma a outra.

Assim, na fórmula D-M-D evidencia-se que o capital não é somente dinheiro e também não é apenas mercadoria, mas ambas as determinações ao mesmo tempo ou o capital é o movimento de um a outra. Germer afirma que, para Marx “o movimento do valor, na forma de capital, é a sequência das suas metamorfoses ou mudanças de ‘forma econômica’ [grifo do autor] ou das formas do valor, isto é, alternância entre as formas geral e particulares do valor, em outras palavras alternância entre as formas dinheiro e mercadorias” (GERMER, 1995, p. 87). Se, portanto, na circulação simples, o valor é uma forma inerte e cristalizada como mercadoria-dinheiro, no capitalismo, o valor, sob a forma de capital, é acima de tudo movimento, valor permanentemente em valorização.

O processo de conservação do valor nas mercadorias, observado na circulação capitalista, permite o entendimento de um fenômeno contemporâneo, que é a utilização de certas mercadorias como reserva de valor, tais como matérias-primas, que são negociadas nos mercados de ações. Essas mercadorias desempenham, portanto, uma função atribuída ao dinheiro, mas, diferentemente deste, elas manifestam a existência de valor em forma de capital (GERMER, 1995, p. 87-88). Esse processo de usar mercadorias como reserva de valor é usualmente interpretado como uma complexidade a mais da forma-dinheiro, quando na realidade elas expressam, como assinalado, existência e valor em forma de mercadorias e, portanto, apresentam características próprias do dinheiro, desempenhando função atribuída a este. Marx assinalou, segundo Germer, que, de certa forma, tais mercadorias passam a apresentar-se “como formas particulares do dinheiro, pois tal como o dinheiro, que é uma mercadoria especial representando a forma abstrata do valor, as mercadorias-capital, na medida que circulam como valor conservado e não só como valores de uso, apresentam características de dinheiro” (GERMER, 1995, p. 87-88).

Esse fenômeno apenas explicita o caráter de valor de todas as mercadorias, que na circulação simples não se expressa dessa forma, como já exposto. Em outras palavras, ele consiste na objetivação do caráter de valor das mercadorias. Desse modo, ao invés de, como na circulação simples, as mercadorias e o dinheiro apresentarem-se subjetivamente como polos opostos de valor e não-valor, no capitalismo, mercadoria e dinheiro apresentam-se objetivamente apenas¹⁸ como formas diferentes do valor, e é nisso que consiste o capital (GERMER, 1995, p. 87-88).

Se na circulação simples, o valor, enquanto fenômeno da circulação, mostra-se sob a forma de dinheiro, “na circulação capitalista ele constitui uma categoria complexa, que combina em si as formas dinheiro e mercadoria, o que levou Marx a dizer que o capital realiza a unidade do valor e do valor de uso” (GERMER, 1995, p. 88), que se expressa na circulação de um para o outro.

Pela análise da forma em que se apresenta a circulação capitalista e pela afirmação de Marx de que o capital realiza a unidade do valor e do valor de uso seria possível concluir que, na circulação capitalista, a contradição entre valor de uso e valor se desfaz? Em outras palavras, a circulação capitalista desfaz a contradição entre valor de uso e valor existente na circulação simples? A resposta a essas duas dúvidas é negativa. O que ocorre, em realidade, na circulação capitalista, é que essa contradição é transposta para a esfera da produção e ali ela manifesta-se como a contradição entre capital e trabalho, operando-se na primeira contradição uma alteração na sua configuração concreta. Ante a realidade de que a economia capitalista assenta sua base na mercadoria, a contradição inerente a esta, a de ser simultaneamente valor de uso e valor, não pode ser extinta, mas apenas alçada de uma esfera a outra ou a um outro patamar (GERMER, 1995, p. 88).

Uma terceira característica diferenciadora entre a circulação simples e a circulação capitalista, segundo Germer, é a de que o valor sob a forma de capital só pode se conservar e se expandir quando em circulação, pois que ele só pode alcançar estas duas condições – conservação e expansão –, sob a condição de que mude constantemente de forma, constituindo-se ora como mercadoria, ora como dinheiro, o que só pode acontecer na circulação. A mudança de forma caracteriza a circulação. Isso é o oposto do que ocorre na circulação simples, onde o valor das mercadorias é passageiro sob a forma de

¹⁸ Na redação de Germer, a expressão está redigida como “no capitalismo eles apresentam-se objetivamente como apenas formas diferentes do valor...” quando aparentemente a ordem que melhor expõe a afirmação é: no capitalismo eles apresentam-se objetivamente apenas como formas diferentes do valor (grifamos).

dinheiro, pois quando a mercadoria, em sua forma útil, realiza o valor, é consumida e desaparece da circulação (GERMER, 1995, p. 88).

Dada a grande quantidade de fenômenos definidos como monetários na fase atual da evolução do capitalismo, conceber o dinheiro como forma limitada da expressão de valor aparentemente não corresponde à realidade. Mas essa é uma percepção distorcida que as teorias monetárias têm do dinheiro e que decorre da interpretação deste como uma categoria imutável, com diversas funções, mas não com diferentes formas. Marx relaciona as diferentes funções às diferentes formas que o dinheiro assume (GERMER, 1995, p. 92).

Por exemplo, na função medida de valor, o dinheiro representa o equivalente geral apenas mentalmente (Germer, 1995, p. 92), enquanto para desempenhar a função de meio de circulação, um símbolo dele já cumpre a sua função. Para Marx, funções e formas do dinheiro expressam relações sociais e as diferentes formas e funções expressam, pois, diferentes relações sociais, sendo que tanto aquelas como estas evoluem conforme evolui o sistema capitalista. Na economia capitalista, conforme a função econômica desempenhada pelo seu possuidor, o dinheiro ora é capital, ora é dinheiro. Para Germer, a principal razão dessa aparente contradição entre a concepção de dinheiro adotada por Marx e a realidade atual (a aparente perda do suporte metálico do dinheiro) “reside no fato de que as teorias econômicas que enfatizam o dinheiro, na realidade o confundem com o capital, de modo que os fenômenos denominados monetários são na realidade fenômenos do capital e assim são focalizados por Marx” (GERMER, 1995, p. 92).

5.5 O dinheiro-mercadoria

Analisadas as determinações que levam à constituição do dinheiro, resta-nos analisar o problema que é a sua natureza: dinheiro pode ser uma pura forma, desprovida de materialidade, como alguns estudiosos de Marx o compreendem, ou ele constitui-se como forma mercadoria, um ente material, assentando sua expressão em uma riqueza material?

Os estudos desenvolvidos sobre o tema mostraram-nos que o dinheiro, necessariamente, é uma mercadoria. Por tal razão, dedicamos nossos esforços para aprofundar essa concepção, da qual Antunes (2005) e Germer (1995 e 2013) são as expressões intelectuais mais significativas.

Germer questiona se o dinheiro pode ser outra coisa que não uma mercadoria ou, “se o dinheiro nessa teoria [de Marx] deve, ou não, ser uma mercadoria” (Germer, 2013, p. 9). A sua resposta é negativa. O autor, para expor sua concepção a respeito, em um de seus estudos (1995), parte de uma economia hipotética sem dinheiro e, portanto, sem padrão de preços. Em outro (2013), defendendo a mesma tese, expõe como Marx define, literalmente, o dinheiro e apresenta os fundamentos lógicos nos quais se apoia para extrair tal conclusão.

Quanto à definição literal de dinheiro, apresentada por Marx em suas obras, para uma maior concisão neste texto, remetemos ao ponto 4.7.2, “O dinheiro na descrição de Marx”, onde esta questão foi abordada, destacando que são fundamentos dos quais Germer (2013) também se valeu. Este autor acrescenta, no entanto, elementos ainda não expostos aqui, como o fato de que, para Marx, “o valor de troca de uma mercadoria é simplesmente a proporção em que valores de uso de um tipo são trocados por valores de uso de outro tipo” e que “A forma do valor – ‘cuja figura acabada é a forma do dinheiro’ – é o nome teórico do valor de troca quando o equivalente geral, ou o dinheiro, já está presente” (Germer, 2013, p. 10). Acrescenta ainda que as três peculiaridades do equivalente geral, apresentadas por Marx, definem o dinheiro como mercadoria, pois elas são também as peculiaridades da mercadoria: 1. o valor de uso torna-se a manifestação de seu contrário, o valor; 2. o trabalho concreto converte-se em seu contrário, o trabalho humano abstrato; 3. o trabalho privado transforma-se em seu oposto, o trabalho humano em sua forma social (Germer, 2013, p. 10).

A partir da hipótese de uma economia sem padrão de preços e, portanto, sem dinheiro, o autor debate as implicações da adoção “puramente convencional de uma forma puramente simbólica de dinheiro” (GERMER, 1995, p. 257). Analisando o papel-moeda para esta hipótese, o seu valor monetário não dependeria do custo de produção como cédula de papel, pois se o papel utilizado na confecção do dinheiro ou mercadoria compreendesse o padrão objetivo, isso invalidaria a hipótese de analisar o problema sem que se tenha esse padrão. A ausência de padrão de preços implica a desconsideração do custo de produção do dinheiro, pois se o dinheiro papel exibisse preço, ou custo de produção, a hipótese de partir de um modelo sem dinheiro não seria válida. Não há ainda, para essa hipótese, dinheiro, logo, não seria possível falar em preço ou custo. Em condições como as consideradas para este exemplo, uma cédula de papel, que seja batizada aleatoriamente com o nome de 1 dólar, não pode representar qualquer valor antes que seja comparada a uma determinada quantidade de uma outra mercadoria

(GERMER, 1995, p. 257). Igualmente não se pode comparar a cédula de papel a um quantum de tempo de trabalho. A primeira razão é a de que o tempo a ser considerado para expressar o valor de uma mercadoria é o tempo social e esse é conhecido somente após o processo de trocas e não existem trocas para a hipótese em análise. Caso existissem, isso implicaria na existência necessária do dinheiro, pois não pode existir um sistema de trocas sem que exista dinheiro. A segunda razão de não se poder comparar a cédula de papel a um quantum de tempo de trabalho é a de que o tempo social despendido na produção de uma mercadoria ou o valor, que é expresso no preço, somente é conhecido como tal quando comparado indiretamente com uma mercadoria que exerce a função de padrão de comparação de valor. Essa mercadoria também precisa ter seu tempo de produção conhecido (GERMER, 1995, p. 257).

O autor apresenta o exemplo hipotético da equiparação aleatória de uma nota de 1 dólar a uma determinada quantidade de uma mercadoria A. A comparação é feita com um preço arbitrariamente atribuído à mercadoria e não na condição de um padrão de comparação objetivo. Partindo do pressuposto da não existência de um sistema de preços previamente constituído, a comparação anteriormente proposta seria inócua como forma de atribuir preço à mercadoria A, eis que não haveria razão lógica para atribuir o mesmo preço da mercadoria A a uma mercadoria B ou C, que expressem quantidades iguais ou diferentes da mercadoria A. Germer, para provar a impossibilidade de criar dinheiro como resultado de uma pura convenção, abstrai de sua demonstração a existência de um sistema prévio de preços, pois se esse existisse, também já existiria alguma forma de dinheiro, o que impediria a comprovação de dinheiro fruto de convenção. Conclui o autor que,

Na ausência de um sistema prévio de valores e, portanto, de um padrão prévio de valor, que é o dinheiro nascido espontaneamente do processo de troca, não existe nenhum critério que permita que os preços das mercadorias sejam expressos arbitrariamente em múltiplos de uma unidade monetária puramente simbólica, como a nota de 1 dólar (GERMER, 1995, p. 257-258).

Germer prossegue sua demonstração em relação à impossibilidade de estabelecer arbitrariamente uma coisa como dinheiro, desvinculada de qualquer base material, afirmando que, para o Estado fixar arbitrariamente um padrão de preços, “deve previamente existir um sistema de valores relativos, e conseqüentemente deve existir previamente um valor-padrão materializado em uma mercadoria padrão” (GERMER, 1995, p. 258).

No exemplo hipotético anterior, simulando a constituição do dinheiro a partir de um sistema monetário sem dinheiro previamente existente, o autor afirma que “a atribuição da nota de 1 dólar à mercadoria A só daria origem a um sistema de preços expresso em dólares, caso um sistema de valores relacionando todas as mercadorias a uma mercadoria adotada como padrão já existisse previamente” (GERMER, 1995, p. 258). Dessa forma, ainda que a mercadoria A não fosse a mercadoria-padrão de preços, atribuindo-se a uma certa quantidade dessa mercadoria o preço de 1 dólar, estar-se-ia atribuindo ao equivalente dessa mercadoria, ou seja, o equivalente com a qual foi trocada, o nome de 1 dólar. Com isso, os preços de todas as demais mercadorias seriam definidos como múltiplos dessa quantidade da mercadoria. Nesse exemplo, entretanto, o dinheiro já existiria previamente, pois estaria constituído na mercadoria-padrão, a qual ostentaria o nome de 1 dólar. O dólar não seria o dinheiro, mas apenas o nome do quantum aleatório da mercadoria eleita como mercadoria-padrão. Portanto, o padrão de preços estaria baseado nessa mercadoria e a possibilidade de se constituir o dinheiro de forma arbitrária estaria afastada (Germer, 1995, p. 258).

Outra linha de argumentação para defender sua tese é a de que somente como mercadoria o dinheiro pode refletir os valores das mercadorias tomando como base o tempo de trabalho socialmente necessário. Esse argumento baseia-se em dois fundamentos centrais. No primeiro, de caráter técnico e baseado na ideia de medida, o autor vale-se do exemplo de Marx na comparação da função do dinheiro como medida de valor. Nessa maneira de expor a natureza de mercadoria do dinheiro, ele é comparado à medição do peso de dois corpos, em que os dois são postos em comparação, sendo o peso de um deles já conhecido (esse exemplo já foi apresentado na exposição das formas de valor anteriormente). O segundo fundamento é o de que as trocas devem estar baseadas na igualdade dos tempos de trabalho sociais dispendidos na produção das mercadorias e na ideia de que “o trabalho individual é convertido em trabalho social por meio da troca por dinheiro (mercadoria)” (Germer, 2013, p. 18).

Com isso, Germer mostra a impossibilidade de o dinheiro existir por convenção ou de ele assumir uma forma outra que não seja a de uma mercadoria, ou seja, não há possibilidade de que o dinheiro não seja mercadoria.

Em momento anterior, o autor havia esclarecido que a demonstração de que

o dinheiro deve ser uma mercadoria pode ser feita de dois modos. Por um lado, observando o processo histórico concreto de gestação do dinheiro no interior da gestação da economia mercantil e por outro lado,

desenvolvendo teoricamente a natureza do valor e do dinheiro (GERMER, 1995, p. 253).

Mais adiante, ele propõe que a constatação de que o dinheiro é uma mercadoria pode ser feita desde os primeiros momentos da história, em que as trocas constituíram-se como prática social. Portanto, a demonstração de que o dinheiro sempre constituiu-se como uma mercadoria pode ser extraída do estudo de seu surgimento, nas épocas mais remotas da história da humanidade, estando, seu surgimento, estreitamente ligado às trocas de coisas entre os seres humanos, o que já foi objeto de análise nos capítulos anteriores deste trabalho. Nesse sentido, a exposição da história da constituição do dinheiro, desde os tempos mais remotos, que expusemos no Capítulo I, reforça o entendimento do autor.

Conclui Germer que

a observação do processo de germinação do dinheiro no processo das trocas mostra que ele é, desde o início, e de modo natural uma mercadoria, e não poderia ser diferente. Pois as mercadorias só podem comparar-se com coisas dotadas de valor, isto é, produzidas pelo trabalho, portanto com outras mercadorias. A constituição das mercadorias como valores e a formação do dinheiro são duas faces, inseparáveis e concomitantes, do mesmo processo (GERMER, 1995, p. 254).

Com essa exposição, podemos concluir que os comentadores analisados neste capítulo compreendem o dinheiro como uma mercadoria.

6 CONCLUSÃO

O objetivo da pesquisa foi desvendar o conceito de dinheiro em Marx, o que nos conduziu ao entendimento de que o autor compreendeu o dinheiro como uma mercadoria. Nesse sentido, centramos nossas atenções aos aspectos que colocam o dinheiro como mercadoria, para confirmar ou refutar a nossa conclusão prévia extraída dos estudos. Além dos escritos de Marx, apoiamo-nos na produção intelectual acerca do tema desenvolvida por comentadores de sua obra. Iniciamos a investigação pela constituição do dinheiro desde os registros históricos mais remotos deste, avançando para a sua constituição já na organização econômica capitalista.

6.1 O surgimento do dinheiro

O estudo histórico do dinheiro visava contemplar alguns objetivos: demonstrar que as determinações e criações humanas, até alcançar a formação definitiva, percorrem um longo caminho de desenvolvimento; mostrar os elementos constitutivos primeiros do dinheiro e sua evolução até chegar à formatação atual, como determinação que catalisa a riqueza humana, sendo a expressão mais acabada desta; demonstrar que o dinheiro é o instrumento de organização da produção e distribuição da riqueza, em uma organização social onde a produção é individual e a distribuição é social. Propomo-nos a demonstrar também que o dinheiro, na condição de expressão da riqueza, é produto da atividade humana que se desenvolve a partir da e nesta atividade, e não é algo introduzido nesta esfera como fruto do gênio humano.

Os versos de Hesíodo, analisados nesta pesquisa, foram de enorme utilidade para desvendar a origem primeira do dinheiro. A busca por medidas, expressa em seu texto, medida do tempo, das coisas objeto de trocas, bem como a busca por instrumentos que permitissem trocas justas, com o que seria alcançada também a justiça, formam o fundamento primeiro do desenvolvimento do dinheiro. Foi a busca por essas medidas que resultaram, com o desenvolvimento da produção e circulação da riqueza, na constituição do dinheiro, conclusão que pode ser deduzida do fato de que dentre as primeiras funções do dinheiro está a de medida de valores. Foi a necessidade de medir as coisas postas em troca que levaram à constituição do dinheiro. E o dinheiro, nas suas primeiras aparições, já se apresentava como uma mercadoria. Objetos e animais foram usados para viabilizar as trocas e como instrumentos a medir as coisas postas em trocas.

Aristóteles, o primeiro a sistematizar a análise e a definição do que é o dinheiro, elaborou seus estudos alguns séculos após Hesíodo, já com a produção e as trocas de coisas mais diversificadas, fruto de uma produção de riquezas e de uma divisão social do trabalho mais evoluídas. A realidade na qual elaborou seus estudos, em uma economia com produção a divisão social do trabalho mais avançadas, permitiu-lhe constatar elementos constituintes e funções do dinheiro que demonstram que este já se apresentava como uma determinação muito evoluída. O autor aponta a mercadoria como constituída de dois tipos de valores, um próprio e outro que se apresenta no ato da troca, os quais correspondem, respectivamente, ao valor de uso e ao valor de troca.

Sua contribuição mais relevante sobre o tema está na concepção de justiça, notadamente a justiça aplicável às trocas. A justiça distributiva exige reciprocidade nas trocas e só se verifica quando a reciprocidade está baseada numa proporção, na proporção geométrica. Para que as trocas ocorram, é preciso que se estabeleça a igualdade com base na proporcionalidade. Com essa concepção de justiça, o autor pode estabelecer um fundamento para as trocas entre coisas desiguais, que é condição para que essas ocorram. Entretanto, Aristóteles não conseguiu identificar que o elemento que permite as trocas é aquele que é comum às coisas postas em relação, que é o trabalho humano. As condições materiais da sociedade em que vivia, o pouco desenvolvimento econômico e a baixa divisão do trabalho, impediram-no de constatar que é este o elemento a viabilizar as trocas. Fruto dessa realidade material, ele concebeu o dinheiro como um elemento externo às trocas, um elemento convencional introduzido no processo para viabilizá-lo. A par da pouco evoluída divisão do trabalho, a produção à sua época destinava-se à satisfação das necessidades dos próprios produtores, o que implicava um comércio reduzido.

Gernet (1980), em seu estudo sobre a origem da noção mítica do valor e da origem do dinheiro, apresenta contribuição valiosa para compreender a história do dinheiro. A noção de valor, segundo o autor, é uma das mais antigas funções mentais que os seres humanos exercem e fazem-no sem que o percebam. Essa noção, segundo o autor, é desenvolvida a partir de e em torno dos rituais religiosos e de jogos praticados na Grécia. A distribuição dos prêmios desenvolveu o sentimento de posse, de coisa de valor. É a partir dessas noções, segundo o autor, que se desenvolve o dinheiro. Pela sua função de medir e valorar a participação dos competidores nos jogos fúnebres e outras competições, os objetos concedidos como prêmios são caracterizados como pré-monetários.

Embora Gernet entenda que o dinheiro tenha surgido a partir dos ritos e dos jogos gregos, tal interpretação não pode ser recepcionada sem críticas. Se os objetos ofertados às divindades ou os prêmios concedidos aos participantes dos jogos despertaram o sentimento de posse, não se pode aceitar sem reservas que este sentimento tenha necessariamente se originado destas coisas por, tão somente, terem sido concedidas nas competições e rituais. É possível especular que estes objetos tenham sido ofertados como oferendas ou prêmios por terem um valor para o ambiente social de então. O sentimento de coisa de valor, possivelmente, era anterior ao ato de posse dos objetos. O sentimento de posse não necessariamente se desenvolveu em torno do objeto tomado em si, desvinculado da função que desempenhava ou de sua utilidade material para seu detentor.

As mudanças sociais e econômicas deram origem ao estado ateniense e também provocaram o aparecimento do dinheiro. Essa é a conclusão de Engels (s.d) sobre o tema. A aparição da propriedade privada e, conseqüentemente, dos rebanhos, somado à posse, por parte da aristocracia, de objetos de luxo, possibilitaram o surgimento do comércio, inclusive o marítimo. Esses fenômenos, somados à pirataria, concentram a riqueza nas mãos da nobreza e da aristocracia. A concentração da riqueza exige a constituição de uma organização armada para proteger a propriedade e a posse, delegando a função de defesa a uma camada de pessoas que se ocupam exclusivamente dessas tarefas. Surge a força armada, em substituição ao povo em armas. Esses acontecimentos, o autor localiza em torno do século VI a.C.

Marx, a exemplo de Engels, também atribui a origem do dinheiro à produção e circulação da riqueza. O autor apresenta uma prática ancestral que posteriormente se mostrou como uma medida central no processo de trocas. Para comparar quantitativamente dois objetos postos em troca, eles eram comparados a um terceiro. Essa prática foi constatada entre os negros africanos, onde os objetos, para serem trocados, primeiro cada um deles era comparado a uma barra. Um objeto, uma barra e, assim, sucessivamente. Essa prática é utilizada ainda hoje, quando, para trocar duas mercadorias comparamo-las a uma terceira, que é o dinheiro.

Em passagem em **O Capital** (1988), o autor ilustra a sua compreensão sobre a origem do dinheiro ao mostrar o processo pelo qual o ouro constituiu-se como tal. O ouro só confronta-se com as demais mercadorias como dinheiro por ele mesmo ser uma mercadoria. O ouro tornou-se dinheiro pelo processo de trocas das quais ele participou.

Pelas suas características físicas, necessárias à mercadoria dinheiro, foi excluído pelas demais do rol das comuns, sujeitas ao consumo, e assumiu a função de equivalente geral.

Do confronto das diversas compreensões acerca do surgimento do dinheiro, constatamos que todas elas confluem para o mesmo ponto de entendimento, o de que o dinheiro surgiu das práticas humanas relacionadas ao intercâmbio de coisas necessárias à sua subsistência. Já era assim desde antes deste componente do mundo da riqueza material estar constituído enquanto tal, como mostra o poema de Hesíodo (2012). O poeta expressa a busca de medidas que permitam atuar na esfera da produção e distribuição da riqueza material, cuja função, em momento histórico posterior, estaria contemplada no dinheiro. Em épocas históricas remotas, objetos, animais, especiarias e outros itens eram usados para viabilizar as trocas, exercendo, naquelas formações humanas, pouco evoluídas materialmente, as funções que hoje o dinheiro exerce em nosso mundo. O dinheiro é o instrumento e o símbolo que expressa a evolução desses signos pré-monetários que, ao surgir, abarca e aperfeiçoa a função desempenhada por aqueles objetos. A humanidade adota os instrumentos ou símbolos de troca de acordo com o grau de desenvolvimento da sua produção material. Por isso, os meios de medição e de troca adotados em sociedades materialmente atrasadas são de determinado tipo. Hoje, neste mundo com produção material e divisão social do trabalho muito evoluídas, os instrumentos de troca são outros.

São as trocas, portanto, que determinam a busca e o desenvolvimento do dinheiro, ainda que estas tenham acontecido em esferas de relações não tipicamente mercantis, como nos jogos e nos cultos. Se tomarmos uma posição discordante desta conclusão, como no caso de Foucault (2018), que, apesar de afirmar que o dinheiro tenha surgido a partir dos rituais religiosos, as quais teriam emprestado a disposição geral do sistema na constituição do mesmo, ao mesmo tempo afirma que possivelmente tenham se desenvolvido, na mesma época histórica, dinheiros e não um dinheiro apenas, citando os casos da Lídia e da Argeia. O que se debate aqui é o surgimento do dinheiro enquanto tal, e não o dinheiro que tenha desempenhado papel específico em uma determinada sociedade ou região geográfica.

6.2 O valor nas palavras de Marx

O conceito de dinheiro expresso por Marx encontra-se nos primeiros capítulos de sua obra **O Capital** (1988), com anotações também nos **Grundrisse** (2011). O autor

analisa o modo de produção capitalista e, para isso, parte da unidade básica que compõe o sistema, que é a mercadoria. A partir da análise dela, o autor revela as suas determinações constitutivas: o trabalho humano em sua forma concreta e em sua determinação abstrata. O primeiro, determina a utilidade das coisas ou o seu valor de uso, enquanto o segundo determina seu valor, constituído pelo trabalho humano em geral, e medido pelo tempo consumido na produção da coisa. Nas trocas, constata Marx, as coisas são trocadas pelo seu valor, isto é, pelo trabalho em forma abstrata, em sua determinação social, que essas coisas demandaram para sua produção. Através da exposição das diversas formas de expressão do valor – forma simples, desdobrada, a forma geral e a forma dinheiro – o autor demonstra a natureza do dinheiro, que se constitui como uma mercadoria. Uma mercadoria de tipo especial porque, ao longo do processo, uma das mercadorias que participaram do processo de troca foi excluída pelas demais, assumindo esta função, a de servir de medida de valor e de meio de circulação.

6.3 O conceito de dinheiro expresso por Marx

Marx demonstra seu conceito de mercadoria através desse processo lógico, anteriormente expresso. E, ainda, como o texto do autor é motivo de divergências sobre o tema, analisando-se o conteúdo literal de sua obra, não se encontra afirmação que não seja no sentido de que, efetivamente, o dinheiro é uma mercadoria. Inúmeras são as passagens onde ele se refere dessa forma ao dinheiro.

O processo lógico que demonstra a evolução do valor, inicia com a troca de uma mercadoria por outra para, a partir dessa condição, uma mercadoria ser trocada por uma infinidade de outras, para resultar no processo de exclusão de uma delas, que assume a função de dinheiro. Esta excluída é uma mercadoria que, dadas as características físicas do ouro, fixou-se neste, constituindo-se o metal precioso em dinheiro. Dentre as inúmeras afirmações expressando o dinheiro como mercadoria, destacamos uma, extraída dos **Grundrisse**, onde o autor explica que o valor de uma mercadoria externaliza-se pelo valor de troca, que adere a uma mercadoria e esta, ao lado das demais, é dinheiro. Ao tratar literalmente do dinheiro em **O Capital**, o autor refere-se a ele como a mercadoria que funciona como medida de valor e como meio circulante e, ao tratar do dinheiro mundial, afirma que o dinheiro, na circulação mundial, reassume a sua forma originária de barras de metal, mais precisamente, o ouro.

Marx também manifesta-se negando que o dinheiro possa ser outra coisa que não uma mercadoria. Essa manifestação é expressa quando alerta para a confusão que decorre do fato de o dinheiro poder ser substituído, ao desempenhar certas funções, por meros signos, o que leva intérpretes a concluir que ele seja mero signo. Pelo que se apresentou das manifestações de Marx, concluímos que ele define o dinheiro, de forma inequívoca, como uma mercadoria.

6.4 O dinheiro mercadoria na letra dos comentadores

Partindo da constatação de que o valor na teoria de dinheiro em Marx é um conceito concreto, pois decorre da análise objetiva da mercadoria e do funcionamento do sistema capitalista, e que o valor é o princípio unificador da citada teoria ou a conexão objetiva e fundamental da teia das relações sociais econômicas que se estabelecem na sociedade, Germer (1995) expressa seus argumentos em defesa do conceito do dinheiro como uma mercadoria. A mercadoria excluída da circulação, para desempenhar a função mediadora, é aquela que tem características físicas adequadas a este fim. O seu valor de uso é o de servir de dinheiro e passa a ser produzida para desempenhar essa finalidade. No começo, foi o ouro, depois, moedas e cédulas de papel.

Germer fundamenta sua compreensão de que o dinheiro é uma mercadoria, por um lado, na descrição do dinheiro adotada por Marx, por outro, apontando as bases teóricas que caracterizam o dinheiro como tal. Fundamenta ainda sua conclusão não somente nas afirmações de Marx, mas também no seu silêncio sobre a possibilidade de o dinheiro ser outra coisa, que não uma mercadoria.

Marx, ao longo de toda sua produção teórica referiu-se ao dinheiro como uma mercadoria, afirma Germer (2013). Essa definição, o autor manteve até a análise das fases mais evoluídas do sistema capitalista, não havendo registro, na obra marxiana, que forneça base para a conclusão de que o dinheiro não é uma mercadoria. Portanto, para Germer, Marx concebe o dinheiro como uma mercadoria e em momento algum o define como outra coisa que não uma mercadoria. Germer defende que, para captar o conceito de dinheiro expresso por Marx, deve-se atentar para o que ele diz e para o que ele não diz. Por isso, o comentador toma como argumento em favor do conceito de dinheiro como mercadoria o silêncio de Marx sobre esta possibilidade.

A medida de valor tem que deter valor. Comparando o dinheiro, em termos de instrumento de medida de valor, à medição do peso de um objeto, exemplo usado por

Marx, Germer afirma que para medir o valor de uma mercadoria, o dinheiro precisa ser uma mercadoria, pois somente como mercadoria o dinheiro pode refletir os valores das demais mercadorias, tomando como base o tempo de trabalho socialmente necessário. Esse argumento tem dois fundamentos: um, de caráter técnico e baseado na ideia de medida, em que o autor compara o dinheiro, na sua função de medida de valor, à medição do peso de dois corpos. Para medir o peso de um corpo, esse deve ser posto em comparação com outro corpo de peso conhecido. O segundo fundamento é o de que as trocas devem estar baseadas na igualdade do tempo de trabalho social despendido na produção das mercadorias e na ideia de que a troca converte trabalho individual em trabalho social.

Fundamenta ainda sua conclusão na constatação de que as três peculiaridades do equivalente geral, apresentadas por Marx, definem o dinheiro como mercadoria, pois elas são também as peculiaridades da mercadoria: 1. o valor de uso torna-se a manifestação de seu contrário, o valor; 2. o trabalho concreto converte-se em seu contrário, o trabalho humano abstrato; 3. o trabalho privado transforma-se em seu oposto, o trabalho humano em sua forma social.

O exemplo hipotético de uma economia sem dinheiro e, portanto, sem padrão de preços, usado pelo comentador, mostra inequivocamente que o dinheiro só pode ser uma mercadoria. Reproduzimos, a seguir e de forma sintética, o exemplo já apresentado anteriormente.

Adotando o papel-moeda como moeda, ele não teria valor monetário. Se possuísse valor, a hipótese estaria invalidada. Não havendo dinheiro, ainda não se pode falar em custo do dinheiro e, dessa forma, uma cédula de papel não poderia representar qualquer valor antes de ser comparada a uma determinada quantidade de uma mercadoria. A cédula de papel também não poderia ser comparada a um quantum de tempo de trabalho, que expressa o valor, pois o tempo de trabalho a ser considerado é o de natureza social, e este só é conhecido após o processo de trocas nas quais as mercadorias são envolvidas e, não havendo dinheiro, não haveria trocas. Ademais, o valor, expressão do tempo de trabalho socialmente necessário despendido na produção de uma mercadoria, somente é conhecido como tal quando comparado indiretamente com uma mercadoria que exerce a função de padrão de comparação de valor, e essa mercadoria também precisa ter seu tempo de produção conhecido.

Para provar a impossibilidade de criar dinheiro como resultado de uma pura convenção, o autor abstrai de sua demonstração a existência de um sistema prévio de preços, pois se esse existisse, também já existiria alguma forma de dinheiro, o que impediria a comprovação de dinheiro fruto de convenção. A hipótese de criar dinheiro a partir da convenção humana já havia sido apontada por Marx como impossível ao comentar a concepção de dinheiro em Aristóteles.

Por fim, Germer afirma que a determinação do dinheiro como mercadoria é constatada desde o seu surgimento, pois desde os primórdios este se constitui enquanto mercadoria. Essa constatação já foi apresentada anteriormente.

A apreensão da mercadoria e sua conceituação impõem grandes dificuldades e estas decorrem de ela ser, aparentemente, uma simples coisa útil, produzida para satisfazer necessidades humanas. De uma análise superficial, não transparece de ela ter sido produzida para satisfação de carências materiais de outras pessoas, e sim para satisfazer necessidades de seu produtor. As dificuldades em apreender a verdadeira natureza da mercadoria decorrem de ela se constituir enquanto tal somente após passar pelo processo de trocas. Ela é, dessa forma, uma utilidade para o outro e uma não-utilidade para seu produtor. Como constatou Antunes (2018), a mercadoria, em uma análise minuciosa, revela-se uma coisa misteriosa, composta, duplicada, sensível e passível de ser observada, mas também um objeto suprassensível, que só pode ser compreendida através de um processo de abstração de suas qualidades materiais. Ela só pode ser compreendida se ela for também analisada como uma categoria e uma forma suprassensível.

As dificuldades em compreender a mercadoria estão no fato de ela ser produto de relações sociais estabelecidas no processo de trocas. Os produtores relacionam-se entre si não como seres humanos, mas o fazem através das coisas, ou seja, o relacionamento entre os produtores só se realiza pelos produtos de sua atividade laboral. Assim, as relações humanas apresentam-se reificadas, materializadas nas coisas. Por outro lado, as coisas produzidas para a troca humanizam-se, estabelecendo esta inversão de as relações humanas assumirem forma material e as coisas postas nas trocas humanizarem-se. Esse processo social, Antunes (2018) apresenta como uma realidade cindida, em parte sensível e natural e uma parte suprassensível e social. As mercadorias e as demais determinações na sociedade capitalista apresentam-se, assim, cindidas nesta dupla determinação. O trabalho humano tem uma dimensão material, produtora de utilidades, coisas úteis para a satisfação de necessidades, mas também tem uma

dimensão abstrata, como trabalho humano igual. O trabalho humano igual não é avaliado e considerado pelo que produz, mas tão somente pelo tempo despendido na produção. Esse trabalho é a fonte do valor. O valor das coisas cinde-se em valor de uso, que é a utilidade que ela tem para os consumidores, e o valor de troca, que se manifesta no processo de trocas entre os produtores. E são essas as características do fenômeno social que Marx denomina de fetiche da mercadoria, o qual, na definição de Marx, também é o fetiche do dinheiro, pois este é uma mercadoria.

O fetiche da mercadoria, segundo Antunes (2018), não se explica pela antropologia, pelo encantamento ou sedução que a mercadoria exerce sobre os consumidores. O fetiche mostra-se através desta inversão entre o material e o imaterial. O fetiche caracteriza-se por os produtos do trabalho humano esconderem esta realidade de serem resultado de relações sociais. Ainda de acordo com Antunes, o fetiche da mercadoria pode ser melhor compreendido quando estudado pelas categorias da religião cristã, que também cinde a realidade entre o sensível e o suprassensível, entre o concreto e o abstrato.

Na religião, os produtos da mente humana também parecem dotados de vida própria. No mundo das coisas produzidas pela mão humana, estas também parecem dotadas de vida, como já exposto, quando as relações humanas materializam-se através das coisas e as coisas assumem características que são humanas. No mundo da mercadoria, também existe um deus, um absoluto, que é o dinheiro, a quem todos os produtores expressam sua devoção. O dinheiro só pode ser compreendido pelo fetiche da mercadoria por ser produto das relações sociais e, por isso, ele não pode ser fruto da convenção humana.

Consideradas essas questões que impõe dificuldades para a compreensão do dinheiro, Germer (1995) aponta outras que merecem registro. Uma das dificuldades apontada pelo autor é a da incompreensão, ou compreensão incompleta, do valor na teoria de Marx, que é o seu princípio unificador. Dessa compreensão imperfeita decorrem grandes dificuldades na compreensão do dinheiro. Outro ponto destacado pelo autor é a confusão feita entre dinheiro e capital, ponto ao qual Marx dedicou grande atenção, mas que, apesar desse esforço, ele teria, segundo Germer, contribuído para essa confusão por não destacar devidamente os dois conceitos.

O advento do capitalismo inaugurou uma nova organização na sociedade, com uma nova forma de produção e apropriação da riqueza. O crescimento da produção de

produtos para a sobrevivência humana, fruto da ampliação da divisão social do trabalho, libertou o processo de produção das amarras que o ligavam ao feudalismo ou à escravidão, convertendo o trabalho humano, em forma de força de trabalho, em uma mercadoria. Mercadoria como outra qualquer, que precisa ser constantemente reposta e que tem custo de manutenção. Entretanto, embora seja apenas mais uma mercadoria, ela tem uma característica única, que é a de, ao ser consumida, gerar valor. A produção passa a ser feita, a partir da organização capitalista, exclusivamente para o outro, para o mercado, e não para o consumo do produtor. Essa produção para o outro materializa-se com as trocas que ocorrem através do metabolismo social do comércio.

A troca, que transforma o produto em mercadoria, representa, em essência, a troca de um trabalho humano por outro. Essa nova forma de organização da produção gerou uma nova realidade social, desenvolvendo uma nova sociabilidade. As relações humanas passaram a ocorrer através das coisas e as coisas assumiram atributos próprios dos seres humanos, ressaltando que todas as mudanças na sociedade ocorrem em processos de longa duração e, portanto, essa nova sociabilidade foi se constituindo ao longo dos séculos.

A realidade de o trabalho humano transformar-se em mercadoria, que no processo de produção tem o poder de gerar valor, o qual se apresenta à sociedade em forma do dinheiro, desenvolve o que Germer (1995) chama de um “metabolismo social”, constituído pelas infinitas operações de trocas que se verificam na sociedade. Esse metabolismo, que tem como elemento de constituição o valor e como elemento de articulação social o dinheiro, caracteriza-se como uma força invisível, mas que organiza e determina a dinâmica do funcionamento da organização social em torno da produção material. Esse conceito de metabolismo social engendrado pelas trocas, sua conformação social e sua importância para a compreensão da sociedade capitalista é um tema que merece mais estudos.

Se o dinheiro existe há milênios, como anteriormente demonstrado, a partir do capitalismo ele passa a apresentar outra constituição. Desde os primórdios, ele constitui-se como uma mercadoria, mas somente a partir do modo de produção capitalista ele se apresenta como uma mercadoria especial, que tem como elemento constituidor o valor, ou seja, o trabalho humano.

O modo de produção capitalista, com sua extraordinária divisão social do trabalho e com a transformação do trabalho humano em mercadoria, gerou uma totalidade de

trabalhos concretos extraordinariamente desenvolvida, o que permite o desenvolvimento do trabalho abstrato. Essa realidade cria as condições materiais que permitem ao trabalhador desenvolver diversos tipos de trabalho ou materializa o trabalho em sua verdadeira condição de mercadoria, pois não é mais este ou aquele trabalho que o ser humano desenvolve, mas o trabalho em sentido abstrato. Assim, o trabalho deixa de ser uma força produtora do trabalhador e constitui-se como uma força da sociedade.

As considerações postas nesta conclusão permitem-nos sintetizar a conclusão geral quanto à proposta desta pesquisa. Com a pesquisa, visamos estudar o conceito de dinheiro em Marx, motivados pelas divergências em torno do tema. Conforme já exposto na *Introdução*, os estudos levaram-nos a concluir que o autor de **O Capital** compreendeu o dinheiro como uma mercadoria, pelo que optamos por dirigir os esforços no sentido de elucidar esta compreensão apresentada por Marx com o objetivo de contribuir, na medida em que um estudo desta natureza permite, a elucidar algumas questões polêmicas. Desenvolvemos, assim, nossos trabalhos apoiados em dois comentadores da obra marxiana: Antunes e Germer.

O dinheiro é mercadoria e Marx assim o compreendeu. Essa conclusão decorre das seguintes constatações: desde os primeiros elementos que deram origem ao dinheiro, notadamente desde o registro histórico dos elementos pré-monetários, e depois, na fase econômica das trocas simples, de mercadoria por mercadoria, conhecida como escambo, o dinheiro é mercadoria. Todos os autores pesquisados, por mais que alguns tenham atribuído o surgimento do dinheiro a práticas religiosas, como Gernet e Foucault, ou à convenção humana, como Aristóteles, todos eles, ao analisar o dinheiro, o fizeram em ambiente de trocas, sejam trocas mercantis, sejam trocas na esfera religiosa. As oferendas e os prêmios concedidos em jogos possivelmente tenham sido ofertados ou concedidos por serem objetos que tivessem significado de utilidade material para os destinatários.

Marx demonstrou logicamente a constituição do dinheiro a partir das trocas, tanto na economia primitiva, quando essas se caracterizaram como trocas simples, quanto no desenvolvimento do capitalismo, em que o autor demonstra que o dinheiro é a expressão do valor, que é o produto do trabalho humano.

Germer e Antunes seguem a linha de análise apresentada por Marx, e compreendem o dinheiro como uma mercadoria. Ambos os autores apresentam argumentos consistentes em defesa a sua concepção, cujos conteúdos foram

apresentados ao longo do trabalho. Dessa forma, entendemos que os objetivos traçados para esta pesquisa foram alcançados.

REFERÊNCIAS

- ANTUNES, Jadir. **Da possibilidade a Realidade: o desenvolvimento dialético das crises em O Capital de Karl Marx**. 2005. Tese (Doutorado em Filosofia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de Campinas, Campinas, 2005. Disponível em: <<https://www.repositorio.unicamp.br/acervo/detalhe/350800?guid=1668693100823&returnUrl=%2fresultado%2flistar%3fguid%3d1668693100823%26quantidadePaginas%3d1%26codigoRegistro%3d350800%23350800&i=2>>. Acesso em 22 nov. 2022.
- _____. Aristóteles e a Metafísica do Dinheiro. **Marxismo & Filosofia**, [Toledo-PR], [86] p., 2013. Disponível em: <<https://jadirantunes.files.wordpress.com/2014/12/jadir-antunes-aristc3b3teles-e-o-dinheiro-defesa-professor-associado.pdf>>. Acesso em: 20 de mar. de 2022.
- _____. **Marx e o Fetiche da Mercadoria: contribuição à crítica da Metafísica**. 1. ed. São Paulo: Paco Editorial. 2018
- ARISTÓTELES. **Ética a Nicômaco**. Tradução Luciano Ferreira de Souza. São Paulo: Martin Claret. 2015.
- _____. **Política**. Tradução Torrieri Guimarães. São Paulo: Martin Claret, 2017.
- BRUNHOFF, Suzanne de. **A Moeda em Marx**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- CARCANHOLO, Reinaldo A. **Sobre a Natureza do Dinheiro em Marx**. Rio de Janeiro: Sociedade Brasileira de Economia Política, 2002.
- CORAZZA, Gentil. **Marx e Keynes sobre dinheiro e economia monetária**. Rio de Janeiro: Sociedade Brasileira de Economia Política, 1998.
- ENGELS, Friedrich. A origem da família, da propriedade privada e do Estado. In: ENGELS, Friedrich e MARX, Karl. **Obras Escolhidas**. São Paulo: Alfa-Omega. s.d. 3 v. p. 21-143.
- FOLEY, Duncan. **Marx's Theory of Money in Historical Perspective**. 1983. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/271215472_Marx%27s_Theory_of_Money>. Acesso em: 10 de mar. de 2022.
- _____. **Understanding Capital**. Massachusetts: Harvard University Press, 1986.
- FOUCAULT, Michel. **Aulas Sobre a Vontade de Saber**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2018.
- GERMER, Claus Magno. **Dinheiro, capital e dinheiro de crédito - o dinheiro segundo Marx**. 1995. Tese (Doutorado em Economia) – Instituto de Economia, Universidade de Campinas, Campinas, 1995. Disponível em: <<https://core.ac.uk/download/pdf/296817963.pdf>>. Acesso em: 22 nov. 2022.

GERMER, Claus Magno. Marx e a teoria do dinheiro como meradoria: fundamentos lógicos. **Crítica Marxista**, Campinas, n. 37, 2013, p. 9-25. Disponível em: <https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/artigo295Artigo1.pdf>. Acesso em 22 nov. 2022.

GERNET, Louis. **Antropología de la Grecia Antigua**. Madrid: Taurus Ediciones S. A., 1980.

HESÍODO. **Os Trabalhos e os Dias**. Curitiba: Segesta, 2012.

MARNOCO E SOUZA. **História das Instituições: Direito Romano peninsular português** Preleções feitas ao curso do 2º ano jurídico do ano de 1904 a 1905. 3.ed. Coimbra: França Amado Editor, 1910. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bd000088.pdf>>. Acesso em 14 nov. 2022.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política**. 3. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

_____. **Manuscritos Econômico-Filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2004.

_____. **Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política**. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2011.

PAULANI, Leda Maria. **Do conceito de dinheiro e do dinheiro como conceito**. 1992. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1992. Disponível em: <<https://repositorio.usp.br/item/000734459>>. Acesso em: 22 nov. 2022.

_____. A autonomização das formas verdadeiramente sociais na teoria de Marx: comentários sobre o dinheiro no capitalismo contemporâneo. **Revista Economia**, n. 1, v. 12, jan.- abr. 2011. Disponível em: <https://www.anpec.org.br/revista/vol12/vol12n1p49_70.pdf>. Acesso em 23 nov. 2022.

PRADO, Eleutério. Da controvérsia brasileira sobre o dinheiro mundial inconvertível. **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**, n. 35, 2013, p. 129-152. Disponível em: <<https://revistasep.org.br/index.php/SEP/article/view/15>>. Acesso em 22 nov. 2022.

RUBIN, Isaak Illich. **A teoria marxista do valor**. São Paulo: Polis, 1987.